

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Brasília/2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições das Instruções Normativas TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 154/2016, e da Portaria TCU nº 59/2017, além das orientações dos órgãos de controle externo e interno.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	4
LISTA DE FIGURAS	5
LISTA DE ANEXOS	6
APRESENTAÇÃO	7
1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	9
1.1 Finalidade e competências	9
1.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade	10
1.3 Ambiente de atuação	10
1.4 Organograma	15
1.5 Macroprocessos finalísticos	16
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	17
2.1 Planejamento Organizacional	17
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício	17
2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico	17
2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	18
2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos	18
2.3 Desempenho Orçamentário	19
2.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	19
2.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	38
2.3.3 Informações sobre a execução das despesas	38
2.4 Desempenho operacional	41
3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	43
3.1 Descrição das estruturas de governança	43
3.1.1 Atendimento à Lei das Estatais	45
3.2 Informações sobre dirigentes e colegiados	47
3.3 Atuação da unidade de auditoria interna	50
3.4 Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos	50
3.5 Gestão de riscos e controles internos	51
3.6 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada	52
4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	53
4.1 Gestão de pessoas	53
4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade	53
4.1.1.1 Informações específicas sobre a estrutura de pessoal	54
4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal	55
4.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal	56
4.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	57
4.1.4.1 Contratação de pessoal de apoio	57
4.1.4.2 Contratação de estagiários	57
4.2 Gestão do patrimônio e da infraestrutura	57
4.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União	57
4.2.2 Informações sobre os imóveis locados de terceiros	58
4.3 Gestão da tecnologia da informação	58
4.3.1 Principais sistemas de informações	58
4.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI	61
4.4 Gestão ambiental e sustentabilidade	64
4.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços/obras	64
5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	69
5.1 Canais de acesso do cidadão	69
5.2 Carta de Serviços ao Cidadão	69
5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	69
5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	69
6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	71
6.1 Desempenho financeiro do exercício	71
6.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	71

SUMÁRIO

71

6.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	71
6.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/1976 e notas explicativas	71
7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	72
7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU	72
7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	72
7.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário	74
7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/93	75
7.5 Informações sobre as ações de publicidade e propaganda	75
8 ANEXOS	77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Macroprocessos Finalísticos	16
Quadro 2 – Ação 20L9 Informações de Alerta de Cheias e Inundações	19
Quadro 3 – Ação 20LA Mapeamento Geológico-geotécnico Municípios Críticos Relação a Riscos Geológicos	20
Quadro 4 – Quadro Evolutivo de Contingenciamento e Corte Orçamentários	21
Quadro 5 – Ação 213Y Levantamento Geológico e de Potencial Mineral de Novas Fronteiras	22
Quadro 6 – Ação 2399 Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil	23
Quadro 7 – Ação 2B51 Gestão da Informação Geológica	24
Quadro 8 – Volume informações disponibilizadas por grupo de produto	25
Quadro 9 – Ação 2B53 Produção Laboratorial de Análises Minerais – LAMIN	27
Quadro 10 – Ação 2D62 Levantamentos da Geodiversidade	28
Quadro 11 – Ação 2D84 Levantamentos Geoquímicos	30
Quadro 12 – Ação 20LC Levantamentos Geológicos Marinhos	31
Quadro 13 – Ação 7112 Avaliação dos Recursos Não-Vivos da Zona Econômica Exclusiva (ZEE)	33
Quadro 14 – Ação 2397 Levantamentos Hidrogeológicos	34
Quadro 15 – Ação 4572 Capacitação Servidores Públicos Federais Processo de Qualificação e Requalificação	36
Quadro 16 – Ação 125F Implementação da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina	36
Quadro 17 – Quadro Evolutivo de Contingenciamento e Corte Orçamentários	37
Quadro 18 – Acompanhamento da Meta Física	37
Quadro 19 – Despesas por modalidade de contratação	38
Quadro 20 – Despesas por grupo e elemento de despesa	39
Quadro 21 – Força de Trabalho da CPRM	53
Quadro 22 – Distribuição da Lotação Efetiva	53
Quadro 23 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da CPRM	53
Quadro 24 – Despesas com pessoal	55
Quadro 25 – Relação dos Imóveis de Propriedade da CPRM, Cedido e Recebido em Doação	57
Quadro 26 – Relação dos Imóveis Alugados para Uso da CPRM	58
Quadro 27 – Plano de capacitação (PDTI)	62
Quadro 28 – Quantitativo de pessoas (força de trabalho de TI)	63
Quadro 29 – Descrição dos projetos de TI	63
Quadro 30 – Relação dos editais de serviços e obras com critérios de sustentabilidade	64
Quadro 31 – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento	72
Quadro 32 – Recomendações do Órgão de Controle Interno que permanecem pendentes de atendimento	72
Quadro 33 – Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário	74
Quadro 34 – Despesas com publicidade	75

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Áreas de atuação do Serviço Geológico do Brasil	11
Figura 2 – Organograma	15
Figura 3 – Indicadores de desempenho operacional	41
Figura 4 – Estrutura de Governança	43
Figura 5 – Quadro de Pessoal Ativo por Faixa Etária	56

LISTA DE ANEXOS

Anexo I – Contratação de pessoal de apoio

Anexo II – Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 6.404/76 e notas explicativas

APRESENTAÇÃO

A Diretoria Executiva da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais/Serviço Geológico do Brasil (CPRM/SGB) apresenta o Relatório de Gestão do exercício de 2016, elaborado em consonância com as disposições das normas gerais de prestação de contas anuais conforme Resolução nº 234/2010 e nº 244/2011 e disposições das Instruções Normativas TCU nº 63/2010 e nº 72/2013, das normas específicas das contas de 2016, de acordo com as Decisões Normativas nº 154/2016 e nº 156/2016, da Portaria TCU nº 59/2016 e das orientações do órgão de controle interno, Portaria CGU nº 500/2016.

Este Relatório será apresentado de acordo com a estrutura do Anexo II à Decisão Normativa TCU nº 154, de 19 de outubro de 2016 e obedecendo aos tópicos indicados pelo Tribunal de Contas da União através do Sistema de Prestação de Contas (e-Contas).

O Relatório de Gestão tem por objetivo apresentar as práticas dos atos da gestão da CPRM/SGB empreendidas no exercício de 2016, com o intuito de proporcionar uma visão completa das principais realizações da gestão aos órgãos de controle e à sociedade em geral.

No Relatório de Gestão são registrados os resultados alcançados ao longo do exercício de 2016, tanto no campo financeiro quanto no campo operacional, no cumprimento do papel institucional da CPRM de prover, em quantidade e qualidade, informações indispensáveis à gestão dos recursos minerais e hídricos do país, são apresentados na forma orientada pela citada Portaria TCU nº 59/2016 e demais orientações do TCU. Tais informações, que se constituem em ferramentas científicas de alavancagem do conhecimento geológico, hidrogeológico e ambiental, oferecem aos órgãos gestores suporte ao planejamento do uso e ocupação do território nacional.

No exercício de 2016, com o novo governo, a mineração sofreu uma mudança de rumo, saindo de um papel intervencionista, para fomentador. Uma nova agenda se abriu, começando com uma gestão integrada da CPRM, da SGM e do DNPM, sustentada por um plano de revitalização da mineração no país, buscando estabilidade jurídica para atrair investidores e para gerar novas oportunidades para entrada de capital.

Frente à meta de aumentar de 4% para 6% a participação da indústria mineral no PIB brasileiro, três ações críticas foram efetuadas: licitação de áreas da CPRM, agregação de valor às áreas que serão disponibilizadas pelo DNPM e implementação de acordo de cooperação técnica com o DNPM, visando à fiscalização de barragens.

A CPRM agregou, ao Programa de Parceria de Investimentos – PPI, quatro áreas: Fosfato, de Miriri (PB/PE); cobre-chumbo-zinco, de Palmeirópolis (TO); cobre, de Bom Jardim de Goiás (GO); e carvão, de Candiota (RS). Esse processo deve ser concluído no segundo semestre de 2017, com a expectativa de que investidores aportem recursos na conclusão dos estudos de viabilidade, gerando novos empregos e novos investimentos.

A Secretária de Geologia e Mineração – SGM do Ministério de Minas e Energia – MME, em conjunto a Companhia de Pesquisa de Recursos Minaria – CPRM e o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, investiram seus esforços no aumento da parceria e da cooperação entre essas instituições, o que culminou com a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica, o qual permite o compartilhamento dos conhecimentos geológico, hidrológico e de recursos minerais entre as mesmas, bem como a realização de ações conjuntas para melhorar o ambiente de investimentos e os trâmites administrativos de processos minerários. Na esteira desse Acordo, estão em andamento ações que permitem à CPRM apoiar a avaliação de mais de 20.000 áreas em disponibilidade no DNPM, como também fornecer suporte técnico para o monitoramento de barragens de rejeitos de mineração.

Em consonância com o Plano Plurianual 2016-2019 – PPA, do Governo Federal, foi dada continuidade às diversas ações da CPRM, com destaque para o Levantamento Geológico e de Potencial Mineral de Novas Fronteiras, a Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil, a Reavaliação do Patrimônio Mineral da CPRM, a Gestão da Informação Geológica, o Monitoramento e o Alerta de Eventos Hidrológicos Extremos, os Levantamentos Hidrológico e Hidrogeológico, o Mapeamento Geológico-Geotécnico em Municípios Críticos com Relação a Riscos Geológicos, a Produção Laboratorial de Análises Minerais e a Geologia Marinha.

Contudo, cabe ressaltar o forte contingenciamento orçamentário que já vinha afetando as atividades da empresa nos últimos anos marcou particularmente o exercício de 2016, daí decorrendo a indisponibilidade financeira para diversas atividades programadas como projetos e programas de governo, assim como algumas ações regionais da que demandam recursos para viagens e manutenção da estrutura administrativa da empresa.

Além do fator orçamentário-financeiro, ressentiu-se também a Administração Pública, direta e indireta, do longo processo de *impeachment* instaurado na presidência do país, o que trouxe significativa instabilidade na política nacional, ocasionando diversas alterações na composição do quadro gerencial em diversas unidades regionais da empresa, assim como no Conselho de Administração, no Conselho Fiscal e na Diretoria Executiva, culminando com a substituição do próprio Diretor-Presidente da CPRM.

No exercício de 2016, a CPRM também iniciou o processo de adaptação do seu estatuto a nova Lei das Estatais nº 13.303, de 30/06/2016, e ao Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, que a regulamenta. Foram criados grupos de trabalho específicos para estudar as repercussões da nova regulamentação no âmbito da CPRM, seguindo rigorosamente o cronograma estabelecido pelo Governo Federal.

Quanto ao bem mais precioso da CPRM, seus colaboradores, continuamos investindo na sua capacitação, fundamental em uma empresa geradora de conhecimentos. Saúde e segurança são prioridades, por isso iniciamos a implantação de um sistema de gestão de Saúde e Segurança Ocupacional (SSO). O novo sistema, focado em cultura de prevenção e de comportamento seguro, visa à mudança da cultura anterior orientada para a gestão de riscos.

Por oportuno, no exercício de 2017, a CPRM pretende implementar um novo Programa de Gestão, começando pelo planejamento estratégico, que somado à experiência de mais de 47 anos, com certeza, fará da CPRM um Serviço Geológico de referência no mundo, cuja missão é fomentar o desenvolvimento sustentável do nosso país.

Eduardo Ledsham
Diretor-Presidente
CPRM – Serviço Geológico do Brasil

1. VISÃO GERAL

1.1. Finalidade e Competências

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, empresa pública com as atribuições do Serviço Geológico do Brasil – SGB, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME, o qual estabelece as diretrizes básicas das políticas públicas do Governo Federal para as áreas de geologia, recursos minerais e energéticos, tem por objetivo subsidiar a formulação da política mineral e geológica, participar do planejamento, da coordenação e executar os serviços de geologia e hidrologia de responsabilidade da União em todo o território nacional.

De acordo com o seu Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 1.524, de 20 de junho de 1995, a empresa foi constituída com as seguintes finalidades e competências:

I – subsidiar a formulação da política mineral e geológica, participar do planejamento, da coordenação e executar os serviços de geologia e hidrologia de responsabilidade da União em todo o território nacional;

II – estimular o descobrimento e o aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do País;

III – orientar, incentivar e cooperar com entidades públicas ou privadas na realização de pesquisas e estudos destinados ao aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do País;

IV – elaborar sistemas de informações, cartas e mapas que traduzam o conhecimento geológico e hidrológico nacional, tornando-o acessível aos interessados;

V – colaborar em projetos de preservação do meio ambiente, em ação complementar à dos órgãos competentes da administração;

VI – realizar pesquisas e estudos relacionados com os fenômenos naturais ligados a terra, tais como terremotos, deslizamentos, enchentes, secas, desertificação e outros, bem como os relacionados à Paleontologia e à Geologia Marinha;

VII – dar apoio técnico e científico aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, no âmbito de sua área de atuação.

A CPRM tem a missão corporativa de “gerar e difundir o conhecimento geológico e hidrológico básico necessário para o desenvolvimento sustentável do Brasil”, advinda do preceito constitucional que delega à União a responsabilidade em prover o serviço oficial de geologia de âmbito nacional (Art. 21, item XV, da Constituição Federal). Para cumprir sua missão, a CPRM atua em três áreas intrínsecas das geociências: Geologia (incluindo Recursos Minerais), Recursos Hídricos e Gestão Territorial, além de mobilizar imenso patrimônio profissional e tecnológico no desenvolvimento e manutenção de geotecnologias de suporte e divulgação de seu acervo, bem como na modernização e manutenção de laboratórios de análises minerais para suporte aos levantamentos geocientíficos e a outras instituições governamentais.

Os valores definidos pela CPRM desempenham um papel importante na realização dos trabalhos em todo território nacional, visando subsidiar os gestores no cumprimento da missão corporativa, considerando os seguintes princípios fundamentais:

a. Gestão Ética e Transparência

Priorizar o interesse público, disponibilizando a sociedade mecanismos de acompanhamento e fiscalização das ações da Empresa.

b. Responsabilidade Social e Consciência Ecológica

Estimular o uso racional dos recursos minerais e hídricos em perfeita harmonia com o meio ambiente e com as necessidades da sociedade no presente e no futuro.

c. Excelência Técnico-Científica

Garantir a plena satisfação do usuário com produtos que sejam referência em termos de qualidade e credibilidade técnica.

d. Capacitação e Treinamento

Tornar a valorização profissional de seus empregados um patrimônio científico-cultural da Empresa.

e. Geologia para o Bem-Estar da Sociedade

Agregar valor ao conhecimento geológico, de modo a torná-lo indispensável ao desenvolvimento dos setores mineral e hídrico, bem como à gestão territorial.

f. Água – Bem Vital e Estratégico

Assegurar a disponibilidade e utilização racional da água – bem comum, vital e estratégico – às gerações atual e futura.

1.2. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade**Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada**

O Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969, autorizou a União a constituir a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, na forma de Sociedade por Ações, vinculada ao Ministério das Minas e Energia – MME, nos termos dos artigos 4º, inciso II, alínea c e 5º, inciso III, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Em 1994, com a publicação da Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, sociedade de economia mista, criada pelo Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969, foi transformada em empresa pública.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada

O Estatuto da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM foi aprovado com a publicação do Decreto nº 1.524, de 20 de junho de 1995, o qual revogou os Decretos nº 919, de 8 de setembro de 1993, e nº 1.004, de 8 de dezembro de 1993.

Desta forma, a CPRM passou a ser efetivamente regida pela Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994, pela legislação aplicável e às sociedades por ações e pelo seu próprio estatuto, com as atribuições e responsabilidades do Serviço Geológico do Brasil.

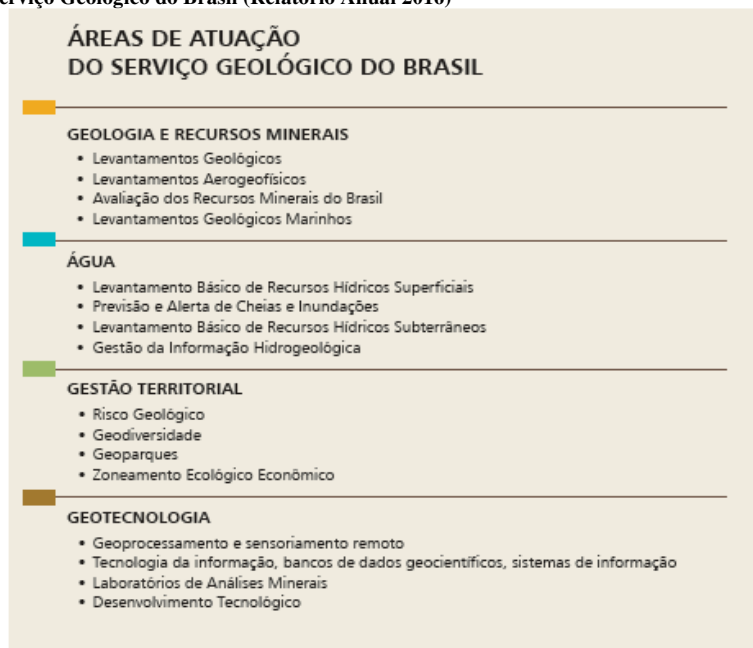
1.3. Ambiente da atuação

As diretrizes básicas das políticas públicas do Governo Federal para a geologia são estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia (MME), ao qual está vinculada a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), que tem por objeto subsidiar a formulação da política mineral e geológica, participar do planejamento e da coordenação e executar os serviços de geologia e hidrologia de responsabilidade da União no território nacional.

Do ponto de vista operacional, a CPRM é uma instituição focada em projetos, estando suas ações finalísticas amparadas nos Programas de Gestão de Riscos e de Desastres; Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral; Recursos Hídricos; Oceanos, Zona Costeira e Antártica; e Política Externa do Plano Plurianual 2016-2019 (PPA 2016-2019) do Governo Federal. Parte destas ações finalísticas esta inserida no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de onde advém uma das principais fontes de financiamento da CPRM, que se refere aos empreendimentos de Informações de Alerta de Cheias; Mapeamento de Riscos Geológicos e Desastres Naturais em Municípios Críticos; Definição de Blocos para Licitação nas Áreas de Relevante Interesse Mineral; Reavaliação do Patrimônio Mineral da CPRM; e Projetos Temáticos Estratégicos. Além disso, via convênios com instituições públicas, a CPRM executa projetos relacionados à sua área de atuação, por meio de descentralização orçamentária, para outros órgãos da administração direta.

Em vista do exposto, as ações governamentais de responsabilidade da CPRM foram executadas de acordo com os grandes temas mencionados, que balizaram o escopo da área de atuação institucional, bem como mobilizaram os esforços da empresa em 2016.

Figura 1 – Áreas de atuação do Serviço Geológico do Brasil (Relatório Anual 2016)



Internamente, cada Ação Governamental é desdobrada em projetos e atividades, cujo conjunto compõe o Plano Anual de Trabalho da CPRM – PAT/2016, elaborado em conformidade com as dimensões setoriais do Plano Plurianual 2016-2019. A seguir, são descritos os resumos das Ações Finalísticas inseridas no PPA 2016-2019:

a. Levantamento Geológico e de Potencial Mineral de Novas Fronteiras

As atividades relacionadas ao Levantamento Geológico e de Potencial Mineral de Novas Fronteiras envolveram investigações de campo, aliadas à utilização e interpretação dos resultados obtidos de levantamentos aerogeofísicos e estudos de sensoriamento remoto, auxiliadas por levantamentos geoquímicos, estudos paleontológicos, petrográficos e informações geocronológicas.

A CPRM, em 2016, deu continuidade a oito projetos, distribuídos por todo o território brasileiro. Esses projetos visam a potencializar o uso do enorme acervo de dados geofísicos obtidos nos últimos anos, integrando-os às informações já disponíveis, além da obtenção de novos dados de campo, em escala 1:100.000, para a elaboração de mapas e relatórios de integração geológica-geofísica-geoquímica, em escalas adequadas de visualização.

A seleção de áreas para o levantamento baseou-se em critérios de prioridade que se relacionam, dentre outros fatores, a: (i) contexto geológico favorável a conter mineralizações; (ii) disponibilidade de cobertura aerogeofísica; (iii) áreas que abrangem folhas de projetos de mapeamento geológico na escala 1:100.000; (iv) potencialidade de recursos hídricos subterrâneos; (v) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

b. Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil

A Ação Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil engloba as atividades de geologia econômica, prospecção e economia mineral, tendo como meta principal o levantamento de informações geológicas que permitam caracterizar o potencial econômico de ocorrências, depósitos, distritos e províncias minerais do Brasil, bem como promover o conhecimento sobre a gênese de depósitos já identificados.

Os projetos desenvolvidos têm como objetivo estimular a pesquisa e a produção mineral brasileira, com foco no suprimento de matérias-primas essenciais para desenvolvimento do setor mineral e do agronegócio. A atuação se estende para além dos recursos minerais metálicos, na busca por novas áreas com potencial para exploração de agregados minerais e rochas ornamentais e

no estudo de áreas que possam aumentar a produção nacional de minerais considerados estratégicos, como, por exemplo, potássio, fosfato e terras-raras.

Com essa finalidade, foram desenvolvidos diversos projetos, agrupados em: Projetos em Áreas de Relevante Interesse Mineral (ARIM); Modelagem Geológica e Reavaliação do Patrimônio Mineral da CPRM; Insumos Minerai para a Agricultura; Materiais para Construção Civil das Regiões Metropolitanas; e Rochas Ornamentais.

c. Levantamentos Geológicos Marinhos

A Geologia Marinha atua como coordenadora operacional de dois programas nacionais, desenvolvidos no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), sendo: Programa de Prospecção e Exploração dos Recursos Minerai da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (PROAREA) e Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (REMPLOC) que estão respectivamente associados a duas Ações da CPRM/SGB, Levantamentos Geológicos Marinhos e Recursos Não Vivos da Zona Econômica Exclusiva.

d. Gestão da Informação Geológica

Sendo depositário da memória geológica do Brasil, a CPRM dispõe de imenso acervo de dados e informações, em vários tipos de mídia, cujo gerenciamento e disponibilização constituem missão primordial da instituição. Nesse sentido, esta Ação abrange atividades ligadas à pesquisa, desenvolvimento e aquisição de tecnologias que viabilizem e deem eficiência aos processos de suporte da informação geológica. Aqui se incluem desde os processos de aquisição de dados, passando por seu armazenamento e processamento, até a forma de disponibilizar os produtos finais à sociedade.

e. Análises Químicas e Minerai do Laboratório de Análises Minerai

Para desenvolver suas atividades técnicas, um dos suportes essenciais dos trabalhos de campo do Serviço Geológico do Brasil são as análises laboratoriais efetuadas no Laboratório de Análises Minerai – LAMIN, seu laboratório oficial. Ali são feitas desde descrições petrográficas e determinações químicas específicas em rochas, solos e sedimentos de corrente, até estudos fossilíferos, biológicos e de certificação de águas minerai. Esta Ação visa a viabilizar os investimentos necessários à manutenção e melhorias dos laboratórios. A Rede LAMIN está estruturada em duas categorias de laboratórios: centrais ou analíticos e regionais de preparação de amostras.

f. Mapeamento Geológico-Geotécnico em Municípios Críticos com Relação a Riscos Geológicos

A CPRM juntamente com outras instituições do governo federal como o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturai (CEMADEN), do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD), do Ministério da Integração Nacional; Ministério das Cidades; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Empresa de Planejamento e Logística (EPL), do Ministério dos Transportes; e Caixa Econômica Federal (CEF) integram o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta aos Desastres Naturai, que tem como objetivo ações articuladas de prevenção e redução do tempo de resposta à ocorrência de desastres naturai.

De acordo com esse escopo, a CPRM vem desenvolvendo trabalhos e pesquisas em municípios críticos com relação a riscos geológicos, visando a: (i) identificação e setorização de áreas de riscos; (ii) atendimento emergencial a municípios atingidos por eventos de risco; (iii) mapeamento da suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa e inundação; e (iv) elaboração de cartas geotécnicas de aptidão à urbanização frente aos desastres naturai.

g. Levantamento da geodiversidade

No contexto do Levantamento da Geodiversidade são realizados mapeamentos que reúnem informações sobre as adequabilidades e limitações frente ao uso e à ocupação do solo com empreendimentos como agricultura, mineração, geoturismo, aproveitamento de recursos hídricos etc. Tais mapeamentos indicam, ainda, áreas restritivas ao uso do solo sob aspectos legais – como unidades de conservação e áreas indígenas – e geológicos, como suscetibilidade ao desenvolvimento de riscos geológicos devido à expansão urbana, fontes poluidoras, dentre outras aplicações.

Foi cumprida a meta estabelecida de produção de três mapas: Mapa da Geodiversidade do Estado de Tocantins, Mapa-síntese da Geodiversidade do Quadrilátero Ferrífero e Entorno (MG), e Mapa da Geodiversidade do Pólo de Fruticultura de Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio (BA). Foram ainda publicados alguns outros produtos relacionados aos levantamentos estaduais: livros da Geodiversidade dos Estados de Alagoas, Amapá, Paraíba e Santa Catarina.

h. Levantamentos Hidrogeológicos e Informações de Alertas de Cheias e Inundações

Neste contexto existem duas vertentes básicas, com atividades focadas em águas subterrâneas, de um lado, e em águas superficiais, de outro. No tocante às águas profundas, a CPRM dispõe do Sistema de Informações sobre Águas Subterrâneas – SIAGAS, com cadastro de poços e fontes desse bem mineral de todo o Brasil, e realiza levantamentos hidrogeológicos regionais em várias escalas. Além disso, a Rede Integrada de Monitoramento das Águas Subterrâneas – RIMAS tem como objetivo principal ampliar a base de conhecimento hidrogeológico dos aquíferos brasileiros e acompanhar as alterações espaciais e temporais na qualidade e quantidade das águas subterrâneas para fins de gestão integrada de recursos hídricos. Finalmente, a CPRM também tem sido parceira em atividades sociais de perfuração e recuperação de poços em áreas do semiárido nordestino e do sul do país.

Em se tratando de águas superficiais, o Serviço Geológico opera a Rede Hidrometeorológica Nacional, da Agência Nacional de Águas – ANA; desenvolve e opera sistemas de alerta contra cheias em áreas críticas como, por exemplo, em Manaus (AM) e no Pantanal; além de produzir estudos em áreas específicas. Atualmente há um grande esforço, em curso, no sentido de gerar a Carta de Disponibilidade Hídrica do Brasil ao Milionésimo, a partir do domínio de conhecimento geológico e hidrológico acumulado no Serviço Geológico do Brasil.

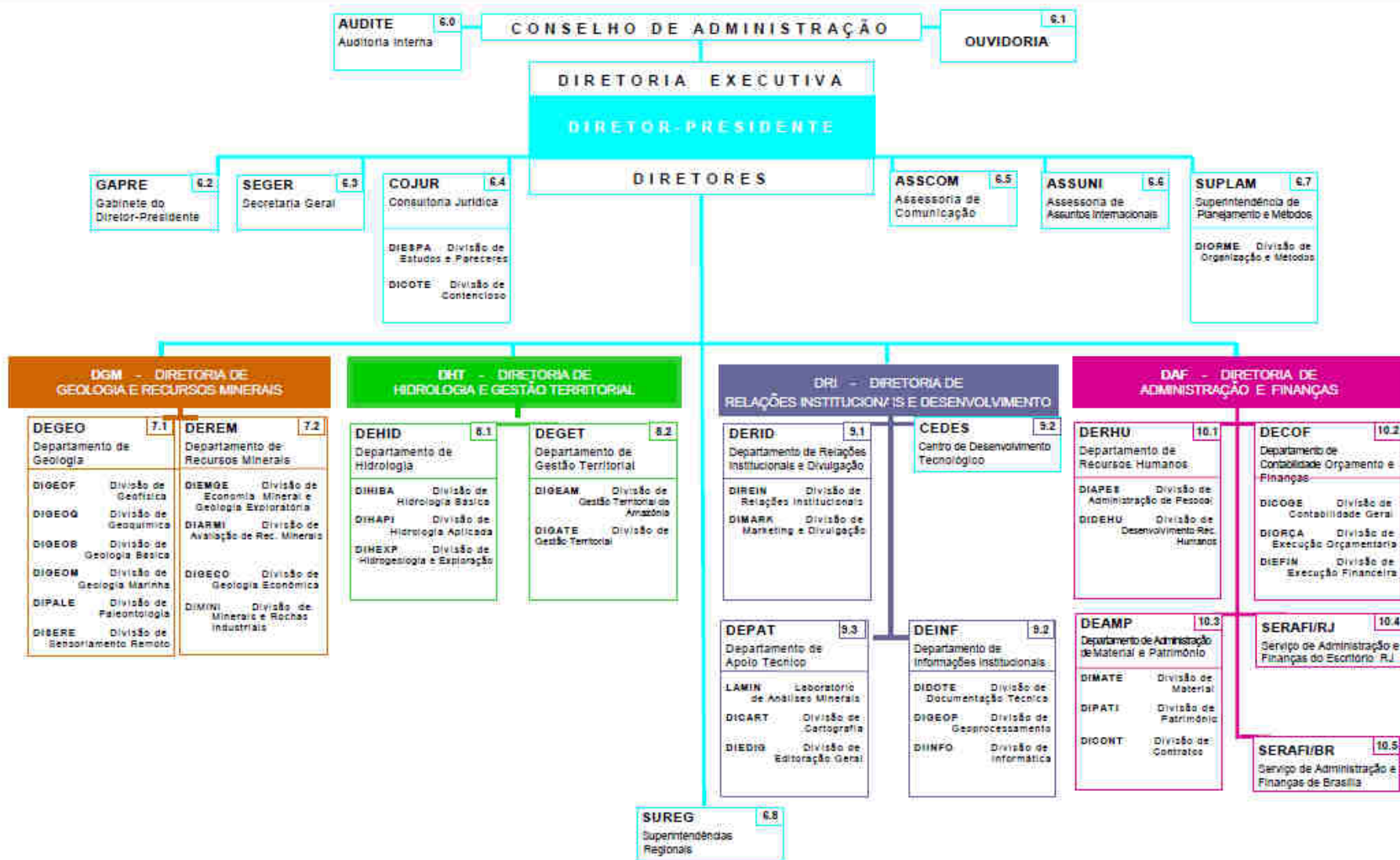
Ressalta-se que, para o cumprimento de sua missão institucional, a CPRM conta com infraestrutura operacional instalada em todo o país, somando 08 (oito) Superintendências Regionais: Manaus (AM), Belém (PA), Recife (PE), Goiânia (GO), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS). Estas são as unidades executoras dos projetos, onde se concentra a grande capacidade operacional da instituição. Além disso, temos 03 (três) Residências, que são estruturas operacionais menores, localizadas em Porto Velho (RO), Teresina (PI) e Fortaleza (CE). Finalmente, contamos com quatro Núcleos de Apoio, que são pequenos escritórios de representação e apoio operacional, nas cidades de Natal (RN), Curitiba (PR), Boa Vista (RR) e Criciúma (SC). A sede política da empresa localiza-se em Brasília (DF) e o escritório central da administração e dos departamentos técnicos situa-se no Rio de Janeiro (RJ). Afora a rede de unidades operacionais, a CPRM tem 02 (dois) centros de treinamento, nas cidades de Apiá (SP) e Morro do Chapéu (BA); e 03 (três) depósitos nas cidades de Mossoró (RN), Caçapava do Sul (RS) e Feira de Santana (SA).

Em 31 de dezembro de 2016, a CPRM possuía em seu quadro funcional 1.789 (hum mil, setecentos e oitenta e nove) profissionais dos quais 1.741 (hum mil, setecentos e quarenta e um) são empregados efetivos, 46 (quarenta e seis) nomeados por livre provimento e 02 (dois) requisitados de outros órgãos da Administração Pública. Dentre os efetivos, 1.044 (hum mil e quarenta e quatro) são ocupantes de cargos de nível superior, 632 (seiscentos e trinta e dois) de nível médio e 65 (sessenta e cinco) de nível fundamental. É importante destacar que a Empresa contempla um quadro

de 623 (seiscentos e vinte e três) pós-graduados: 120 (cento e vinte) doutores, 325 (trezentos e vinte e cinco) mestres e 178 (cento e setenta e oito) especializados. Aqui reside um valioso patrimônio técnico do país, um quadro especializado de alta excelência e de conhecimento ímpar da geologia e da hidrologia brasileiras.

1.4. Organograma

Figura 2 – Organograma



1.5. Macroprocessos finalísticos

Quadro 1 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Realizar mapeamentos geológicos	Realizar mapeamentos geológicos Avaliar o potencial mineral Realizar levantamentos aerogeofísicos Realizar levantamentos geoquímicos Realizar levantamentos geológicos marinhos	Mapas geológicos, geofísicos, geoquímicos, de potencial mineral Cartas Batimétricas, Cartas Texturais, Cartas de Caracterização de Agregados Marinhos Relatórios Técnicos	Empresas de Mineração Empresas de Pesquisa Mineral Universidades Órgãos Estaduais de Geologia	Diretoria de Geologia e Recursos Minerais
Realizar levantamentos hidrogeológicos e da geodiversidade	Realizar levantamentos hidrogeológicos Realizar levantamentos da geodiversidade Realizar mapeamentos Geológico-Geotécnicos Monitorar sistemas de alerta hidrológicos	Mapas Hidrogeológicos, de Geodiversidade, Cartas Municipais de Suscetibilidade a Deslizamentos e Inundações, Mapas de Setorização de Riscos a Movimentos de Massa e Inundações, Boletins de Alerta de Cheias, Estudos de regionalização de bacias.	Prefeituras e órgãos municipais de defesa civil, CEMADEN, CENAD; MCidades, Caixa Econômica Federal; IPEA e EPL Universidades Órgãos Estaduais de Geologia	Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial
Gerir informações geocientíficas	Realizar análises laboratoriais Gerir o Banco de Dados Geocientíficos Pesquisar novas técnicas e métodos técnico-científicos	Análises químicas e minerais, de materiais geológicos e de águas Lâminas delgadas para Petrografia	DNPM Empresas produtoras de água mineral Outras Diretorias da CPRM	Diretoria de Relações Institucionais e Desenvolvimento

Da estrutura atual, podemos extrair o que seriam os macroprocessos finalísticos da CPRM, a seguir discriminados:

- Diretoria de Geologia e Recursos Minerais (DGM):
 - Macroprocesso: Realizar mapeamentos geológicos
 - Processo 1: Realizar mapeamentos geológicos
 - Processo 2: Avaliar o potencial mineral
 - Processo 3: Realizar levantamentos aerogeofísicos
 - Processo 4: Realizar levantamentos geoquímicos
 - Processo 5: Realizar levantamentos geológicos marinhos
- Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial (DHT):
 - Macroprocesso: Realizar levantamentos hidrogeológicos e da geodiversidade
 - Processo 1: Realizar levantamentos hidrogeológicos
 - Processo 2: Realizar levantamentos da geodiversidade
 - Processo 3: Realizar mapeamentos Geológico-Geotécnicos
 - Processo 4: Monitorar sistemas de alerta hidrológicos
- Diretoria de Relações Institucionais e Desenvolvimento (DRI):
 - Macroprocesso: Gerir informações geocientíficas
 - Processo 1: Realizar análises laboratoriais
 - Processo 2: Gerir o Banco de Dados Geocientíficos
 - Processo 3: Pesquisar novas técnicas e métodos técnico-científicos

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

2.1. Planejamento Organizacional

2.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício

As diretrizes estratégicas da CPRM são definidas pelo Governo Federal. A CPRM pode e deve influir na construção da estratégia, mas precisa fazê-lo alinhada ao Ministério das Minas e Energia – MME, ao qual é vinculada. Os principais objetivos estratégicos para o próximo período são “*manejar a geologia para (1) prevenção e mitigação de desastres naturais e (2) estimular a produção mineral brasileira*”.

Além destes, há um objetivo estruturante de “*Otimizar Métodos e Processos*”, que abrange as seguintes atividades:

- Ampliação do escopo de atuação da Rede de Laboratórios Analíticos (LAMIN) e implantação de sistema de qualidade e de programa de materiais de referência;
- Implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (já elaborado);
- Reestruturação do processo de contratação de bens e serviços;
- Elevação do Grau de Maturidade em Gestão de Projetos;
- Redução de Despesas de Funcionamento.

2.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico

Considerando o caráter da CPRM como uma empresa pública vinculada ao Ministério das Minas e Energia – MME, de onde são emanadas as principais diretrizes estratégicas para a empresa (conforme explicitado no item 2.1.1.), e considerando também que toda a produção da Empresa é pactuada com o Governo Federal a cada 04 (quatro) anos e expressa nos respectivos Planos Plurianuais, num rico processo de definição de Programas, Indicadores, Objetivos, Metas e Iniciativas, a Direção da CPRM decidiu efetuar um processo de *alinhamento estratégico de seus projetos finalísticos às diretrizes definidas*, inclusive adequando-os à realidade orçamentária e financeira vigente, e um *alinhamento estratégico de seus processos internos*, de forma a aumentar sua eficiência e a integração entre as Diretorias da empresa.

Para isso, esta sendo analisada a possibilidade de contratação de uma consultoria para a construção das Diretrizes Estratégicas, Reestruturação Organizacional e Desenvolvimento das Lideranças da CPRM. O Projeto estaria fundamentado na realização de quatro etapas: Alinhamento Estratégico; Redesenho da Estrutura Organizacional; Mobilização para Nova Estrutura (fundamentada em Indicadores/Metas); e Programa de Desenvolvimento de Lideranças.

A primeira etapa do Projeto estaria diretamente relacionada a implementação do Planejamento Estratégico Institucional, que delinearía as diretrizes estratégicas para a empresa em consonância com os direcionadores governamentais. Este alinhamento estratégico seria materializado por meio da elaboração de um Mapa Estratégico, com base na metodologia do *Balanced Score Card (BSC)*. A partir deste instrumento de gestão elaborado, seriam estabelecidos indicadores relacionados aos valores públicos entregues pela CPRM à sociedade, além de indicadores gerenciais relacionados a produtos e serviços, processos internos (de conhecimento e eficiência), recursos humanos e TI da empresa. Cada indicador teria metas associadas, assim como Planos de Ação para alcançá-las. Desta forma, seria possível trabalhar com base em ações planejadas e monitorando os indicadores de gestão desenvolvidos de forma a favorecer o alcance dos objetivos propostos e a utilização efetiva dos recursos públicos direcionados à CPRM para o cumprimento de sua finalidade específica, estabelecida em lei, e alinhada ao PPA 2016-2019.

A previsão é de que o Planejamento Estratégico Institucional elaborado, com o auxílio da consultoria contratada, seja validado pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração em maio de 2017; e, a partir de sua aprovação, seja feito um acompanhamento periódico sobre a implementação e execução do Mapa Estratégico, isto é, sobre a execução dos planos de ação para o alcance das metas e objetivos estabelecidos para a CPRM.

2.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A CPRM foi criada em 1969 como empresa de economia mista e transformada em empresa pública em 1994, com atribuições e responsabilidades de Serviço Geológico do Brasil. Sua missão é “gerar e difundir o conhecimento geológico e hidrológico básico necessário para o desenvolvimento sustentável do Brasil” e sua função principal é estimular o descobrimento e o aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do País.

Seu Estatuto foi aprovado pelo Decreto nº 1.524, de 20 de Junho de 1995, que, em seu artigo 4º, define que a CPRM tem por objeto:

I – subsidiar a formulação da política mineral e geológica, participar do planejamento, da coordenação e executar os serviços de geologia e hidrologia de responsabilidade da União em todo o território nacional;

II – estimular o descobrimento e o aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do País;

III – orientar, incentivar e cooperar com entidades públicas ou privadas na realização de pesquisas e estudos destinados ao aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do País;

IV – elaborar sistemas de informações, cartas e mapas que traduzam o conhecimento geológico e hidrológico nacional, tornando-o acessível aos interessados;

V – colaborar em projetos de preservação do meio ambiente, em ação complementar à dos órgãos competentes da administração;

VI – realizar pesquisas e estudos relacionados com os fenômenos naturais ligados à terra, tais como terremotos, deslizamentos, enchentes, secas, desertificação e outros, bem como os relacionados à Paleontologia e à Geologia Marinha;

VII – dar apoio técnico e científico aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, no âmbito de sua área de atuação.

Para isso realiza, em sintonia com o Plano Nacional de Mineração 2010-2030 e os Planos Plurianuais do Governo Federal, um conjunto de projetos, tais como:

→ Mapeamentos geológicos sistemáticos;

→ Levantamentos geofísicos aeroportados e terrestres;

→ Avaliação de Potencial Mineral;

→ Levantamentos geológicos marinhos, tanto na Plataforma Continental quanto em águas internacionais;

→ Levantamentos Hidrogeológicos;

→ Previsão e Alerta de Eventos Hidrológicos Extremos;

→ Levantamentos de Recursos Hídricos Superficiais;

→ Estudos e Pesquisas em Hidrologia;

→ Mapeamento de Setorização de Riscos a Movimentos de Massa e Inundações

→ Mapeamento de Suscetibilidade a Deslizamentos e Inundações;

→ Levantamentos de Geodiversidade;

→ Levantamentos Geoquímicos multiuso.

Deste modo, todos os projetos da empresa estão perfeitamente alinhados às suas competências institucionais e aos demais planos aos quais estão vinculados.

2.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

Os projetos finalísticos da CPRM, agrupados no Plano Anual de Trabalho – PAT, são monitorados mensalmente pelos Gerentes Regionais e supervisionados pelos Chefes de Departamento.

A CPRM está gradativamente implantando um processo de elevação da maturidade em gestão de projetos, caminhando para a implantação de um Escritório de Gestão de Projetos na empresa. Um projeto piloto está sendo implantado numa das Diretorias da CPRM e conta com apoio da equipe da Superintendência de Planejamento e Métodos – SUPLAM. Neste piloto, os

projetos da diretoria são monitorados com uma metodologia simplificada (Escopo, Tempo e Custo), baseada no PMBOK (Corpo de Conhecimentos de Gerenciamento de Projetos do PMI – *Project Mangement Institute*). Assim, nestes projetos há um monitoramento físico (através de cronogramas), financeiro e acompanhamento das principais restrições.

Além disso, no caso do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, bimestralmente são realizadas reuniões da Sala de Situação, coordenada pela Secretária do Programa de Aceleração do Crescimento – SEPAC, onde é apresentada pela CPRM a evolução física e financeira de cada empreendimento e discutidas as eventuais restrições que obstaculizam o desenvolvimento dos mesmos.

2.3. Desempenho Orçamentário

2.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual pela CPRM

Quadro 2 – Ação 20L9 Informações de Alerta de Cheias e Inundações

Identificação da Ação Orçamentária de Responsabilidade da CPRM						
Código	20L9					Tipo: Atividade
Título	Informações de Alerta de Cheias e Inundações					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Aumentar a capacidade de emitir alertas de desastres naturais por meio do aprimoramento da rede de monitoramento, com atuação integrada entre os órgãos Federais, Estaduais e Municipais.					Código: 0173
Programa	Gestão de Riscos e de Desastres				Código: 2040	Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM					
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual do Exercício 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.402.984	3.402.984	1.502.164	1.376.703	1.371.300	5.403	125.461
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
Município atendido		Unidade	Prevista	Reprogramada	Realizada	
			10	5	5	
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.151.828	1.955.773	(-37.373)	Município atendido	Unidade	0	

Análise quantitativa e qualitativa da execução

Esta Ação trata dos Recursos Hídricos Superficiais e visa subsidiar as ações de Defesa Civil na prevenção em situações de cheias e inundações. Essa atividade é realizada mediante a implantação e operação de Sistemas de Alerta de Eventos Críticos. Os modelos hidrológicos desenvolvidos pela CPRM permitem, a partir dos dados pluviométricos obtidos à montante, efetuar a previsão da evolução das cotas de inundação, possibilitando a ação preventiva dos órgãos de Defesa Civil. Na fase de alerta, a CPRM trabalha durante 24h/dia e emite boletins diários a todo o sistema de Defesa Civil e à imprensa.

Em 2016 foram operados 10 (dez) Sistemas de Alerta Hidrológicos (Bacias dos Rios Negro, Acre, Madeira, Branco, Muriaé, Parnaíba, Caí, Taquari, Alto Paraguai e Doce), beneficiando 43 (quarenta e três) municípios. Foi implantado 01 (um) Sistema de Alerta Hidrológico na Bacia do Rio Xingu beneficiando 05 (cinco) municípios (Região Norte). Além disso, foram elaborados 02 (dois) sistemas de manchas de inundações baseado em WEB, 01 (um) em Colatina (Região

Sudeste) e outro na Bacia do Rio Caí (Região Sul). Estes itens fizeram parte das metas estabelecidas no GDAG, sendo cumpridas 100% das metas estabelecidas.

No exercício de 2016 restrições de ordem orçamentária e financeiras atrasaram as atividades de manutenção destes sistemas e cronograma de instalação de estações telemétricas na Bacia do Rio Xingu, recuperado no final do exercício.

Quadro 3 – Ação 20LA Mapeamento Geológico-geotécnico Municípios Críticos Relação a Riscos Geológicos

Identificação da Ação Orçamentária de Responsabilidade da CPRM						
Código	20LA					Tipo: Atividade
Título	Mapeamento Geológico-geotécnico em Municípios Críticos com Relação a Riscos Geológicos					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Identificar riscos de desastres naturais por meio da elaboração de mapeamentos em municípios críticos.					Código: 0602
Programa	Gestão de Riscos e de Desastres				Código: 2040	Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM					
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual do Exercício 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.197.343	6.197.343	1.374.541	1.160.425	1.129.536	30.889	214.116
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Mapa de risco gerado			Unidade	180	180	146
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.804.565	2.097.240	(-606.379)	Mapa de risco gerado	Unidade	142	

Análise quantitativa e qualitativa da execução

Descrição

A ação tem por finalidade a elaboração de dois produtos principais, cujos recursos provem do PAC: o primeiro consiste da Setorização de Riscos Geológicos, incluindo movimentos de massa (deslizamentos, corridas, rolamentos/tombamentos de blocos, etc.) e processos de enchentes, inundações e enxurradas, classificados como de graus de risco muito alto e alto. A setorização consiste de um polígono, delimitado em uma porção do terreno em escala de detalhe (1:2.000) onde um ou mais processos poderão ocorrer e causar danos aos moradores e moradias, e são destinadas principalmente para as ações de proteção da população pelas Defesas Cíveis municipais. O segundo produto consiste na elaboração das Cartas Municipais de Suscetibilidade aos Movimentos de Massa e Inundações que consistem de cartas na escala 1:25.000 onde o terreno, por suas características morfológicas, geotécnicas, entre outras variáveis, é classificado segundo grau de suscetibilidade alto, médio e baixo de ocorrência de determinados processos. As cartas de suscetibilidade abrangem todo o município e são destinadas a subsidiar políticas e ações de planejamento urbano.

O terceiro produto consiste em documento cartográfico complementar ao Objeto 0602 do Programa de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, incluído no Plano Plurianual 2012-2015 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, executado em parceria com o Ministério das Cidades, que consiste nas Cartas Geotécnicas de Aptidão à Urbanização, que estão sendo executadas pela CPRM com recursos financeiros resultantes do Termo de Execução Descentralizada (TED) celebrado entre o Ministério das Cidades e a CPRM. Assim, em função das

Cartas de Aptidão não serem metas formais da CPRM, e sim do Ministério das Cidades no PPA2016-2017.

Especificação dos Produtos

Setorização de Riscos Geológicos

Os trabalhos de Setorização de Riscos são realizados no campo com a delimitação dos polígonos realizada a imagens e/ou fotografias georreferenciadas em ambiente SIG e gerado como arquivo KML/KMZ. O setor de risco é delimitado com base na ocorrência de indícios tais como: trincas no solo, degraus de abatimento, árvores inclinadas, cicatrizes de deslizamentos, marcas de cheia, entre outros. Cada setor de risco é representado em uma prancha (tamanho A3) no formato PDF, com fotos relativas aos indícios observados no terreno e nas moradias, contendo a descrição da tipologia do processo e informações para o entendimento dos condicionantes. Os trabalhos de campo incluem o levantamento estimado do número de moradias e pessoas afetadas. São indicadas as intervenções estruturais e não estruturais, tais como obras de contenção, drenagem, remoção de moradias, entre outras intervenções.

Cartas de Suscetibilidade aos Movimentos de Massa e Inundações

Os trabalhos de elaboração das Cartas de Suscetibilidade são realizados em ambiente SIG por metodologias de modelagem espacial de dados e por trabalhos de mapeamento de campo. As cartas de suscetibilidade apresentam as áreas suscetíveis aos movimentos de massa e inundações em encartes de diversos temas que foram integrados na modelagem, tais como hipsometria, declividade, padrões de relevo, dados hidrológicos e, ocasionalmente, litologias (formato PDF). São elaborados, também, bases de dados em SIG (formatos *shape-file* e *raster*).

Cartas de Geotécnicas de Cartas Geotécnicas de Aptidão à Urbanização – TED – Ministério das Cidades 2014-2016

As Cartas de Geotécnicas de Cartas Geotécnicas de Aptidão à Urbanização tem por finalidade caracterizar os terrenos municipais do ponto de vista geológico-geotécnico e definir as aptidões desses terrenos à ocupação quanto à probabilidade de ocorrência dos desastres naturais, abrangendo as áreas não ocupadas no entorno das áreas já urbanizadas, as quais venham a representar possíveis vetores de expansão urbana, ou por apresentarem características favoráveis à ocupação, ou por estarem definidas nos planos diretores municipais como áreas de interesse a tal expansão. Utilizam como base metodológica as Cartas Municipais de Suscetibilidade a Movimentos Gravitacionais de Massa e Inundações na escala 1:25.000, que são utilizadas na primeira avaliação de campo dos municípios objeto dos estudos. A escala do mapeamento (1:10.000) permite não só a caracterização geológico-geotécnica dos terrenos, como também a indicação das aptidões de uso de tais áreas frente aos desastres naturais e seus processos geradores, tais como movimentos de massa nas encostas e eventos destrutivos de natureza hidrológica, compreendidos no escopo desta carta, visando à segurança das populações e dos equipamentos urbanos que venham a ser assentados.

Ação Mapeamento Geológico-Geotécnico em Municípios Críticos com Relação a Riscos Geológicos

Quadro 4 – Quadro Evolutivo de Contingenciamento e Corte Orçamentários

Natureza	PLOA – 2016	LOA – Lei nº 13.255	MME – Decreto nº 8.700
Custeio: Fonte 100	8.297.773	5.724.764	3.522.208
Investimento: Fonte 100	600.000	472.579	290.792
TOTAL	8.897.773	6.197.343	3.813.000

A dotação inicial prevista era de R\$6.197.343,00.

O valor total aprovado após cortes foi de R\$3.813.000,00.

Do orçamento de 2016 foram então liquidados R\$1.160.425,00, que somados a R\$2.097.240,00 inscritos em Restos a Pagar de anos anteriores a 2016, totalizaram um gasto total de R\$3.257.665,00.

A meta inicial previa a execução de 180 (cento e oitenta) mapas, abrangendo mapas de Setorização de 102 (cento e dois) municípios e a elaboração de Cartas de Suscetibilidade a Movimentos Gravitacionais de Massa e Inundação para os 78 (setenta e oito) municípios.

Com a redução do orçamento de 2016 na ordem de 38,4% dos recursos, a meta também foi reduzida para 50 (cinquenta) mapas de Setorização de Riscos e 40 (quarenta) Cartas de Suscetibilidade a Movimentos Gravitacionais de Massa e Inundação, totalizando 90 (noventa) mapas.

Com relação à Setorização de Riscos, devido à implementação de novas tecnologias utilizadas na foto-interpretação e procedimentos que resultaram na diminuição efetiva dos dias necessários aos trabalhos de campo e, conseqüentemente, das indenizações de campo houve uma otimização dos recursos que permitiu a realização de mapas de Setorização de Riscos em nos 102 (cento e dois) municípios inicialmente previstos. Também contribuiu para o atingimento da meta inicial o fato de grande parte dos recursos inscritos em Restos a Pagar de anos anteriores a 2016 estarem destinados à Setorização de Riscos.

Entretanto, com relação à elaboração das Cartas de Suscetibilidade a Movimentos Gravitacionais de Massa e Inundação para os 78 (setenta e oito) municípios inicialmente previstos, foram executadas 44 (quarenta) cartas em escala de referência de 1:25.000, de municípios distribuídos pelos estados de Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina.

Ao todo foram executados 146 (cento e quarenta e seis) mapas, representado 81,11% do total inicialmente previsto com os recursos da LOA.

Quadro 5 – Ação 213Y Levantamento Geológico e de Potencial Mineral de Novas Fronteiras

Identificação da Ação Orçamentária de Responsabilidade da CPRM						
Código	213Y					Tipo: Atividade
Título	Levantamento Geológico e de Potencial Mineral de Novas Fronteiras					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Ampliar o conhecimento geológico do território nacional por meio da realização de estudos e levantamentos e melhorar a difusão de informações geocientíficas					Código: 0032
Programa	Geologia, Mineração e Transformação Mineral				Código: 2041	Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual do exercício 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
9.569.641	9.569.641	7.955.134	6.005.613	5.972.875	32.739	1.949.521
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Área analisada			km ²	136.000	136.000	141.000
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
9.837.978	2.395.483	(-2.047.839)	Área analisada		km ²	90.000

Análise quantitativa e qualitativa da execução

Em 2016 a DGM executou um total de 141.000 km² de mapas geológicos nas escalas 1:100.000 (75.000 km²), 1:250.000 (114.000 km²) e 1:500.000 (150.000 km²), distribuídas por todo

o país. As áreas mapeadas seguiram o planejamento estratégico elaborado pela Diretoria de Geologia e Recursos Minerais ainda em 2015 e que foram amplamente discutidos e pactuados com as equipes técnicas à época. Esses mapas, hoje disponíveis no sítio da CPRM (www.cprm.gov.br), foram desenvolvidos a partir de recursos da LOA 2016 e também com Restos a Pagar (RAP) de 2015. O RAP foi utilizado, principalmente, mas não exclusivamente, no pagamento de despesas consideradas estruturantes e de base para os projetos, como levantamentos aerogeofísicos e geoquímicos. Nesse sentido, a meta física realizada referente aos valores pagos com RAP, em km², correspondem a apenas uma aproximação, enquanto a área total corresponde ao mapeamento efetivamente executado em sua totalidade.

Quadro 6 – Ação 2399 Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil

Identificação da Ação Orçamentária de Responsabilidade da CPRM						
Código	2399					Tipo: Atividade
Título	Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Ampliar as oportunidades de exploração mineral, a partir do aumento do conhecimento em áreas de relevante interesse mineral, considerando suas relações e impactos socioeconômicos no território, e também por meio da melhoria do ambiente de negócios					Código: 0038
Programa	Geologia, Mineração e Transformação Mineral			Código: 2041	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM					
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária anual do exercício 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
19.496.204	14.952.665	9.797.762	9.252.432	9.226.632	25.800	545.330
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Área levantada		km ²	392.175	392.175	387.963	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
13.117.963	4.045.952	(-8.103.451)	Área levantada		km ²	116.388*

*Valor incluído na execução global de 387.963 km² (correspondendo a 30% desse valor global)

Análise quantitativa e qualitativa da execução

Três linhas de ação orçamentária são vinculadas a esse objetivo.

1. Reavaliação do Patrimônio Mineral da CPRM

Do Patrimônio Mineral, que conta com mais de uma dezena de bens minerais distribuídos em trinta blocos de áreas em todo o território brasileiro, quatro foram desenvolvidas em 2016 visando à licitação de blocos em 2017, como forma de fomentar a exploração mineral: (1) fosfato de Miriri, PE-PB; (2) cobre de Bom Jardim, GO; (3) cobre-chumbo-zinco de Palmeirópolis, TO; e (4) carvão de Candiota, RS. Todas as áreas foram objeto, em 2016, de reavaliação e montagem de bancos de dados. A execução prevista de 675 km² foi praticamente atingida (execução de 652 km², correspondendo a 96,6% da meta da LOA).

2. Definição de Blocos para Licitação nas ARIM, Áreas de Relevante Interesse Mineral

Conforme o PPA, para o período 2016-2019 foi programado o estudo dos controles geológicos, estruturais, geofísicos, geoquímicos, geocronológicos e isotópicos para fomentar a

geração de alvos exploratórios com menores níveis de incerteza e riscos aos investidores, contribuindo, não somente para a atração de investimentos privados para o setor mineral, mas também para a ampliação das reservas dos recursos minerais brasileiros. Nesse aspecto, foram continuados os trabalhos e/ou iniciados projetos em 24 (vinte e quatro) áreas em todo o território nacional – meta no PPA de 20 (vinte) áreas – e para 2016 a meta da LOA, de 250.000 km² foi integralmente atingida. Isso a despeito do contingenciamento de recursos ocorrido no princípio do segundo semestre de 2016, o que impossibilitou trabalhos de campo. Contudo, esse problema foi compensado pela intensificação dos trabalhos de integração geológico-geofísica, de modo a não prejudicar a entrega de produtos previstos para 2016, e foi efetuada a repactuação da atividade de campo para 2017. Mais de 50 (cinquenta) mapas preliminares e finais foram disponibilizados à sociedade.

3. Projetos Temáticos Estratégicos

Nessa linha são abordadas áreas com potencial para minerais estratégicos, sobretudo fosfato e potássio (fertilizantes) e para agregados para a construção civil, que tem como objetivo garantir a oferta de agregados minerais, que são insumos essenciais para obras de infraestrutura, saneamento e habitações, a preços acessíveis para a população no presente e no futuro. Foram definidas áreas potenciais para potássio (inclusive provável depósito) no Amazonas, nas proximidades de depósitos já conhecidos. Os trabalhos continuam em 2017 e publicações relativas à fase anterior foram entregues em 2016. A execução física atingiu 137.311 km², o que, ante a meta anual da LOA, de 141.500 km², corresponde a 97% do pactuado.

Quadro 7 – Ação 2B51 Gestão da Informação Geológica

Identificação da Ação Orçamentária de Responsabilidade da CPRM						
Código	2B51				Tipo: Atividade	
Título	Gestão da Informação Geológica					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Ampliar o conhecimento geológico do território nacional por meio da realização de estudos e levantamentos e melhorar a difusão de informações geocientíficas				Código: 0032	
Programa	Geologia, Mineração e Transformação Mineral			Código: 2041	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM					
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual do exercício 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
9.294.825	9.294.825	8.012.090	5.161.633	5.149.624	12.010	2.850.457
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Informação fornecida		Terabytes	50	50	51,15	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.859.911	2.652.257	(-2.604.952)	Informação fornecida	Terabytes	0	

Análise quantitativa e qualitativa da execução

O conhecimento geológico do território brasileiro, isto é, os dados e informações gerados pela Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais – CPRM demandam seja adequadamente organizado e armazenado e divulgados e disponibilizados sob a forma de produtos científicos de qualidade, com possibilidade de rápido acesso e fácil obtenção por parte dos usuários.

Nesse sentido, o sistema de informações geocientíficas da CPRM está ligado a uma infraestrutura de tecnologia de informação, embasada em uma rede de conectividade de alta velocidade, que permite o fluxo de dados desde os pontos mais remotos de operação até os centros de concentração e distribuição. Este sistema é composto de:

- Banco de Dados espaciais;
- Metadados;
- Biblioteca Virtual: disponibilização do acervo institucional através da implantação da biblioteca virtual;
- SEUS – Serviço de Atendimento aos Usuários: elo entre a sociedade e a CPRM consolidado pelo Serviço de Atendimento aos Usuários, voltado ao atendimento das demandas por informações constantes do acervo de dados técnicos da CPRM, através da Biblioteca;
- Portal SGB: concentração, em um sítio web, de todos os produtos, serviços e informações geocientíficas do Serviço Geológico do Brasil, oferecendo todas as possibilidades de acesso, manuseio e aquisição dos itens disponíveis, com um ciclo de modernização visual e tecnológica que mantenha o seu grau de atratividade;
- Acesso à Rede de Litotecas;
- Parceria com a INDE (Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais); e,
- Rede de Litotecas, unidades cujo objetivo é receber preservação do acervo de materiais geológicos diversos (rochas, alíquotas de amostras de solos, sedimentos, concentrados de bateia, testemunhos de sondagens), coletados ao longo dos mais de quarenta anos de existência da CPRM, catalogado e armazenado em um banco de dados, disponibilizado à sociedade com o objetivo de subsidiar o planejamento de novos projetos de levantamento geológico, o fomento à pesquisa mineral e o desenvolvimento de novas pesquisas científicas.

Foram consumidos/baixados 51 (cinquenta e um) TB de informações por meio do portal da CPRM/SGB em mais de 1.800.000 (hum mil e oitocentos) visitas, demonstrando o êxito em sua missão de divulgar a informação Geológica.

Apesar do atingimento da meta de informações disponibilizadas, por falta de recursos orçamentários não foi possível realizar as atividades e metas previstas no PDTI em relação à infraestrutura e segurança de TI para o negócio.

Quadro 8 – Volume informações disponibilizadas por grupo de produto

Produto	Visitas / ano	Volume informação baixada (TB)
GeoSGB (Geobank)	367.200	7,5
Relatórios / dados no site / demais sistemas / Repositório(parte)	1.423.141	42,9
Repositório Institucional de Geociências – Rigeo*	16.611	0,53
Mapoteca	5.843	0,22
Total	1.812.795	51,15

*Apuração parcial – o equipamento precisou ser substituído e não houve o resgate da estatística anterior

Para o alcance desta meta foram realizadas as seguintes atividades:

Disponibilização de dados:

- Implantação do aplicativo Integrador de Projetos, que permite consulta gráfica unificada a todos os projetos da CPRM por diversidade de parâmetros de refinamentos;
- Continuação da consistência de bases de dados do GeoSGB (Geobank);
- Continuação do desenvolvimento da fase IV do GeoSGB (Geobank), permitindo acesso totalmente gráfico às consultas das bases de dados de geologia;
- Continuação da alimentação do repositório institucional, alinhado às metas de gestão do conhecimento.

Neste ano de 2016 a CPRM foi pioneira na conquista da acreditação na categoria máxima (cinco estrelas) do portal *OneGeology* com a disponibilização de três serviços de mapas do Brasil

classificados em linguagem de harmonização GeoSciML (*Geoscience Markup Language*), relacionados à: (i) Litologia Simplificada; (ii) Idades de Unidades Litoestratigráficas e (iii) Hidrogeologia, com legenda em inglês.

Esta parceria permitiu um desconto em licenças do software utilizado no desenvolvimento do GeoSGB.

Estágio de Desenvolvimento do GeoSGB (Geobank)

Visando ao atendimento da demanda de produção técnica da CPRM, em 2016, registram-se, dentre outras, as seguintes melhorias:

→ Dados de Geoquímica: Foram disponibilizados no sistema GEOLOGIA GIS os dados analíticos inéditos de 59 (cinquenta e nove) projetos da CPRM, que podem ser filtrados e visualizados em camadas e também baixados pelo usuário, sendo que, neste caso, será requerida sua identificação, através de *login* e senha.

→ Dados de Geofísica: Imagens inéditas, processadas em formato *Geotiff*, de 102 (cento e dois) projetos aerogeofísicos da CPRM foram disponibilizadas no sistema GEOLOGIA GIS. Elas podem ser visualizadas na galeria de imagens e baixadas por projeto, mediante a identificação do usuário. Temas envolvidos: (a) Levantamentos magnetométricos: campo magnético anômalo; primeira derivada vertical e amplitude do sinal analítico; (b) Levantamentos gamaespectrométricos: contagem total, eTh, eU, eK, razão eU/K, razão eTh/K, razão eU/eTh e composição ternária RGB do K/eTh/eU.

→ Base Risco Geológico: Base de dados geotécnicos de áreas de risco geológico. Foram cadastrados e disponibilizados os mapas de risco dos 32 (trinte e dois) municípios listados a seguir: Conde (BA), Itaguara (MG), Peixe (TO), Ipuina (MG), Augusto Corrêa (PA), Brejo Santo (CE), Pereiro (CE), Miracema do Tocantins (TO), Porto Alegre do Tocantins (TO), Brotas (SP), Braço do Trombudo (SC), São Jose do Rio Pardo (SP), Jaguaretama (CE), Camanducaia (MG), São Francisco do Sul (SC), São João do Jaguaribe (CE), Lajeado (TO), Tambaú (SP), Monte Sião (MG), Iracema (CE), Saudades (SC), Ouro (SC), Águas da Prata (SP), São João da Boa Vista (SP), Porto Xavier (RS), Torrinha (SP), Litapina (SP), São Sebastião do Gramma (SP), Rio da Conceição (TO), Casa Branca (SP), Guabiruba (SC) e Orleans (SC).

→ Inclusão no Risco Geológico GIS das seguintes camadas de dados pontuais, relativas aos anos de 2012 a 2015, disponíveis para visualização: cicatrizes de escorregamento, feições erosivas e outras feições.

→ Módulo de identificação de usuário para *download* de dados de geoquímica e de imagens de geofísica: Visa fornecer à CPRM informações gerenciais objetivas sobre perfis e preferência de usuários.

Segurança

→ Disponibilizado mecanismo de identificação de usuários que realizam download de dados de aerogeofísica e geoquímica do GeoSGB (Geobank);

→ Implantação de novos equipamentos de rede visando segurança (Firewall, IDS,IPS);

→ Certificação da rede de dados lógica de Brasília; e,

→ Migração para o DataCenter – SERPRO, os sistemas externos, como SACE e SIAGAS para mais segurança e maior disponibilidade.

Por falta de recursos orçamentários, não foram implementados os mecanismos de segurança previstos no PDTI 2015-2020.

Acervo e atendimento

→ Atendimento ao público através do Serviço de Atendimento aos Usuários (SEUS) totalizou 11.447 demandas atendidas através deste canal. O Repositório Institucional por sua vez

tornou disponível um conjunto de 8.869 documentos de acesso aberto. Dentre esses, observamos no quadro abaixo uma procura maior pelas cartas geológicas.

→ Litoteca – Incorporação ao acervo:

- Testemunhos de sondagem
- Amostras de Rochas
- Alíquotas Geoquímicas
- Lâminas Petrográficas

→ Concluídas 8 (oito) das 10 (dez) Litotecas Regionais previstas: Caeté/MG; Belém/PA; Araraquara/SP; Porto Velho/RO; Goiânia/GO; Manaus/AM; Mossoró/RN; e Teresina/PI.

→ A implantação das duas restantes (Feira de Santana/BA e Caçapava do Sul/RS) está paralisada por falta de recursos.

Os valores constante em RP de 2015 e anos anteriores para o exercício de 2016 referem-se a aquisição de equipamentos que tiveram prazo de entrega para o exercício de 2016 (equipamentos de segurança). Além destes, os valores referem-se ao pagamento da fatura de dezembro de serviços prestados que são realizados após a validação de faturas de serviços do mês anterior. Especificamente em relação ao RP de anos anterior, identificamos valor relativo à entrega de um sistema, que por não ter sido aprovada sua entrega, a fatura não foi encaminhada para pagamento dentro do exercício de 2015.

Por estes motivos, não é mensurado um valor de informação fornecida correlacionada aos valores em Restos a Pagar do exercício 2015.

Quadro 9 – Ação 2B53 Produção Laboratorial de Análises Mineraiis – LAMIN

Identificação da Ação Orçamentária de Responsabilidade da CPRM						
Código	2B53					Tipo: Atividade
Título	Produção Laboratorial de Análises Mineraiis – LAMIN					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Ampliar o conhecimento geológico do território nacional por meio da realização de estudos e levantamentos e melhorar a difusão de informações geocientíficas					Código: 0032
Programa	Geologia, Mineração e Transformação Mineral			Código: 2041	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Mineraiis - CPRM					
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual do exercício 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.265.683	4.265.683	4.059.076	3.111.174	3.033.571	77.603	947.901
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Análise realizada		unidade	60.000	60.000	79.962	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
2.407.399	2.203.230	(-121.548)	Análise realizada		unidade	50.000

Análise quantitativa e qualitativa da execução

Quanto à implantação de sistema de qualidade, certificação do Inmetro em toda rede de laboratórios LAMIN e instituição de um programa de materiais de referência, em 2016 o LAMIN-RJ foi auditado pela CGCRE – Inmetro e obteve a renovação de sua acreditação com ampliação de escopo. LAMIN-BH continua acreditado pela CGCRE – Inmetro para o ensaio de Concentração de Sedimento em Suspensão. O Sistema de Gestão pela Qualidade/SGQ pela ISO/IEC 17025 está

sendo progressivamente implementado no LAMIN-SP e LAMIN-MA. Não foi possível a instituição de um programa de materiais de referência devido à falta de recursos humanos e financeiros. No entanto, uma ação correlata a esta atividade foi executada: Participação técnica do laboratório de GC-MS/HPLC no PROGRAMA DE ENSAIOS DE PROFICIÊNCIA EM ANÁLISES VOLÁTEIS E ACRILAMIDA 2016 Coordenado pela Rede metrológica RS.

Projeção 2017: Realizar auditorias do SGQ no LAMIN-SP e LAMIN-MA para avaliar a robustez do sistema com vistas à solicitação da acreditação à CGCRE – Inmetro nas duas unidades. LAMIN-BH será auditado em 2017 para manutenção ou ampliação do seu escopo de acreditação. Retomar contatos com o Inmetro, Universidade federal de Ouro Preto, Instituto de Geociências da UNICAMP para reavaliar projeto conjunto para a criação de um Centro de Produção de Materiais de referência em Caeté bem como a retomada de um plano de trabalho CPRM/Inmetro para “Desenvolvimento de Procedimentos e Técnicas Analíticas para Controle metrológico de Água Mineral” que não possível desenvolver em 2016.

Quanto à conclusão da implantação da unidade de Laboratório de Análise Mineral – LAMIN em Caeté-MG, a execução da obra civil e obras de instalação de infraestrutura operacional do laboratório atingida em 99% restando somente o cabeamento para internet a ser executado. A aquisição de equipamentos foi restrita a um sistema automático de evaporação e concentração de amostras de água para análises de orgânicos visando à instalação de mais uma unidade de amostragem e estudos *in loco* para água mineral. Não foram disponibilizados recursos para aquisição dos demais equipamentos necessários.

Projeção para 2017: Transferência de pessoal e equipamentos de Belo Horizonte para Caeté; Conclusão da rede de internet; Implantação de rotinas para a realização de estudos *in loco* de fontes hidrominerais; Instalação de sistema evaporador concentrador de amostras; e Aquisição de equipamentos a depender dos recursos disponibilizados.

Quadro 10 – Ação 2D62 Levantamentos da Geodiversidade

Identificação da Ação Orçamentária de Responsabilidade da CPRM						
Código	2D62					Tipo: Atividade
Título	Levantamentos da Geodiversidade					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Ampliar o conhecimento geológico do território nacional por meio da realização de estudos e levantamentos e melhorar a difusão de informações geocientíficas					Código: 0032
Programa	Geologia, Mineração e Transformação Mineral			Código: 2041	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM					
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual do exercício 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
797.668	797.668	568.828	471.891	461.856	10.035	96.937
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Mapa divulgado			unidade	3	3	3
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
427.297	343.972	(-92.976)	Mapa divulgado		unidade	0

Análise quantitativa e qualitativa da execução

Os levantamentos da geodiversidade contribuem para o conhecimento geológico do País são os levantamentos da geodiversidade, que integram as diversas informações sobre o meio físico (rochas, águas, geomorfologia, solos, beleza cênica, áreas degradadas e potencialidades naturais) para culminar na elaboração de Mapas de Geodiversidade, cobrindo todo um Estado, ou em áreas específicas, tais como o entorno de obras do PAC (rodovias, ferrovias e portos), áreas de fronteira, afloramentos de aquíferos e geoparques. São úteis ao planejamento e à gestão do território, contribuindo para a adequada ocupação urbana e rural, o ordenamento territorial e o desenvolvimento sustentável. Já foram elaborados 41 (quarente e um) levantamentos, sendo 27 (vinte e sete) mapas de geodiversidade estaduais, 03 (três) mapas em área de Fronteira e 10 (dez) mapas em áreas com problemas específicos como no entorno das obras do PAC (rodovias, ferrovias e portos), polo agrícola, distrito mineiro, área de afloramento de aquífero e na zona econômica exclusiva brasileira.

Os produtos da geodiversidade têm intenso uso por parte de órgãos estaduais de planejamento, obras, mineração e metalurgia, meio ambiente e energia, de prefeituras, universidades e empresas públicas e privadas. São muito utilizados para elaboração de estudos e relatório de impacto ambiental (EIA-RIMA), mas também para o planejamento de linhas de alta tensão, gasodutos, oleodutos, minerodutos, etc. A utilização de linguagem integrada, porém mais simples, mais técnica e menos científica aumenta o alcance da informação e geológica com enfoque nas principais limitações e potencialidades do meio físico, sob o olhar principalmente da geologia.

Metas 2016

Levantamentos da Geodiversidade

A meta estipulada no PPA 2016-2019 consiste na elaboração de 12 (doze) Levantamentos da Geodiversidade. Para 2016 foi estabelecida a realização de 03 (três) mapas de geodiversidade.

Ao longo de 2016 as equipes do DEGET realizaram três mapas de geodiversidade: Mapa de Geodiversidade do Estado do Tocantins; Mapa da Geodiversidade do Quadrilátero Ferrífero e Entorno (MG); e Mapa da Geodiversidade do Pólo de Fruticultura de Livramento de Nossa senhora e Dom Basílio (BA), atingindo assim 100%.

Foram ainda publicados os livros dos levantamentos estaduais da Geodiversidade: Goiás; Alagoas; Amapá; Paraíba e Santa Catarina.

Todos os produtos gerados nos Levantamentos da Geodiversidade podem ser acessados e baixados no seguinte endereço:

(<http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Geodiversidade-162>).

Diversos aspectos positivos podem ser destacados nos desenvolvimentos dos trabalhos de Levantamento da Geodiversidade. Nos trabalhos realizados no mapeamento da Geodiversidade do Quadrilátero Ferrífero destaca-se a importância dos trabalhos realizados naquela importante província mineral, onde a equipe estava atuando no momento da ruptura da barragem da Samarco em Mariana, o que possibilitou que rapidamente a equipe da CPRM tomasse conhecimento e reportasse os danos resultantes para a tomada de decisões das ações de monitoramento da qualidade de água, sedimento e de solos, da bacia do Rio Doce que foram realizadas pela CPRM. Outro aspecto importante foi à transferência de conhecimento e metodologia de geração dos produtos da geodiversidade pelo geólogo sênior que coordenou o projeto para os novos integrantes da equipe.

Devido ao fato de o Mapeamento da Geodiversidade possuir um caráter integrador das informações do meio físico e que utiliza uma linguagem de maior alcance com a sociedade, na confecção do Zoneamento Ecológico-Econômico, passou a constituir uma “layer” já com as interpretações do ponto de vista geológico sobre as principais limitações e potencialidade frente às diversas formas de ocupação dos terrenos. A geologia integrada a geomorfologia e aos solos permite, numa linguagem acessível, o acesso as informações técnicas dessas áreas para aqueles, principalmente, não geólogos participantes dos projetos de planejamento e ocupação de uso dos solos no país.

Os trabalhos realizados para a elaboração do Mapa da Geodiversidade do Pólo de Fruticultura de Livramento de Nossa senhora e Dom Basílio (BA) destaca-se a integração como um dos temas de maior importância nesse projeto, a inclusão da rochagem como um insumo para beneficiar o segundo maior polo de fruticultura do Estado e o estudo do potencial hidrogeológico da região.

E finalmente nos trabalhos do Levantamento da Geodiversidade do Tocantins destaca-se também a renovação da equipe técnica e, principalmente, a caracterização regional da favorabilidade hidrogeológica da região, extremamente importante, pois no Estado estão presentes importantes frentes agrícolas (região do MATOPIBA). No estudo foram abordados ainda o potencial mineral e geoturístico da região.

Como aspecto negativo podemos destacar apenas os cortes orçamentários e as restrições financeiras ocorridas ao longo de 2016 que em muito dificultaram as viagens de campo e o cumprimento das metas determinadas para 2016 no PPA 2016-2019.

Em 2017 os trabalhos de Levantamento da Geodiversidade terão continuidade com a execução de três trabalhos, de acordo com a meta proposta no PPA para 2017, serão realizados os seguintes trabalhos: Levantamentos da Geodiversidade do Rio de Janeiro; Levantamentos da Geodiversidade de Bacias Potenciais de Atingimento por Ruptura de Barragens de Mineração (MG); e Geodiversidade da ilha do Maranhão que envolve toda a região metropolitana de São Luís. Com a utilização cada vez maior das tecnologias de informação a geodiversidade que já tem um grande alcance de acesso, ganhará novos recursos para sua divulgação de acesso, como apresentação em *dashboards*, realidade virtual e aumentada, aplicativos e mídia social.

Quadro 11 – Ação 2D84 Levantamentos Geoquímicos

Identificação da Ação Orçamentária de Responsabilidade da CPRM						
Código	2D84					Tipo: Atividade
Título	Levantamentos Geoquímicos					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Ampliar o conhecimento geológico do território nacional por meio da realização de estudos e levantamentos e melhorar a difusão de informações geocientíficas					Código: 0032
Programa	Geologia, Mineração e Transformação Mineral			Código: 2041	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM					
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual do Exercício 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.170.207	1.170.207	302.479	271.563	269.798	1.765	30.916
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Área levantada			km ²	220.000	220.000	251.000
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
997.664	483.372	(-466.010)	Área levantada		km ²	0

Análise quantitativa e qualitativa da execução

A meta de 2016 consistiu em: realizar levantamentos geoquímicos em 222.000 km² como suporte na avaliação do meio físico e da água.

Em 2016 os levantamentos atingiram 251.000 km², de modo que a meta foi superada em pouco mais de 10%. Para 2017 espera-se a manutenção desse ritmo, de forma a cumprir a meta estabelecida.

Além da meta proposta, mas dentro do mesmo objetivo, foi desenvolvido o Projeto Cadastramento e avaliação de ocorrências minerais e diagnóstico geoquímico-ambiental das terras indígenas do noroeste do estado do Amazonas, numa área de cerca de 5.000 km² na bacia do rio Içana, um dos formadores do rio Negro, região compreendida pelas Serras Tunuí e Caparro. Esse projeto apresenta relevante interesse socioeconômico relacionado às comunidades indígenas, com as diversas ocorrências minerais, garimpos ativos e inativos; a realização da amostragem geoquímica de baixa densidade em água, sedimento e solo tem como finalidade e estabelecer os backgrounds de elementos químicos na região, especialmente em relação à potabilidade das águas, que podem implicar em agravos à saúde das populações indígenas. Há previsão de continuidade no exercício de 2017.

Outra atividade, além da meta, diz respeito ao Projeto Avaliação Geológica e Metalogenética Regional dos Principais Depósitos de Formações Ferríferas Bandadas no Cráton São Francisco e Cinturões Proterozoicos Marginais Orientais, Brasil, que envolve um Memorando de Entendimentos de Cooperação Técnica firmado entre os serviços geológicos do Brasil (CPRM) e da China (SGC). Os levantamentos geoquímicos são parte importante desse projeto e, em 2016, foi dado início à cooperação na área de geoquímica, com levantamentos conjuntos em áreas selecionadas no estado da Bahia, envolvendo troca de conhecimentos e de metodologias amostrais e analíticas. Envolveu também a participação de geoquímicos da CPRM em atividades na China. Também há previsão de continuidade no exercício de 2017.

Por fim, a CPRM disponibilizou no GEOBANK para consulta e download os dados geoquímicos de 367.411 (trezentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e onze) amostras coletadas e analisadas pela empresa nos últimos 45 (quarenta e cinco) anos. A disponibilização compreende sedimentos de corrente, concentrados de bateia, solos, rochas e água amostrados em todo o território nacional e na plataforma continental brasileira. Os dados geoquímicos apresentam diversos níveis de consistência espacial e métodos analíticos e estão classificados com o *Status* 0, 1, 2 e 3, sendo que as amostras com *Status* 0 ainda não passaram por revisão e/ou consistência, e as amostras com *Status* 3 apresentam elevada confiabilidade. Os dados disponibilizados possuem ampla aplicação no setor mineral e em avaliações ambientais.

Quadro 12 – Ação 20LC Levantamentos Geológicos Marinhos

Identificação da Ação Orçamentária de Responsabilidade da CPRM						
Código	20LC				Tipo: Atividade	
Título	Levantamentos Geológicos Marinhos					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Pesquisar o potencial mineral e biológico bem como as variáveis oceanográficas em Áreas Internacionais e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira.				Código: 0991	
Programa	Oceanos, Zona Costeira e Antártica			Código: 2046	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM					
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual do exercício 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.102.363	6.102.363	5.206.038	5.087.499	4.032.332	1.055.167	118.539
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Área levantada	km ²	10.000	10.000	7.000		

Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
3.380.574	2.356.412	(-454.382)	Área levantada	km ²	3.000

Análise quantitativa e qualitativa da execução

Os mares e oceanos são as novas fronteiras minerais, com as maiores áreas do mundo e vastas riquezas a serem exploradas. O domínio destas riquezas, assim como as tecnologias de mineração marinha, são questões estratégicas, não só pela posse do bem mineral e pelo domínio tecnológico, mas também pelo novo desenho geopolítico que se forma com o avanço da exploração das riquezas minerais no mar pelas nações em busca de recursos.

Nos mares e oceanos têm-se as Plataformas Continentais Jurídicas (PCJ) e as Águas Internacionais (AREA). Estas se distinguem das demais por não se encontrarem sob jurisdição de nenhum Estado. Portanto, o direito de exploração mineral em Águas Internacionais depende de requisição de áreas junto à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA), devidamente embasada em estudos e pesquisas realizadas nas áreas solicitadas.

Estudos recentes indicam que diversas riquezas minerais estão notadamente concentradas nas elevações ou “altos-topográficos” oceânicos, em águas brasileiras e internacionais, sobre os quais o país pode avançar estrategicamente, estudando e requerendo, extensão da PCJ do Brasil ou no caso das Águas Internacionais, direitos de pesquisa junto à ISBA.

Nesse contexto, foram estabelecidos, no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), o Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (PROAREA) e o Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (REMPLOC), associados respectivamente às Ações Orçamentárias, 20LC – Levantamentos Geológicos Marinhos e 7112 – Avaliação dos Recursos Não-Vivos da Zona Econômica Exclusiva.

O Programa PROAREA tem como propósito identificar e avaliar a potencialidade mineral de áreas com importância econômica e político-estratégicas para o Brasil, ampliando a presença brasileira no Atlântico Sul e Equatorial. As atividades são estão sendo executadas segundo dois projetos principais, a saber: Prospecção e Exploração de Crostas Cobaltíferas na Elevação do Rio Grande (PROERG) e Prospecção e Exploração de Sulfetos Polimetálicos da Cordilheira Meso-Atlântica (PROCORDILHEIRA).

O Programa REMPLAC tem como objetivo principal conhecer o substrato marinho da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (PCJB) e suas implicações para a avaliação dos recursos minerais, questões ambientais, manejo e gestão de forma integrada. As atividades estão sendo executadas segundo três projetos principais, a saber: Plataforma Rasa do Brasil (PROPLATAFORMA), Prospecção e Exploração de Diamantes na Plataforma Continental Adjacente à Foz do Rio Jequitinhonha (PROJEQUITINHONHA) e Prospecção e Exploração de Fosforitas na PCJB (PROFOSFORITA).

Para 2016 foi estabelecida a meta de realizar 10.000 km² de levantamentos dentro do Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (REMPLOC) e Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (PROAREA). A realização destes levantamentos geológicos, geofísicos, biológicos e oceanográficos, dependem da utilização de navios de pesquisas e equipamentos científicos embarcados aos quais a CPRM tem obtido acesso por meio de colaboração com a Marinha do Brasil, realização de licitações e celebração de convênios e contratos. Entretanto, em consequência do forte contingenciamento orçamentário e financeiro ocorrido desde 2015, e intensificado em 2016, ocasionou instabilidade para o estabelecimento dos contratos e convênios e atraso nos repasses financeiros inviabilizando a execução de novos levantamentos em 2016.

No último bimestre de 2016, foi possível realizar um acordo de cooperação com a VALE S.A. para entrada da CPRM no comitê gestor e para a utilização do Navio Hidroceanográfico Vital de Oliveira com repasse financeiro para a Marinha do Brasil e, foi possível realizar os repasses financeiros que estavam em atraso no convênio celebrado entre CPRM e Universidade Federal do Rio Grande (FURG) para a utilização do Navio Oceanográfico Atlântico Sul. Assim, para 2017, estão previstos a realização de 2 (dois) a 4 (quatro) levantamentos geológicos, geofísicos, biológicos e oceanográficos.

No final de 2016 também foi celebrado contrato com a Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, no contexto do plano de levantamento ambiental do PROERG, conforme estabelecido no contrato celebrado entre a CPRM e a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos.

Desta forma, sendo a celebração dos contratos e convênios para utilização dos navios etapa de fundamental importância para consecução dos objetivos previstos, pode-se considerar como tendo sido executado 50% da meta, 5.000 km².

Para 2017, deve ser buscar alavancar outras fontes de recursos em outras Secretarias e Ministérios para a consecução destas ações, como por exemplo, negociar a inclusão das atividades dos Programas REMPLAC e PROAREA em despesas qualificadas como Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no escopo do fundo Especial de Óleo e Gás.

Quadro 13 – Ação 7112 Avaliação dos Recursos Não-Vivos da Zona Econômica Exclusiva (ZEE)

Identificação da Ação Orçamentária de Responsabilidade da CPRM						
Código	7112					Tipo: Projeto
Título	Avaliação dos Recursos Não-Vivos da Zona Econômica Exclusiva (ZEE)					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Pesquisar o potencial mineral e biológico bem como as variáveis oceanográficas em Áreas Internacionais e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira.					Código: 0991
Programa	Oceanos, Zona Costeira e Antártida			Código: 2046	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM					
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual do exercício 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.457.017	4.457.017	4.144.882	2.601.011	2.599.040	1.970	1.543.871
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Área avaliada			km ²	11.500	11.500	5.790
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
2.812.603	605.043	(-1.869.735)	Área avaliada		km ²	1.100

Análise quantitativa e qualitativa da execução

Os mares e oceanos são as novas fronteiras minerais, com as maiores áreas do mundo e vastas riquezas a serem exploradas. O domínio destas riquezas, assim como as tecnologias de mineração marinha, são questões estratégicas, não só pela posse do bem mineral e pelo domínio tecnológico, mas também pelo novo desenho geopolítico que se forma com o avanço da exploração das riquezas minerais no mar pelas nações em busca de recursos.

Nos mares e oceanos têm-se as Plataformas Continentais Jurídicas (PCJ) e as Águas Internacionais (AREA). Estas se distinguem das demais por não se encontrarem sob jurisdição de nenhum Estado. Portanto, o direito de exploração mineral em Águas Internacionais depende de

requisição de áreas junto à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA), devidamente embasada em estudos e pesquisas realizadas nas áreas solicitadas.

Estudos recentes indicam que diversas riquezas minerais estão notadamente concentradas nas elevações ou “altos-topográficos” oceânicos, em águas brasileiras e internacionais, sobre os quais o país pode avançar estrategicamente, estudando e requerendo, extensão da PCJ do Brasil ou no caso das Águas Internacionais, direitos de pesquisa junto à ISBA.

Nesse contexto, foram estabelecidos, no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), o Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (REMPLOC), associado respectivamente à Ação Orçamentária 7112 – Avaliação dos Recursos Não-Vivos da Zona Econômica Exclusiva.

O Programa REMPLAC tem como objetivo principal conhecer o substrato marinho da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (PCJB) e suas implicações para a avaliação dos recursos minerais, questões ambientais, manejo e gestão de forma integrada. As atividades estão sendo executadas segundo dois projetos principais, a saber: Plataforma Rasa do Brasil (PROPLATAFORMA), Prospecção e Exploração de Diamantes na Plataforma Continental Adjacente à Foz do Rio Jequitinhonha (PROJEQUITINHONHA). Um terceiro projeto para Prospecção e Exploração de Fosforitas na PCJB (PROFOSFORITA) foi iniciado.

Para 2016 foi estabelecida a meta de realizar a avaliação de uma área de 11.500 km² de um total de 23.000 km² de área sob estudo dos projetos supracitados. Como os levantamentos geológicos, geofísicos, biológicos e oceanográficos destas áreas já haviam sido realizados, os 11.500 km² da meta para 2016 correspondem à fase de avaliação, processamento, interpretação e elaboração e disponibilização ao público em geral de mapas e informes da CPRM. Assim, foram finalizados e publicados 11 (onze) dos 20 (vinte) produtos esperados, contabilizando 59,9% meta.

O forte contingenciamento orçamentário e financeiro ocorrido desde 2015, e intensificado em 2016 teve impacto na elaboração de contratos e convênios para análises químicas e ensaios tecnológicos das amostras obtidas pelos projetos, conseqüentemente gerando atraso no cronograma de finalização e publicação dos produtos previstos.

Quadro 14 – Ação 2397 Levantamentos Hidrogeológicos

Identificação da Ação Orçamentária de Responsabilidade da CPRM						
Código	2397					Tipo: Atividade
Título	Levantamentos Hidrogeológicos					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Ampliar e difundir o conhecimento sobre águas subterrâneas e suas interações com as superficiais, por meio da realização de levantamentos, estudos e pesquisas					Código: 0032
Programa	Recursos Hídricos				Código: 2084	Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual do exercício 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.603.065	4.603.065	3.606.860	3.468.296	3.435.308	32.988	138.564
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Levantamento realizado			unidade	24	24	22
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
5.201.845	2.877.992	2.033.989	Levantamento realizado		unidade	02

Análise quantitativa e qualitativa da execução

Esta ação trabalha em torno de quatro grandes eixos, a saber:

- Gestão da Informação Hidrogeológica – SIAGAS – Sistema de Informações de Águas Subterrâneas;
- Operação, manutenção e ampliação da rede RIMAS – Rede Integrada de Monitoramento de Águas Subterrâneas;
- Estudos e Mapeamentos Hidrogeológicos; e
- Pesquisas Hidrogeológicas.

O indicador físico da ação “Levantamento Hidrogeológico” considerado foi levantamentos realizados. Em 2016 previu-se a realização de 24 levantamentos distribuídos nos projetos da seguinte forma:

- Gestão da Ação “Levantamentos Hidrogeológicos”: 01 levantamento;
- Sustentabilidade Hídrica de Sistemas Simplificados de Abastecimento: 04 levantamentos;
- Implantação e Operação da Rede Hidrometeorológica na Bacia do Urucuia: 01 levantamento;
- Coordenação e Operação da Rede Integrada de Monitoramento de Águas Subterrâneas – RIMAS: 12 levantamentos;
- Administração da Base de Dados de Água Subterrânea (SIAGAS) 01 levantamento;
- Estudos de Disponibilidade Hídrica: 03 levantamentos;
- Pesquisas Hidrogeológicas: 02 levantamentos.

Foram realizados 21 (vinte e um) levantamentos representando 88% do total previsto.

Em acréscimo no que diz respeito ao cadastramento de poços profundos, através do SIAGAS, em 2016 foram cadastrados 9.401 (nove mil, quatrocentos e um) novos poços, o que ampliou a base de dados do sistema de 272.543 (duzentos e setenta e dois mil, quinhentos e quarenta e três) poços para 281.944 (duzentos e oitenta e um mil, novecentos e quarenta e quatro) cadastrados. Não obstante a redução significativa de recurso, nesta ação, o cadastramento de poços realizado no exercício, indicador físico desta subárea, alcançou 85% da meta estabelecida, devido à migração automática realizada de dados de poços do estado de São Paulo para o banco de dados administrado pelo SIAGAS.

Quanto à implantação e operação da rede RIMAS, que tem papel fundamental para o conhecimento amplo a respeito dos aquíferos, seu comportamento e capacidade de sustentação frente aos múltiplos usos, em 2016 foram acrescentados 08 (oito) novos – 06 (seis) poços na Região Nordeste e 02 (dois) poços na Região Sul – e extinto 02 (dois) poços na Região Norte, totalizando atualmente 375 (trezentos e setenta e cinco) poços na rede de monitoramento.

A crescente redução de recurso orçamentário desta ação, neste exercício, não permitiu que cumpríssemos a meta de implantação de 70 (setenta) poços na Rede Integrada de Monitoramento das Águas Subterrâneas definido no PPA 2016-2019.

Relativamente ao mapeamento hidrogeológico, em 2016 foi concluído o Atlas Hidrogeológico do Brasil, escala de 1:1.000.000, desenvolvido em ambiente SIG compreendendo a elaboração de 30 (trinta) folhas do atlas acima referido. Em relação à implantação e operação de redes de monitoramento hidrológico em bacias experimentais, representativas e especiais, em 2016, deu continuidade a implantação e operação da rede de hidroclimatológica na bacia do Urucuia para dar suporte à pesquisa e estudos hidrogeológicos no sistema hídrico da bacia mencionada. Foi ainda realizada a operação de estações pluviométricas, fluviométricas e climatológicas do projeto: Disponibilidade Hídrica – Águas Norte de Minas.

Quadro 15 – Ação 4572 Capacitação Servidores Públicos Federais Processo de Qualificação e Requalificação

Identificação da Ação Orçamentária de Responsabilidade da CPRM						
Código	4572					Tipo: Atividade
Título	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
Iniciativa	Ação sem iniciativa					
Objetivo	Ação sem objetivo					Código:
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia				Código: 2119	Tipo:
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual do exercício 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.500.000	1.500.000	924.126	466.702	461.502	5.200	457.424
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Servidor capacitado			unidade	600	600	603
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
331.885	196.070	(-42.598)	Servidor capacitado	unidade	235	

Análise quantitativa e qualitativa da execução

Em 2016 traçamos a estratégia de focar em ações internas e no formato EAD. Com uma massificada comunicação estimulando o desenvolvimento, essas ações alavancaram os números da área de capacitação e representaram 60% das ações de capacitação da CPRM neste ano. Dentre as muitas ações pode-se destacar o Programa Trilha do Conhecimento: plataforma de estudos EAD da CPRM onde é ofertada aos empregados carteira ampla de 14 (quatorze) cursos divididos entre temas técnicos, comportamentais e instrumentais.

O programa Trilha do Conhecimento é uma das ações que contribuíram para alavancar o número de pessoas treinadas, uma vez que o formato EAD nos permitiu alcançar público-interno lotado em todas as unidades regionais da CPRM.

Outra ação interna relevante realizada a distância em 2016 foi o Programa +Líder. Plataforma de estudo online com cursos focados para gestores atuais e futuros, onde 115 (cento e quinze) gestores se capacitaram. O formato de transmissão digital também se consolidou em 2016 como uma prática de sucesso.

Os eventos internos realizadas no último ano, quase em sua totalidade, foram transmitidos ao vivo para todos os escritórios da CPRM. Essa estratégia majorou de forma contundente a quantidade de pessoas treinadas no ano passado.

Quadro 16 – Ação 125F Implementação da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina

Identificação da Ação Orçamentária de Responsabilidade da CPRM						
Código	125F					Tipo: Projeto
Título	Implementação da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina					
Iniciativa	Ação sem iniciativa					
Objetivo	Ação sem objetivo					Código:
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia				Código: 2119	Tipo: Gestão e Manutenção
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					

Lei Orçamentária Anual do exercício 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
29.259.340	25.127.680	11.881.027	11.670.364	11.539.564	130.800	210.663
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Área Recuperada		Unidade	1	1	0,55	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
14.960.890	13.710.379	(-1.089.039)	Área Recuperada	Unidade	0,15	

Análise quantitativa e qualitativa da execução

Quadro 17 – Quadro Evolutivo de Contingenciamento e Corte Orçamentários

Natureza	PLOA – 2016	LOA – Lei nº 13.255	MME – Decreto nº 8.700
Custeio: Fonte 100	35.630.753	29.063.225	29.063.225
Investimento: Fonte 100	300.000	196.115	196.115
TOTAL	35.930.753	29.259.340	29.259.340

A dotação inicial prevista era de R\$29.259.340.

O valor total aprovado após cortes foi de R\$25.127.680.

Do orçamento de 2016 foram então liquidados R\$11.670.364, que somados a R\$13.710.379 inscritos em Restos a Pagar de anos anteriores a 2016, totalizaram um gasto total de R\$25.380.743.

A meta inicial previa a execução de: 100% da Ex-Patrimônio; 25% Rio Pio; 10% Itanema I, 10% Santa Luzia; e 100% do monitoramento Belluno.

Quadro 18 – Acompanhamento da Meta Física

ÁREA	HECTARES	ESTIMADO 2016	EXECUTADO 2016
EX-PATRIMONIO	26	100%	84%
RIO PIO	117	25%	40%
ITANEMA I	85	10%	0%
SANTA LUZIA	92	10%	0%
MONITORAMENTO BELLUNO	42	100%	30%

A previsão de conclusão da área Ex-Patrimônio está estimada para 2016, entretanto, devido a problemas de ordem contratual foram executados até 2016, o percentual de 84%.

Na área do Rio Pio foram executados 15% além do previsto, adiantando o cronograma, com utilização de recursos mantidos em Restos a Pagar de exercício anterior.

Nas áreas Itanema I e Santa Luzia com previsão de início das obras em 2016, e com realização prevista de 10 % no ano de 2016 em cada área. No entanto, as obras não foram iniciadas devido ao atraso no processo licitatório.

O monitoramento Belluno só foi executado 30% do previsto, pois só foram monitoradas as águas superficiais, que foram executadas pela CPRM. No entanto, para execução do monitoramento de água subterrânea e da biota, que completaria os 100% para o ano de 2016, o monitoramento não foi executado, pois a empresa que deverá fazer o monitoramento ainda não foi contratada.

2.3.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

No exercício de 2016, consideramos alguns fatores influentes e que foram intervenientes ao desempenho orçamentário da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM por meio das ações de sua responsabilidade.

Tivemos, em relação ao exercício de 2016, os contingenciamentos aplicados pelo Governo Federal, relativo ao orçamento das Ações Discricionárias contempladas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na ordem de 25%, que atingiram significativamente a instituição.

Cabe destacar que durante o ano de 2016, em virtude da publicação dos decretos de execução orçamentária e financeira que impactaram negativamente a execução de várias ações durante todo o primeiro semestre, conforme demonstrado abaixo:

→ 1º Decreto de contingenciamento (02/03/2016): Redução do limite orçamentário em 10% para as Demais Despesas Discricionárias e 23% para as ações do PAC;

→ 2º Decreto de contingenciamento (05/04/2016): Aumento do limite contingenciado para 56% (DDD) e 38% (PAC); e,

→ Em 10/06/2016, houve a publicação definindo os limites que iriam vigorar até o final do exercício.

Em virtude da incerteza do cenário do primeiro semestre, algumas ações foram fortemente afetadas no que diz respeito a sua execução como, por exemplo, processos licitatórios que demandam um maior tempo para a efetivação da formalização de novos contratos.

Desta forma houve remanejamento de dotação orçamentária via SIOP de algumas ações que estavam com o nível de execução muito baixo para outras que demandavam maior volume de recursos.

2.3.3. Informações sobre a execução das despesas

Quadro 19 – Despesas por modalidade de contratação

Unidade Orçamentária: CPRM		Código UO: 32202		UGO: 495001	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga		
	2016	2015	2016	2015	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	78.135.006	59.896.551	77.850.589	59.896.551	
a) Convite	136.371	176.941	136.371	176.941	
b) Tomada de Preços	74.550	20.420	74.550	20.420	
c) Concorrência	10.189.222	212.868	10.061.145	212.868	
d) Pregão	67.734.863	59.482.661	67.578.523	59.482.661	
e) Concurso	0	1.407	0	1.407	
f) Consulta	0	0	0	0	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0	2.254	0	2.254	
2. Contratações Diretas (h+i)	11.610.825	11.758.260	11.526.452	11.758.260	
h) Dispensa	4.166.429	4.153.047	4.082.056	4.153.047	
i) Inexigibilidade	7.444.396	7.605.213	7.444.396	7.605.213	
3. Regime de Execução Especial	81.453	54.213	81.453	54.213	
j) Suprimento de Fundos	81.453	54.213	81.453	54.213	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	348.483.181	328.829.592	328.259.559	328.829.592	
k) Pagamento em Folha	348.436.957	328.682.542	328.213.335	328.682.542	
l) Diárias	46.224	147.050	46.224	147.050	
5. Outros	30.497.293	17.290.975	30.392.665	17.290.975	
6. Total (1+2+3+4+5)	468.807.758	417.829.591	448.110.718	417.829.591	

Quadro 20 – Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária: CPRM					Código UO: 32202		UGO: 495001	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal	361.847.129	353.940.874	361.632.259	347.174.768	214.868	6.766.106	341.408.637	329.222.542
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	265.310.425	237.311.377	265.096.782	232.938.439	213.642	4.372.938	252.282.003	222.938.879
Obrigações Patronais	83.340.175	17.523.451	83.340.175	16.550.225	0	973.227	75.931.332	14.567.755
Contrib. a Entidades Fechadas de Previdência	9.508.912	37.009.488	9.507.685	37.009.488	1.226	0	9.507.685	36.233.308
Demais elementos do grupo	3.687.617	62.096.558	3.687.617	60.676.616	0	1.419.941	3.687.617	55.482.600
2. Juros e Encargos da Dívida	9.914	9.687	9.914	9.687	0	0	9.914	9.687
Juros sobre a Dívida por Contrato – LC 141/12	9.459	9.228	9.458	9.228	0	0	9.459	9.228
Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	455	459	455	459	0	0	455	459
3. Outras Despesas Correntes	111.769.609	143.071.110	102.995.479	94.257.821	8.758.693	48.813.289	102.534.753	87.400.995
Outros Serviços de Terceiros – PJ	72.571.048	98.816.315	67.724.704	58.162.958	4.846.344	40.653.355	67.451.733	53.048.170
Locação de mão-de-obra	18.282.969	20.519.516	15.946.986	17.204.816	2.335.983	3.314.700	15.898.778	16.401.169
Passagens e Despesas com Locomoção	1.910.686	3.247.802	1.617.518	1.983.990	293.168	1.263.812	1.611.179	1.789.174
Demais elementos do grupo	19.004.906	20.487.477	17.706.271	16.906.057	1.283.198	3.581.422	17.573.063	16.162.482
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos	5.567.453	11.827.254	4.170.204	2.210.327	1.319.887	9.616.927	4.157.412	1.736.368
Equipamentos e Material Permanente	2.150.070	8.377.146	1.364.864	909.932	707.845	7.467.213	1.353.001	835.648
Outros Serviços de Terceiros – PJ	3.238.836	2.138.642	2.691.540	661.406	547.296	1.477.237	2.691.540	263.228
Obras e Instalações	156.195	798.222	97.948	125.745	58.246	672.477	97.019	124.248
Demais elementos do grupo	22.352	513.244	15.852	513.244	6.500	0	15.852	513.244
5. Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0
6. Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0

Análise quantitativa e qualitativa da execução

Para o desenvolvimento de suas atividades, a Empresa contou com recursos orçamentários da LOA acrescidos de crédito adicional, no valor de R\$522,3 milhões tendo executado o valor total de R\$ 479 milhões (92% do orçamento liberado).

Além deste montante, a CPRM executou R\$27,3 milhões relativos a Destaques Orçamentários (repasso de outros órgãos da União), tendo como principal relevância o Projeto Modernização da Rede Hidro Meteorológica com a Agência Nacional de Águas (ANA).

É importante salientar que, do montante autorizado, o Tesouro Nacional tem uma participação de 98,5%, demonstrando que a CPRM desenvolve uma atividade típica de Estado, o que revela a sua importância para o setor mineral brasileiro.

Os Recursos orçamentários aplicados em custeio e investimento, nas atividades finalísticas, no valor de R\$ 60,9 milhões tiveram a seguinte distribuição:

	R\$1mil
DESCRIÇÃO	VALOR
LEVANTAMENTOS GEOLÓGICOS	7.969
AVALIAÇÃO DOS RECURSOS MINERAIS	10.294
LEVANTAMENTOS GEOLÓGICOS MARINHOS	5.206
AVALIAÇÃO DE REC MIN (ZEE)	4.144
LEVANTAMENTOS HIDROGEOLÓGICOS	3.607
LEVANTAMENTO GEOQUÍMICOS	302
IMPLEMENTAÇÃO DE REC. AMB. B. CARB. DE SC	11.881
GEODIVERSIDADE – ORDEN. TERRITORIAL	574
LAMIN – LABORATÓRIOS DE ANÁLISES MINERAIS	4.080
RISCOS GEOLÓGICOS E DESASTRES NATURAIS	1.386
INFORMAÇÕES DE ALERTAS DE CHEIAS	1.503
GESTÃO DA INFORMAÇÃO GEOLÓGICA	8.359
OUTROS	1.603

Cabe destacar ainda, que em virtude do cenário de contingenciamento ocorrido no primeiro semestre, algumas ações foram fortemente afetadas em sua execução, mesmo com a liberação do contingenciamento em um momento futuro.

Ocorreu ainda remanejamento de dotação orçamentária VIA SIOP de algumas ações, em virtude do baixo nível de execução para outras ações que necessitavam de um maior recurso orçamentário.

Em relação ao montante de Restos a Pagar tivemos uma redução bastante expressiva, cerca de 80% do montante de 2015 em virtude de monitoramentos, cancelamentos e pagamentos pontuais, possibilitando dessa forma uma melhor adequação a Emenda Constitucional 95 de 15/12/2016, que estabelece e limita o teto dos gastos públicos.

2.4. Desempenho operacional

Em relação ao desempenho operacional, cada processo utiliza indicadores próprios. Apresentamos abaixo um exemplo dos indicadores utilizados pela Diretoria de Geologia e Recursos Minerais para monitorar os trabalhos de campo executados pelos seus geólogos.

Figura 3 – Indicadores de desempenho operacional

ETAPA	INDICADORES	UNIDADE
Mapeamento Geológico (Campo)	Caminhamento geológico (perfil)	km ²
	Afloramentos descritos	quant/aflor
	Ocorrências minerais descritas	quant/ocor
	Seções Estratigráficas descritas	km
	Amostras de rocha coletadas	quant/amostra
	Dias de campo	quant/dia
Amostragem Geoquímica (Campo)	Levantamento geoq-amostragem	Km ²
	Coletas sedimento de corrente - SC	quant/amostra
	Coletas concentrados de bateia - CB	quant/amostra
	Coletas amostra de solo	quant/amostra
	Coletas amostra de Canal	quant/amostra
	Dias de campo	quant/dia
Levantamentos Geofísicos Terrestres (Campo)	Levantamento magnético	km
	Levantamento gamaespectrométrico	km
	Levantamento gravimétrico	km
	Levantamento elétrico	km
	Levantamento com GPR	km
	Levantamento com MAXMIN (EM)	km
	Levantamento Sísmico	km
	Dias de campo	quant/dia
Análises Laboratoriais	Análises químicas de Sed. Corrente	quant/amostra
	Análises químicas de solo	quant/amostra
	Análise mineralométrica	quant/amostra
	Análise química de rocha	quant/amostra
	Análises por Fluorescência R-X	quant/amostra
	Análise por Microsonda eletrônica	quant/amostra
	Análise por MEV	quant/amostra
	Análises por Difração raio-X (argila)	quant/amostra
	Preparação de Amostras (análises)	quant/amostra
	Amostras para confecção de lâmina delgada	quant/amostra
	Amostras para Litogeoquímica	quant/amostra
	Geocronologia U-Pb (x), Pb-Pb (x)	quant/amostra
	Análise Isotópica Sm-Nd (x), Ar-Ar (x), Sr-Sr(x)	quant/amostra
	Análise de isótopos estáveis: C Sr O (10) S (20)	quant/amostra
	Análise calcográficas	quant/amostra
	Análise petrográfica	quant/amostra

Análise quantitativa e qualitativa da execução

Em 2016, com o novo governo, a mineração sofreu uma mudança de rumo, saindo de um papel intervencionista, para fomentador. Uma nova agenda se abriu, começando com uma gestão integrada da CPRM, da SGM e do DNPM, sustentada por um plano de revitalização da mineração no país, buscando estabilidade jurídica para atrair investidores e para gerar novas oportunidades para entrada de capital.

Nesse sentido, frente à meta de aumentar de 4% para 6% a participação da indústria mineral no PIB brasileiro, três ações críticas foram efetuadas: licitação de áreas da CPRM, agregação de valor às áreas que serão disponibilizadas pelo DNPM e implementação de acordo de cooperação técnica com o DNPM, visando à fiscalização de barragens. A CPRM agregou, ao

Programa de Parceria de Investimentos – PPI, quatro áreas: Fosfato, de Miriri (PB/PE); cobre-chumbo-zinco, de Palmeirópolis (TO); cobre, de Bom Jardim de Goiás (GO); e carvão, de Candiota (RS). Esse processo deve ser concluído no segundo semestre de 2017, com a expectativa de que investidores aportem recursos na conclusão dos estudos de viabilidade, gerando novos empregos e novos investimentos.

A SGM/MME, CPRM e DNPM investiram seus esforços no aumento da parceria e da cooperação entre essas instituições, o que culminou com a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica, o qual permite o compartilhamento dos conhecimentos geológico, hidrológico e de recursos minerais entre as mesmas, bem como a realização de ações conjuntas para melhorar o ambiente de investimentos e os trâmites administrativos de processos minerários. Na esteira desse Acordo, estão em andamento ações que permitem à CPRM apoiar a avaliação de mais de 20.000 (vinte mil) áreas em disponibilidade no DNPM, como também fornecer suporte técnico para o monitoramento de barragens de rejeitos de mineração.

Em consonância com o Plano Plurianual 2016-2019 do governo federal, demos continuidade às diversas ações da CPRM, com destaque para o Levantamento Geológico e de Potencial Mineral de Novas Fronteiras, a Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil, a Reavaliação do Patrimônio Mineral da CPRM, a Gestão da Informação Geológica, o Monitoramento e o Alerta de Eventos Hidrológicos Extremos, os Levantamentos Hidrológico e Hidrogeológico, o Mapeamento Geológico-Geotécnico em Municípios Críticos com Relação a Riscos Geológicos, a Produção Laboratorial de Análises Minerais e a Geologia.

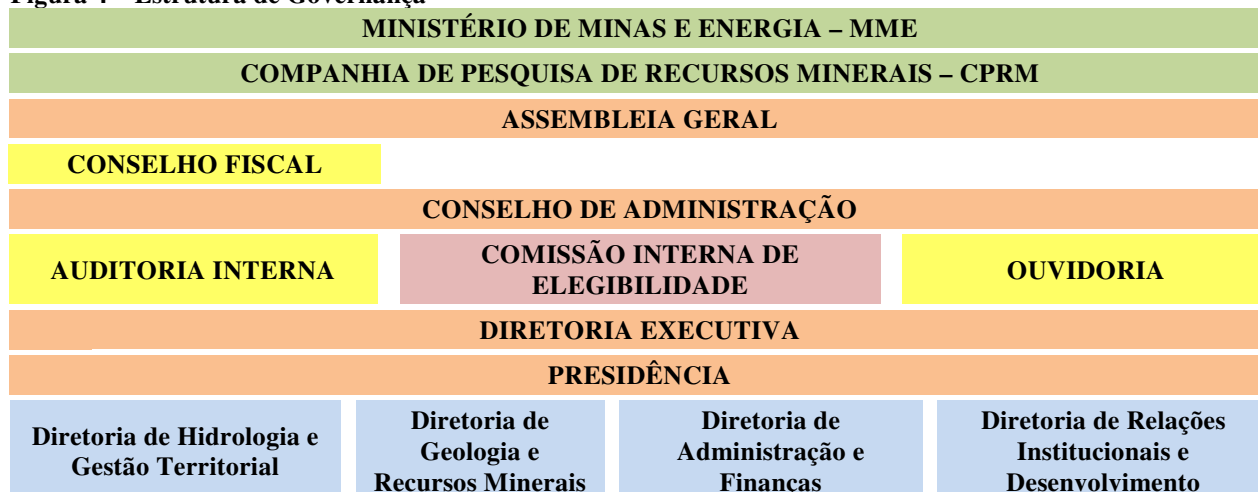
3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1 Descrição das estruturas de governança

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais/Serviço Geológico do Brasil – CPRM/SGB está vinculado ao Ministério de Minas e Energia – MME, através da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM.

A atual estrutura de governança da CPRM/SGB foi formalmente constituída de acordo com o disposto no Estatuto aprovado pelo Decreto nº 1.524, de 20 de junho de 1995, a saber:

Figura 4 – Estrutura de Governança



O Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969, autorizou a constituição da CPRM, que teve seu primeiro estatuto aprovado pelo Decreto nº 66.058, de 13 de janeiro de 1970, iniciando suas atividades em 30 de janeiro de 1970. Em 28 de dezembro de 1994, pela Lei nº 8.970, a CPRM passa a ser uma empresa pública, com funções de Serviço Geológico do Brasil. O Estatuto da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM foi aprovado pelo Decreto nº 1.524, de 20 de junho de 1995, como empresa pública constituída pela União e vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

De acordo com o Estatuto da CPRM, a empresa é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. Para isto, os respectivos Órgãos de Governança foram formalmente constituídos, os quais atuam regularmente na empresa desempenhando as seguintes funções e responsabilidades, no exercício de 2016:

1. Da Assembléia Geral

A Assembléia Geral Ordinária é realizada anualmente em data e hora previamente fixados pelo Conselho de Administração, para deliberar sobre as matérias de sua competência, na forma da lei. A presidência da Assembleia Geral é de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração, que poderá, entretanto, delegá-la ao Diretor-Presidente. Cabe à Assembleia Geral Ordinária eleger quatro membros do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal.

2. Do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, com as atribuições e deveres previstos em lei, é composto por três membros, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária. As reuniões do Conselho Fiscal são realizadas mensalmente, com a função básica de fiscalizar os atos praticados pela Diretoria Executiva, bem como emitir opinião sobre as contas dos gestores, e suas decisões remetidas para análise do Conselho de Administração.

3. Do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é constituído de um Presidente, nomeado pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado de Minas e Energia; do Diretor-Presidente da

CPRM, que exercerá a Vice-Presidência do Colegiado; de mais quatro Conselheiros, eleitos pela Assembleia Geral, três dos quais indicados pelo Ministro de Estado de Minas e Energia e um indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento, observada a legislação aplicável, com mandato dos conselheiros de dois anos. Ao Conselho de Administração, além de suas atribuições legais, compete deliberar sobre planos, programas e normas de ação, estrutura organizacional básica, ordem econômica e financeira e, especificamente, designar e dispensar, por proposta da Diretoria Executiva, o titular do órgão de auditoria interna da CPRM.

4. Da Auditoria Interna

A Auditoria Interna está vinculada hierarquicamente ao Conselho de Administração, conforme disposto na Norma Interna nº 004/PR – Plano Básico de Organização, conforme previsto no Estatuto da CPRM, aprovado pelo Decreto nº 1.524, de 20 de junho de 1995. De acordo com o art. 15 do Decreto nº 3.591/2000, um dos normalizadores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, as unidades de Auditoria Interna estão sujeitas à orientação normativa e supervisão técnica do Órgão Central e dos Órgãos Setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, nas respectivas áreas de jurisdição. Essa vinculação técnica visa proporcionar qualidade aos trabalhos e efetividade nos resultados de auditoria. Cabe ressaltar também o art. 24, inciso IX, da Lei nº 10.180, de 06/02/2001, o qual dispõe que compete aos órgãos e às unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, avaliar o desempenho das auditorias internas das entidades da administração indireta federal. As atividades de auditoria têm papel fundamental no aprimoramento da gestão pública da CPRM, atuando para corrigir os desperdícios, as impropriedades, as negligências e omissões, buscando garantir os resultados pretendidos na busca da melhor alocação dos recursos, bem como para prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

5. Da Comissão Interna de Elegibilidade

O Decreto nº 8.945/16, de 27/12/2016, que regulamenta a Lei nº 13.303/2016 no âmbito da União, impõe a obrigatoriedade das empresas estatais instituírem Comissão Interna de Elegibilidade, enquanto não constituído o Comitê Estatutário de Elegibilidade, cabendo a esta comissão analisar todas as eleições, inclusive reconduções, de administradores e conselho fiscal, da CPRM, para avaliação e manifestação, quanto aos requisitos e vedações impostos pela legislação.

6. Da Ouvidoria

A Ouvidoria da CPRM é o canal de comunicação que tem como função acolher e processar reclamações, denúncias, sugestões e elogios dos mais diversos públicos. É um importante instrumento de controle social dentro da estrutura organizacional e uma valiosa ferramenta de gestão, trazendo, com as manifestações, excelentes oportunidades de melhoria nos processos administrativos do Serviço Geológico no Brasil. É vinculada hierarquicamente ao Conselho de Administração da CPRM e tecnicamente à Ouvidoria Geral da União.

7. Da Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é constituída do Diretor-Presidente e de quatro Diretores, todos eleitos pelo Conselho de Administração. O Diretor-Presidente e os Diretores exercem o cargo em regime de tempo integral e de dedicação exclusiva ao serviço da Companhia. A Diretoria Executiva é o órgão geral da Companhia, cabendo-lhe a representação da CPRM e, precipuamente, exercer a gestão dos negócios da sociedade, de acordo com a missão os objetivos, as estratégias e diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração.

8. Do Diretor-Presidente

Cabe ao Diretor-Presidente à direção, a supervisão e a coordenação dos trabalhos da Diretoria Executiva e orientar, coordenar e impulsionar as atividades da Companhia. À Área da

Presidência vinculam-se órgãos de atuação supradiretorias, comitês e comissões permanentes, além das Superintendências Regionais. Dentre as atribuições do Diretor-Presidente, destacamos a de interlocutor da Diretoria Executiva junto ao Ministro de Estado de Minas e Energia, além da participação do Conselho de Administração.

a. Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial

Responsável por projetos de levantamentos de informações voltadas para recursos hídricos, geologia aplicada ao ordenamento territorial, gestão ambiental e riscos geológicos.

b. Diretoria de Geologia e Recursos Minerais

Responsável por projetos de levantamentos de informações voltadas para a geologia básica e recursos minerais, incluindo as atividades de geofísica, geoquímica e cartografia regional.

c. Diretoria de Administração e Finanças

Responsável pela gestão administrativa, orçamentária, patrimonial e de recursos humanos da Empresa.

d. Diretoria de Relações Institucionais e Desenvolvimento

Responsável pela gestão do acervo de dados da CPRM/SGB, geoprocessamento e divulgação das informações, laboratórios de apoio e pelo Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CEDES), além dos contatos interinstitucionais dentro do país.

3.1.1 Atendimento à Lei das Estatais

No exercício de 2016, o Governo Federal sancionou a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que regulamenta o § 1º do art. 173 da Constituição Federal e estabelece o estatuto jurídico das Estatais Brasileiras, nos três níveis de Governo, a partir de dois eixos temáticos, sobre governança e regime de aquisições.

Com relação à gestão de aquisições, a lei define um regime próprio específico para as empresas Estatais, inspirado na Lei nº 8.666/93 e no Regime Diferenciado de Contratações – RDC, contendo orientações mais atualizadas e com mecanismos de controle e transparência compatíveis com a dinâmica empresarial.

Para as áreas de governança, a nova regulamentação reúne algumas diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico – OCDE, BM&FBovespa, Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR e de códigos internacionais de governança, promovendo grandes avanços na execução das atividades de governança, gestão de riscos, controles internos, conduta, integridade e *compliance*.

De acordo com a nova legislação, as empresas estatais teriam 180 (cento e oitenta) dias para aprovarem a estratégia de longo prazo, até 31/12/2016, e de até 2 (dois) anos para promoverem as eventuais adaptações necessárias para cumprimento integral da Lei nº 13.303/16, em 30/06/2018.

Assim, a nova legislação, que dispõe sobre o estatuto jurídico das Empresas Públicas e das Estatais – a qual se aplica a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM – vem sendo implementada, gradativamente pela empresa, de acordo com o calendário e diretrizes definidas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR.

Ainda no final do exercício, foi publicado o Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, que regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e, entre outros assuntos, determina a necessidade de adaptação das Estatais às exigências do Decreto.

A Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, em atenção ao disposto no art. 1º da Lei nº 13.303/16, através da Nota Técnica nº 1506/2017-MP, de 31/01/2017, classificou a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, como empresa de “Menor Porte”, com Receita Operacional Bruta inferior a R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais) ao ano, para efeito da adaptação estatutária as exigências do Decreto nº 8.945/2016.

Desta forma, com o objetivo de estabelecer um calendário de adaptação dos estatutos sociais das empresas, foi aprovado pelo Grupo Executivo da CGPAR, que as empresas deverão convocar Assembleia Geral para homologação, onde foi sugerido o prazo de apresentação pela CPRM em dezembro de 2017, sendo que a data limite prevista no Decreto nº 8.945/16 para homologação do novo estatuto é até 30/06/2018.

Neste sentido, a partir do exercício de 2016, a CPRM passou a priorizar o processo de adaptação à nova regulamentação das estatais, cabendo destacar as seguintes ações, as quais já foram implementadas no âmbito da empresa, conforme adiante exposto:

Observações Gerais

- Em 19 de julho de 2016, através do Ato nº 115/PR/2016, a empresa constituiu grupo de trabalho com o objetivo de analisar as orientações da emitidas pela SEST e CGPAR, além da nova legislação aplicada as estatais federais, para implantação no âmbito da empresa;
- No exercício de 2016, também foram iniciados os trabalhos de revisão e adequação do Estatuto da CPRM a nova regulamentação das Estatais;

Destaques de Governança

- O Código de Conduta da Alta Administração se encontra em revisão para inclusão de regra sobre fato relevante e preservar a independência do Conselho de Administração; (art. 14 – Lei nº 13.303/16);
 - Divulgação da forma de remuneração dos Administradores, submetida anualmente a aprovação da SEST; (art. 12 – Lei nº 13.303/16);
 - Divulgação mensal da execução de contratos e orçamento (art. 88 – Lei nº 13.303/16);
 - Auditoria Interna vinculada ao Conselho de Administração; (art. 9 – Lei nº 13.303/16);
 - Conselho Fiscal com atuação permanente; (art. 13, IV – Lei nº 13.303/16);
- Órgãos de Controle possuem acesso em tempo real a dados sobre licitações e contratos e acesso irrestrito a documentos, informações, atas e gravações para fiscalização das estatais; (arts. 85 e 86 – Lei nº 13.303/16);
 - Gastos com publicidade e patrocínio limitados a 0,5% da receita e, em ano eleitoral, não poderá passar a média dos três exercícios anteriores; (art. 93 – Lei nº 13.303/16);
 - Instituída a Comissão Interna de Elegibilidade, através do Ato nº 007/PR/2017, enquanto os estatutos sociais não forem alterados para constituir o Comitê Estatutário de Elegibilidade; (art. 10 – Lei nº 13.303/16); (art. 64 – Decreto nº 8.945/16);
 - Conselho Fiscal possui experiência mínima de três anos DAS, conselho ou diretoria de empresa; (art. 26 – Lei nº 13.303/16);
 - Administradores possuem experiência de dez anos na área da empresa ou do cargo, quatro anos em cargo de chefia superior, DAS-4 ou superior, docente, pesquisador ou profissional liberal; (art. 17, I – Lei nº 13.303/16);
 - Administradores não apresentam vedações definidas pela Lei das Estatais; (art. 17, III e § 2 – Lei nº 13.303/16);
 - Conselho de Administração possui o mínimo de 25% de membros independentes; (art. 22 – Lei nº 13.303/16);
 - Administradores recebem capacitação anual sobre legislação societária, mercado de capitais, divulgação de informações, controle interno, código de conduta, Lei Anticorrupção e temas afetos as atividades da empresa; (art. 17 – Lei nº 13.303/16);

- Os conselheiros de administração e fiscal não recebem remuneração em mais de dois conselhos consecutivos (art. 20 – Lei nº 13.303/16);
 - Metas de desempenho são avaliadas pelo Conselho de Administração; (art. 23 – Lei nº 13.303/16);
 - Plano de Negócios para o ano seguinte e plano estratégico para os próximos cinco anos aprovados pelo Conselho de Administração; (art. 23 – Lei nº 13.303/16);
 - Eleição direta para representantes dos empregados no Conselho de Administração concluída (art. 19, § 1º – Lei nº 13.303/16);
 - Conselho de Administração com seis conselheiros e Diretoria Executiva formada por quatro dirigentes e um presidente; (art. 13, I, III – Lei nº 13.303/16)
- Prazo de gestão dos administradores unificados e fiscais de até dois anos, com limite de três e duas reconduções, respectivamente; (art. 13, VI e VIII – Lei nº 13.303/16);
- Qualquer cidadão pode impugnar licitação e denunciar inobservância da Lei das Estatais; (art. 87, §§ 1 e 2 – Lei nº 13.303/16)
 - Função social da empresa corresponde ao interesse público que justificou a criação da CPRM, orientado para alocação eficiente dos recursos, ampliação do acesso de consumidores e do uso de tecnologia brasileira de formas economicamente sustentadas, e com práticas de sustentabilidade ambiental e responsabilidade social compatíveis com o mercado; (art. 27 – Lei nº 13.303/16);

Destaques do regime de aquisições

- A empresa iniciou no exercício de 2016, o processo de revisão dos normativos internos que regem as aquisições no âmbito da CPRM, visando à elaboração do Regulamento Interno de licitações e contratos, compatível com o disposto na Lei das Estatais; (art. 40 – Lei nº 13.303/16);
- Readequação da Publicação semestral da relação das aquisições de bens efetivadas pela Empresa, em sítio eletrônico oficial na internet de acesso irrestrito; (art. 48 – Lei nº 13.303/16).

Por fim, é importante ressaltar que a CPRM vem envidando todos os esforços, no sentido de promover as eventuais adaptações necessárias ao cumprimento integral da nova regulamentação imposta às empresas estatais federais, as quais foram iniciadas do exercício de 2016, de forma a garantir que o prazo de dois anos de adequação seja cumprido, conforme definido no art. 91 da Lei das Estatais nº 13.303/16.

3.2 Informações sobre dirigentes e colegiados

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM rege-se pelo Estatuto aprovado por meio do Decreto nº 1.524, de 20 de junho de 1995, o qual estabelece, dentre outras disposições, sobre a composição dos colegiados – Conselho de Administração e Conselho Fiscal – e da Diretoria Executiva, bem como as exigências para o processo de escolha, e papéis e funcionamento dos membros, no exercício de 2016.

Os membros dos órgãos de administração deverão ser brasileiros, residentes no País e de reconhecida capacidade técnica e administrativa. Não podem ser membros dos órgãos de administração, além dos impedidos legalmente, os que neles tiverem ascendentes, descendentes, colaterais ou parentes afins até terceiro grau.

Cada membro dos órgãos de administração deverá ao assumir e ao deixar o cargo ou função, e anualmente, apresentar declaração de bens, cuja guarda caberá ao órgão competente da Companhia, nos termos da lei.

A investidura far-se-á como se segue, dispensada a caução: o Presidente do Conselho de Administração e os Conselheiros, mediante termo de posse lavrado em livro próprio, assinado pelo Ministro de Estado de Minas e Energia e pelos empossados; e o Diretor-Presidente e os Diretores,

mediante termo de posse lavrado em livro próprio, assinado pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, pelo Presidente do Conselho de Administração e pelos empossados.

Os membros dos órgãos de administração serão responsáveis, nos termos da lei, pelos prejuízos que causarem à Companhia, devidamente apurados pelos órgãos competentes, responsabilizando essa que será pessoal ou solidária, conforme se tratar de ato individual ou de deliberação colegiada.

As atividades da CPRM serão exercidas por meio de órgãos centrais e regionais integrantes de estrutura organizacional estabelecida em Plano Básico, aprovado pelo Conselho de Administração.

Do Conselho de Administração

O Conselho de Administração será constituído: de um Presidente, nomeado pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado de Minas e Energia, e demissível *ad nutum*; do Diretor-Presidente, que exercerá a Vice-Presidência do Colegiado; de quatro Conselheiros, eleitos pela Assembleia Geral, três dos quais indicados pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, de profissionais de notória experiência das comunidades geocientífica e empresarial do setor mineral e hídrico do País, e um indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento, observada a legislação aplicável. O mandato dos conselheiros é de dois anos sendo permitida a reeleição.

A investidura do Diretor-Presidente na função de Conselheiro far-se-á mediante termo lavrado em livro próprio, assinado pelo Presidente do Conselho e pelo empossado.

O Conselho de Administração é o órgão de orientação e direção superior da CPRM e reunir-se-á, ordinariamente, a cada três meses, por convocação do Presidente, com a presença deste e da maioria de seus membros e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros. Deliberará sempre por maioria simples de votos.

Ao Conselho de Administração, além de suas atribuições legais, compete deliberar sobre planos, programas e normas de ação, estrutura organizacional básica, ordem econômica e financeira e, especificamente:

I – aprovar as diretrizes e os instrumentos de planejamento, os programas de trabalho, as propostas de orçamento anual e suas alterações, bem como o Plano Básico referido no art. 27 do Estatuto CPRM;

II – decidir sobre alienação e oneração de bens imóveis;

III – estabelecer critérios para celebração de convênios, contratos e acordos, de natureza técnica, administrativa, científica e cultural, bem como para a negociação dos resultados de pesquisas minerais realizadas pela CPRM;

IV – deliberar sobre empréstimos em geral contraídos pela empresa;

V – designar e dispensar, por proposta da Diretoria Executiva, o titular do órgão de auditoria interna da CPRM;

VI – manifestar-se sobre qualquer assunto que, em decorrência de lei ou do estatuto, dependa de deliberação do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral de Acionistas;

VII – deliberar sobre casos que a Diretoria Executiva entenda devam ser submetidas ao Conselho de Administração;

VIII – resolver os casos omissos neste Estatuto.

Do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal compõe-se de três membros, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, podendo ser reeleitos, sendo que um deles será eleito pelos acionistas possuidores de ações ordinárias minoritárias, outro mediante indicação do Ministro de Estado de Minas e Energia, e o terceiro pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional.

Cada membro do Conselho Fiscal terá um suplente, eleito pela forma estabelecida no artigo anterior. As reuniões do Conselho Fiscal serão presididas por um de seus membros, mediante

rodízio. As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria simples de votos e lançadas no livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal.

Da Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva será constituída do Diretor-Presidente e de até quatro Diretores, todos eleitos pelo Conselho de Administração. O Diretor-Presidente e os Diretores exercerão o cargo em regime de tempo integral e de dedicação exclusiva ao serviço da Companhia. O mandato do Diretor-Presidente e dos Diretores é de três anos, permitida a recondução dos Diretores.

A Diretoria Executiva é o órgão geral da Companhia, cabendo-lhe a representação da CPRM e, precipuamente, exercer a gestão dos negócios da sociedade, de acordo com a missão os objetivos, as estratégias e diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração.

Reunir-se-á sempre que necessário, e no mínimo a cada 30 dias, sob a presidência do Diretor-Presidente ou, na ausência deste, do Diretor por ele indicado, com a maioria de seus membros, em qualquer parte do território nacional onde a CPRM mantiver escritório ou dependência regional. Deliberará sempre por maioria simples de votos.

À Diretoria Executiva compete:

I – propor ao Conselho de Administração:

a) planos e orçamentos e em especial o Plano Básico referido no art. 27, programas, normas gerais, ou suas alterações, e outros documentos normativos necessários à orientação do funcionamento da Companhia;

b) alterações do estatuto;

c) a designação e a dispensa do titular do órgão de auditoria interna da CPRM;

d) alienação e oneração de bens imóveis;

e) a criação, transformação ou extinção de órgãos regionais, dependências, filiais, sucursais e escritórios no País e no exterior.

II – deliberar sobre atos, contratos, convênios, ajustes e acordos necessários à consecução do objeto social da CPRM;

III – estabelecer e modificar a estrutura organizacional da CPRM, bem como criar ou extinguir órgão temporários, observadas as linhas gerais do Plano Básico referido no art. 27 deste estatuto;

IV – decidir sobre a distribuição aos Diretores, por proposta do Diretor-Presidente, dos encargos correspondentes às respectivas áreas definidas no Plano Básico;

V – aprovar, mediante proposta do Diretor-Presidente, a designação dos titulares de órgãos diretamente subordinados a membros da Diretoria Executiva;

VI – elaborar e definir, em consonância com as normas gerais aprovadas pelo Conselho de Administração, as regras específicas e os procedimentos administrativos a serem observados nas atividades da Companhia;

VIII – instituir e implantar o quadro geral de pessoal, bem como os planos de classificação e avaliação de cargos, de desenvolvimento de recursos humanos, de remuneração e vantagens, obedecidas as normas e diretrizes do Governo Federal;

VIII – deliberar e decidir sobre aquisição de bens imóveis, alienação, aquisição e oneração de outros bens, prestação de garantias e compromissos arbitrais, no limite de sua competência;

IX – autorizar atos de renúncia ou transação, judicial ou extrajudicial, para pôr fim a litígios ou pendências;

X – encaminhar ao Conselho de Administração o Relatório Anual da Administração e respectivas demonstrações financeiras, bem como informações periódicas, boletins e demonstrativos do estado e do andamento dos programas e atividades da CPRM.

A iniciativa das proposições à Diretoria Executiva será do Diretor-Presidente ou dos Diretores.

3.3 Atuação da unidade da auditoria interna

O Serviço Geológico do Brasil conta com uma Unidade de Auditoria Interna na sua estrutura organizacional, formalmente constituída, com o objetivo de contribuir com o fortalecimento da gestão e a racionalização das ações de controle, bem como para prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Conforme disposto no Estatuto, a Auditoria Interna – AUDITE da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, está vinculada diretamente ao Conselho de Administração da empresa, tendo por objetivo principal assessorar a Administração Superior na aferição do desempenho e cumprimento das atribuições definidas para cada área da Empresa, tendo em conta as diretrizes governamentais e as metas previamente determinadas.

Em atendimento a Instrução Normativa da SFC nº 001/2001, a AUDITE realiza suas atividades através de um conjunto de procedimentos, tecnicamente normatizados, que funciona por meio de acompanhamento indireto dos processos, avaliação de resultados e proposição de ações corretivas para os desvios gerenciais ocorridos na CPRM – Serviço Geológico do Brasil.

Para tanto, a Auditoria Interna emite Relatórios e Pareceres que contêm análises, avaliações, recomendações de forma a assegurar a fidedignidade das informações relativas ao desempenho e atividades das áreas examinadas, para que a Alta Administração possa concretizar o planejamento estratégico e transformar as ações em resultados.

A unidade de auditoria da CPRM é composta por um Chefe de Auditoria Interna, nomeado pelo Conselho de Administração e devidamente aprovação pelo da Controladoria Geral da União – CGU, por oito auditores e um assistente administrativo, todos do quadro efetivo da empresa.

No exercício de 2016 a Auditoria Interna da CPRM realizou os trabalhos de acompanhamento da gestão, abrangendo as áreas de Gestão Orçamentária, Financeira, Patrimonial, de Recursos Humanos, de Suprimento de Bens e Serviços e Operacional, os quais resultaram na elaboração de 05 Relatórios de Auditoria de Acompanhamento.

Observamos que os trabalhos Acompanhamento da Gestão, realizados pela AUIITE nas 05 Unidades Gestoras no exercício de 2016, resultaram na identificação de 71 pontos críticos de auditoria, para os quais foram emitidas as respectivas recomendações para adoção de ações saneadoras pelos gestores.

Relativamente ao exercício de 2016, também foram emitidas 14 (quatorze) Notas Técnicas de Auditoria, incluindo as respectivas recomendações para as fragilidades identificadas em processos de aquisições e contratações realizados pela empresa, além de 2 (dois) Pareceres de Auditoria e de 1 (uma) Orientação Técnica.

Com relação aos trabalhos de monitoramento da gestão realizados no exercício de 2016, a Auditoria Interna analisou as ações adotadas pelos gestores, em atendimento às recomendações expedidas pela Controladoria-Geral da União, pela Auditoria Externa, pela própria AUDITE, além das determinações emitidas pelo Tribunal de Contas da União, as quais foram consignadas nos 18 Relatórios de *Follow-up*, os quais foram remetidos para reavaliação dos gestores.

Cabe destacar também, que a atividade permanente de monitoramento dos atos de gestão possibilitou a AUDITE avaliar a efetividade no atendimento das recomendações e determinações expedidas pelos Órgãos de Controle e Auditoria Interna no quadriênio 2012-2015, sendo certo que a empresa vem atingindo índices satisfatórios no saneamento dos pontos críticos identificados.

Além disto, coube a Auditoria Interna a realização de diversas outras funções normativas relacionadas à boa governança, à melhoria da prestação de serviços aos cidadãos, ao aumento da transparência, a prevenção da corrupção e à melhoria das boas práticas gerenciais e governamentais, no âmbito da CPRM – Serviço Geológico do Brasil.

3.4 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

A Diretoria Executiva da CPRM entende que até o exercício de 2016 a institucionalização de um Órgão de Correição interno ainda não era viável, devido ao baixo volume de sinistros e demandas ocorridas anualmente na empresa.

Contudo, para apuração dos ilícitos administrativos, a CPRM possui Normativo Interno AAS – 06.01 que dispõe sobre a instauração de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que tem por finalidade estabelecer o controle sobre a disciplina e a regularidade dos serviços; prover o princípio da segurança jurídica, pelo qual as regras procedimentais devem ser claras, para compreensão e exercício pelas partes interessadas; e buscar o princípio constitucional da eficiência, pelo qual se impõe que as ações administrativas alcancem resultados positivos.

A deliberação de instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar será de competência do Diretor-Presidente, conforme previsto na seção IV do Estatuto da Empresa.

A apuração das infrações e responsabilidades disciplinares e de irregularidades, fora das atribuições rotineiras dos serviços de Auditoria Interna da Empresa, será realizada por meio de sindicância administrativa investigatória, sindicância administrativa acusatória e processo administrativo disciplinar, ou, ainda, por Câmaras de Conciliação e Arbitragem, conforme o caso, nos termos da presente Norma, assegurados o contraditório e ampla defesa.

Ressalta-se que os procedimentos disciplinares como sindicâncias, inquéritos e outros processos administrativos previstos em norma interna, que se destinem à apuração de possível prática de infração de irregularidade praticados por agentes públicos, ou que causaram possíveis danos ao erário, bem como o respectivo resultado, são informados a Controladoria-Geral da União regularmente conforme estabelecido pelo Decreto nº 5.480/2005 e pela Lei nº 10.683/2003.

3.5 Gestão de riscos e controles internos

Inicialmente, cabe ressaltar que as diretrizes estratégicas da empresa são estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia – MME, ao qual está vinculada a CPRM. Tais diretrizes são construídas por meio do Plano Nacional de Mineração – PNM, cuja quarta edição foi lançada em fevereiro de 2011, visando nortear o setor mineral brasileiro até o ano de 2030. O PNM/2011-2030 elaborado e coordenado pelo MME objetivou principalmente a consolidação do Marco Regulatório da Mineração no Brasil e a ampliação do conhecimento geológico do território brasileiro, através dos levantamentos geológicos sistemáticos, geofísicos, hidrogeológicos e de geodiversidade.

Tais informações foram fundamentais para a elaboração da matriz de risco e a definição dos macroprocessos passíveis de serem trabalhados no exercício de 2016, por Programa de Governo de responsabilidade da CPRM, em cada Unidade Gestora de Recursos.

Desta forma, considerando a previsão orçamentária estimada por UG para o exercício de 2016, são identificadas as ações de maior materialidade e relevância para a CPRM, cadastradas nos Programas de Governo de responsabilidade da CPRM, com o objetivo de priorizar as atividades de controle em ações consideradas estratégicas pelo Ministério de Minas e Energia – MME.

Assim, na construção da matriz de risco utilizada para o planejamento das atividades da empresa, são considerados fundamentalmente os programas de governo estratégicos pelo MME e suas respectivas ações de responsabilidade da CPRM, de acordo com a estimativa orçamentária e metas físicas pactuadas na Lei Orçamentária Anual – LOA da cada exercício.

Outros fatores relevantes também são fundamentais para construção da matriz de risco, tais como o conhecimento detalhado do sistema contábil e do SIAFI, avaliação dos controles internos utilizados pela empresa e seu grau de confiabilidade, bem como os ciclos operacionais relacionados com o volume de transações e operações de cada Unidade Gestora da CPRM.

Para definição do grau de risco de cada Ação Governamental de responsabilidade da CPRM, também são utilizados os trabalhos de Auditoria Interna, os quais possuem avaliação criteriosa dos controles internos de cada Unidade Gestora da CPRM, sendo que quanto maiores forem os riscos existentes, e quanto menor for à qualidade dos controles internos, necessariamente maiores serão os procedimentos específicos a ser adotados pelos gestores em áreas críticas.

Estabelecer os riscos envolvidos possibilita antever grande parte das impropriedades, mediante a adoção de providências que visem minimizar suas ocorrências, as quais podem afetar significativamente os resultados dos trabalhos da empresa.

Neste sentido, para seleção das áreas, processos e unidades da CPRM a ser auditados, são levados em consideração diversos fatores que apontam o risco inerente para cada atividade de auditoria prevista, além de outros aspectos de ordem operacional, por Unidade Gestora de Recursos.

A partir disto, são desenvolvidos critérios de pontuação quanto aos aspectos da materialidade, relevância e criticidade, em relação aos processos, procedimentos e operações da CPRM, os quais definem o “Grau de Risco” de cada Ação Governamental de responsabilidade da CPRM, executados em suas respectivas Unidades Gestoras de Recursos.

Contudo, considerando a publicação da nova regulamentação aplicada as Estatais, por meio do Decreto nº 8.945/16, que regulamentou, no âmbito da União, a Lei nº 13.303/16, a CPRM iniciou o processo de adaptação do seu estatuto social, onde deverão estar definidas as regras de estruturas e práticas de gestão de riscos e controles internos, no âmbito da empresa.

No processo de adaptação do estatuto, a CPRM pretende instituir área responsável pela implementação, manutenção, monitoramento e revisão dos controles internos da gestão, tendo por base a identificação, a avaliação e o gerenciamento de riscos que possam impactar a consecução dos objetivos estabelecidos pelo Poder Público, de acordo com as orientações da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016.

O calendário para adaptação dos estatutos sociais das empresas, definido pelo Grupo Executivo da CGPAR, dispõe que as empresas deverão convocar Assembleia Geral para a devida homologação, onde foi sugerido o prazo de apresentação pela CPRM em dezembro de 2017.

3.6 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

O serviço de auditoria independente referente às Demonstrações Contábeis anuais da CPRM é executado pela MACIEL & AUDITORES S/S – EPP, com sede na Avenida Bastian, nº 366, Menino de Deus, CEP 90.130-020, Porto Alegre – RS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.098.174/0001-80, conforme Contrato nº 039/PR/14 de 18 de julho de 2014.

4. ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

4.1. Gestão de pessoas

4.1.1. Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 21 – Força de Trabalho da CPRM

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos	Egressos
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1837	1743	–	27
1.1. Membros de poder e agentes políticos	–	–	–	–
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1837	1741	–	20
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	–	–	–	–
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	–	–	–	–
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	–	–	–	–
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	–	2	–	7
2. Servidores com Contratos Temporários	–	–	–	–
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	–	–	–	–
4. Total de Servidores (1+2+3)	1837	1743	24	27

Quadro 22 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	547	1196
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	–	–
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	545	1196
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	–	–
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	–	–
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	–
2. Servidores com Contratos Temporários	–	–
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	–	–
4. Total de Servidores (1+2+3)	547	1196

Quadro 23 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da CPRM

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos	Egressos
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	5	5	3	3
1.1. Cargos Natureza Especial	–	–	–	–
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	5	5	–	–
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	–	2	–	–
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	–	3	–	–
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	–	–	–	–
1.2.4. Sem Vínculo	–	–	–	–
1.2.5. Aposentados	–	–	–	–
2. Funções Gratificadas	–	291	11	20
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	–	243	–	–
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	–	46	11	13
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	–	2	–	7
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	5	296	14	23

Análise quantitativa e qualitativa da execução

A força de trabalho disponível na Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM está equilibrada entre área meio e área fim, frente às necessidades atuais, tendo em vista que em 2013 foi realizado um concurso público para suprir a carência de pessoal e em 2016 ocorreu um concurso para Técnico em Geociências – Técnico em Hidrologia para suprir 52 (cinquenta e duas) vagas.

No ano de 2016 foram realizados estudos com novos critérios e elencados 469 (quatrocentos e sessenta e nove) empregados com requisitos necessários para adesão ao Plano de

Desligamento Incentivado e de Sucessão Programada que a empresa submeteu à apreciação dos órgãos superiores para que ocorra a renovação da sua força de trabalho.

4.1.1.1. Informações específicas sobre a estrutura de pessoal

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM encerrou o exercício de 2016 com 1.789 (hum mil, setecentos e oitenta e nove) profissionais: 1.741 (hum mil, setecentos e quarenta e um) efetivos, 46 (quarenta e seis) nomeados por livre provimento e 2 (dois) requisitados de outros Órgãos da Administração Pública. Dentre os efetivos, 1.044 (hum mil e quarenta e quatro) são ocupantes de cargos de nível superior, 632 (seiscentos e trinta e dois) de nível médio e 65 (sessenta e cinco) de nível fundamental.

De um total de 291 (duzentos e noventa e um) funções de confiança, 243 (duzentos e quarenta e três) são ocupadas por empregados do quadro efetivo, 46 (quarenta e seis) nomeados por livre provimento e 2 (dois) por requisitados de outros órgãos.

4.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 24 – Despesas com pessoal

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade										
Exercícios	2016	165.966.114	18.566.334	43.949.620	10.223.063	305.071	18.441.280	0	0	257.451.482
	2015	159.783.709	16.602.608	41.736.735	12.820.355	228.430	13.372.020	0	0	244.543.857
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade										
Exercícios	2016	0	0	7.099.987	0	0	0	0	0	7.099.987
	2015	0	0	6.404.347	0	0	0	0	0	6.404.347
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
Exercícios	2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores cedidos com ônus										
Exercícios	2016	644.151	0	0	0	0	0	0	0	644.151
	2015	708.825	0	0	0	0	0	0	0	708.825
Servidores com contrato temporário										
Exercícios	2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0

4.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

A política de Recursos Humanos da CPRM é pautada no modelo de gestão que prioriza a valorização dos empregados através do constante desenvolvimento e capacitação profissional. No ano de 2016, o Departamento de Recursos Humanos teve como principais metas a continuidade na atualização das normas internas, buscando a melhor orientação de seu corpo funcional e a manutenção do desenvolvimento gerencial com foco no fortalecimento da gestão de pessoas.

Os riscos da gestão de pessoas da CPRM estão associados a:

a. Sistema de gestão que necessita de melhorias, para tal é necessário investimento em TI e capacitação dos usuários.

b. O envelhecimento do nosso corpo funcional, acima de 61 (sessenta e um) anos que corresponde a 482 (quatrocentos e oitenta e dois) empregados, aproximadamente 27% do efetivo. Esse risco operacional de recursos humanos concentra-se, sobretudo, no expressivo número de aposentadorias previsto para o período 2016-2020, comprometendo a situação da força de trabalho da CPRM; necessitando novo concurso público para reposição de vagas.

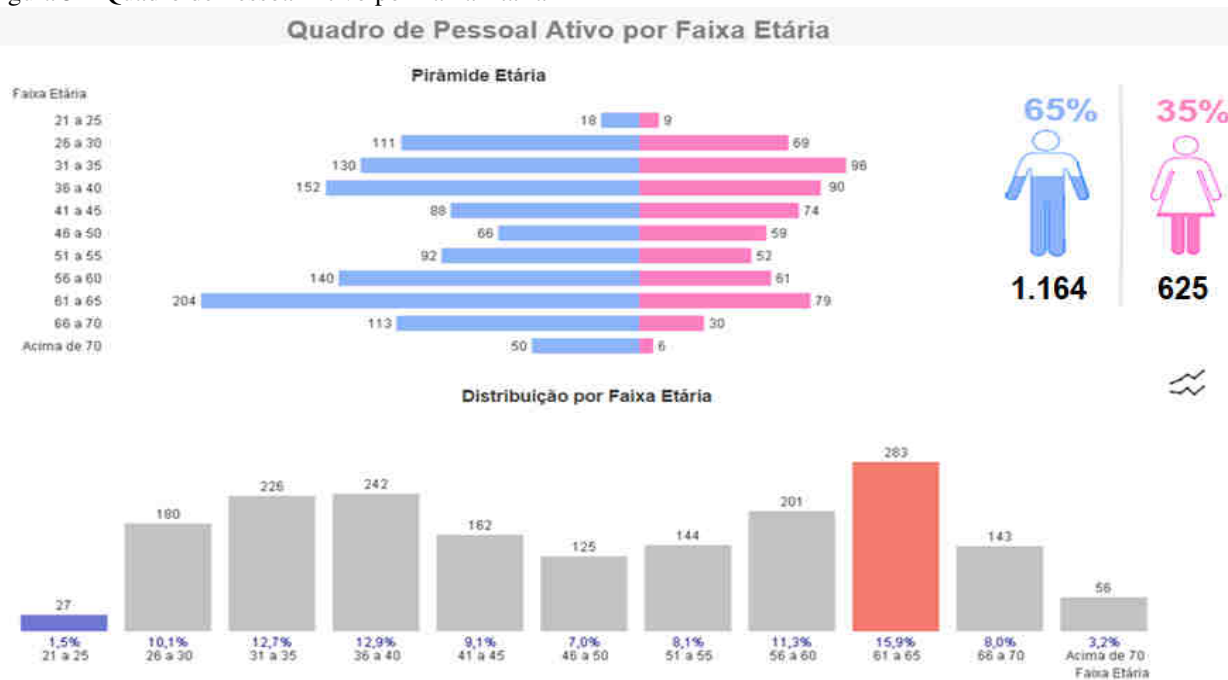
c. A cultura funcional enraizada, impactando em processos de melhorias.

d. Falta de descrição de processos internos.

e. Desequilíbrio entre a força de trabalho masculina e feminina, assim como a baixa quantidade de mulheres para cargos comissionados.

f. Necessidade de mudança no Plano de Cargos e Salários para a retenção dos profissionais.

Figura 5 – Quadro de Pessoal Ativo por Faixa Etária



Para fazer face ao cenário de crescente escassez da força de trabalho, frente ao aumento da demanda por serviços, pretende-se adotar medidas estratégicas e técnicas modernas para aumento da produtividade e da racionalização de processos de trabalho, inclusive com o uso intensivo de tecnologia da informação, e ainda a utilização de estratégias de gestão focadas em resultados e de melhor critério de alocação de colaboradores.

Permanecem em pauta o planejamento de sucessões, capacitação contínua, ações diversas do plano de comunicação em gestão de pessoas, políticas de qualidade de vida, promoção de melhoria no clima organizacional, reforçando informações e objetivando transparência nas práticas de gestão de pessoas.

4.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

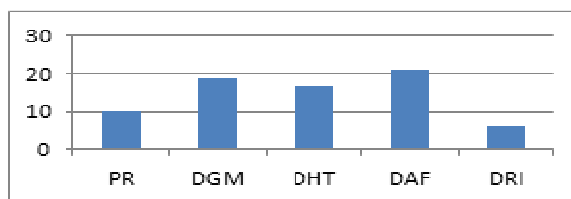
4.1.4.1. Contratação de pessoal de apoio

Vide Anexo – I

4.1.4.2. Contratação de estagiários

Quanto ao quantitativo de estagiários, no ano de 2016 foram efetuadas 67 (sessenta e sete) novas contratações, enquanto o número de desligados foi de 90 (noventa). O ano foi encerrado com um total de 73 (setenta e três) estagiários, sendo 32 (trinta e dois) no Escritório do Rio de Janeiro, 03 (três) na SEDE, 01 (um) na REFO, 01 (um) na REPO, 03 (três) na RETE, 07 (sete) em Belém, 02 (dois) em Belo Horizonte, 10 (dez) em Goiânia, 06 (seis) em Porto Alegre, 06 (seis) em Recife e 02 (dois) em Salvador.

Do quadro geral por diretoria, os estagiários se encontram lotados da seguinte maneira:



PR	10
DGM	19
DHT	17
DAF	21
DRI	6

4.2. Gestão do patrimônio e infraestrutura

4.2.1. Gestão do patrimônio imobiliário da União

A CPRM têm 22 (vinte e dois) imóveis utilizados, em suas atividades, especificados no quadro abaixo, sendo: 08 (oito) imóveis próprios, 09 (nove) imóveis cedidos e 05 (cinco) imóveis doados.

Quadro 25 – Relação dos Imóveis de Propriedade da CPRM, Cedido e Recebido em Doação

Local	Endereço	Situação
Rio de Janeiro/RJ	Av. Pasteur nº 404	Próprio
Belo Horizonte/MG	Av. Brasil nº 1731	Próprio
Salvador/BA	Av. Ulisses Guimarães nº 2862	Próprio
Feira de Santana/BA	Rua Rio de Janeiro nº 133	Cedido
Morro do Chapéu/BA	Lotes 01 a 07 e 21 a 27 da Quadra D – Loteamento Soledade	Próprio
Caeté/BH	Av. João Pinheiro nº 94, 94B, 94C e 140	Próprio
Mossoró/RN	Rodovia BR 304 nº km 52	Próprio
Porto Alegre/RS	Rua Banco da Província nº 105/139	Próprio
Caçapava do Sul/RS	Rua Borges de Medeiros nº 394	Próprio
Araraquara/SP	Av. Marginal Eng. Camilo Dinucci nº 989	Doação
Manaus/AM	Av. André Araújo nº 2160	Doação
Boa Vista/RR	Av. Benjamin Constant, quadra 48 zona 1 nº 1028 – Centro – Boa Vista – RR	Cedido
Teresina/PI	Rua Goiás nº 312	Doação
Goiânia/GO	Rua Cento e Quarenta e Oito nº 485	Doação
Porto Velho/RO	Av. Lauro Sodré nº 2561	Cedido
Belém/PA	Av. Dr. Freitas nº 3645	Cedido
Recife/PE	Av. Sul nº 2.291 – Afogados	Cedido
São Paulo/SP	Rua Costa nº 55 e 63	Cedido
Fortaleza/CE	Av. Antônio Sales nº 1418 – Fortaleza	Cedido
São Paulo/SP	Estrada Apiaí – Iporanga km 325 – Município de Apiaí – São Paulo	Cedido
Curitiba/PR	Rua Voluntários da Pátria nº 475 – Curitiba – Paraná	Doação
Natal/RN	Rua da Torre, s/n – Morro Branco – Natal – Rio Grande do Norte	Cedido

4.2.2. Informações sobre imóveis locados de terceiros

Quadro 26 – Relação dos Imóveis Alugados para Uso da CPRM

Local	Endereço
Criciúma/SC	Rua Maestro Jacó, nº 805 – sala 404
Caçapava do Sul/RS	Av. Presidente Kennedy nº 2173
Fortaleza/CE	AV. Antônio Sales nº 1419 – Joaquim Távora – Fortaleza – CE
Brasília/BR	Edifício Central Brasília – SBN Quadra 02 – Bloco H – Setor Bancário Norte – Brasília – DF
Morro do Chapéu/BA	Praça Camilo Calasans, s/n
Natal/RN	Rua Antônio Henrique de Melo nº 2010 – Capim Macio

4.3. Gestão da tecnologia da informação

4.3.1. Principais sistemas de informações

Sistemas que mais contribuem para a realização da missão e objetivos institucionais:

Sistema: GEOBANK

O GEOBANK é o Sistema de Informações Geológicas da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, disponibilizado ao público na *web* desde 2004, e responsável pelo armazenamento e disponibilização do acervo digital de dados, mapas, imagens e relatórios, especialmente aqueles produzidos a partir de 2003, de acordo com as normas e manuais de padronização da produção dos trabalhos técnicos desenvolvidos diretamente ou contratados pela CPRM. O sistema permite inserir e editar dados (para usuários específicos), consultar as bases de dados e espacializar os resultados das pesquisas, visualizar mapas e imagens, via WebGis, fazer *download* e conexões por protocolos WMS e WFS com outros portais, como OneGeology e VINDE – Visualizador da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais.

O GEOBANK GIS e o Risco Geológico GIS são as interfaces de visualizadores de mapas *online* do sistema, que congregam uma série de funcionalidades, visando facilitar a busca, a interação de temas e *downloads*. Estes módulos de visualização *Webmap Viewer* são acessíveis a partir de *link*, na página inicial do sistema (www.geobank.cprm.gov.br), e constituem poderosas ferramentas de auxílio para análise dos dados espaciais contidos em suas bases de dados temáticas.

A manutenção do sistema é própria, porém o sistema Geobank é apoiado em algumas tecnologias que requerem licenças de renovação/atualização e manutenção, como a ferramenta de SIG (Sistema de Informação Geográfica), ArcGisServer (produtos ESRI) e o banco de dados espacial Oracle.

O custo anual com renovação de produtos ESRI é de cerca de R\$300.000,00 e com renovação do Banco Oracle de R\$80.000,00.

O Sistema GEOBANK encontra-se plenamente implantado e produtivo, identificado, como a interface técnica geológica da CPRM, junto à comunidade geocientífica, tanto no Brasil, quanto no exterior.

Entretanto, por sua natureza essencialmente tecnológica, e considerando-se a demanda constante de novas funcionalidades e ferramentas de gestão de dados, o Sistema GEOBANK jamais será um produto 100% concluído, sendo imperativo manter sempre uma equipe mínima de manutenção e desenvolvimento, capaz de fazer os upgrades tecnológicos, garantir o desempenho do sistema e atender necessidades dos usuários.

Visando ao atendimento da demanda de produção técnica da CPRM, em 2016, registraram-se, dentre outras, as seguintes melhorias:

→ Dados de Geoquímica: Foram disponibilizados no GEOBANK GIS os dados analíticos inéditos de 59 (cinquenta e nove) projetos da CPRM, que podem ser filtrados e visualizados em camadas e também baixados pelo usuário, sendo que, neste caso, será requerida sua identificação, através de *login* e senha.

→ Dados de Geofísica: Imagens inéditas, processadas em formato Geotiff, de 102 (cento e dois) projetos aerogeofísicos da CPRM foram disponibilizadas no GEOBANK GIS. Elas podem ser

visualizadas na galeria de imagens e baixadas por projeto, mediante a identificação do usuário. Temas envolvidos: (a) Levantamentos magnetométricos: campo magnético anômalo; primeira derivada vertical e amplitude do sinal analítico; (b) Levantamentos gamaespectrométricos: contagem total, eTh, eU, eK, razão eU/K, razão eTh/K, razão eU/eTh e composição ternária RGB do K/eTh/eU.

→ Base Risco Geológico: Base de dados geotécnicos de áreas de risco geológico. Foram cadastrados e disponibilizados os mapas de risco dos 32 (trinta e dois) municípios listados a seguir: Conde (BA), Itaguara (MG), Peixe (TO), Ipuiuna (MG), Augusto Corrêa (PA), Brejo Santo (CE), Pereiro (CE), Miracema do Tocantins (TO), Porto Alegre do Tocantins (TO), Brotas (SP), Braço do Trombudo (SC), São Jose do Rio Pardo (SP), Jaguaratama (CE), Camanducaia (MG), São Francisco do Sul (SC), São João do Jaguaribe (CE), Lajeado (TO), Tambaú (SP), Monte Sião (MG), Iracema (CE), Saudades (SC), Ouro (SC), Águas da Prata (SP), São João da Boa Vista (SP), Porto Xavier (RS), Torrinha (SP), Litapina (SP), São Sebastião do Gramma (SP), Rio da Conceição (TO), Casa Branca (SP), Guabiruba (SC) e Orleans (SC).

→ Inclusão no Risco Geológico GIS das seguintes camadas de dados pontuais, relativas aos anos de 2012 a 2015, disponíveis para visualização: cicatrizes de escorregamento, feições erosivas e outras feições.

→ Módulo de identificação de usuário para *download* de dados de geoquímica e de imagens de geofísica: Visa fornecer à CPRM informações gerenciais objetivas sobre perfis e preferência de usuários.

Como a grande maioria dos profissionais envolvidos na manutenção e desenvolvimento do GEOBANK é de profissionais do quadro efetivo, o risco se resume à eventualidade de obrigatoriedade de dispensa de profissionais em função gratificada. Neste caso, pelo menos dois profissionais de desenvolvimento e de alta especialização e profundo conhecimento do sistema seriam dispensados, com grave prejuízo imediato.

O maior risco à continuidade é o de faltar recursos para atualização das licenças do sistema e este tornar-se obsoleto, em termos de novas tecnologias. Ação para mitigar: prever no orçamento recurso para renovação de licenças; e estudo e preparação da equipe para adoção de tecnologia livre.

Outro risco é relacionado à disponibilidade, em caso de falta de recurso para a manutenção do datacenter de alta disponibilidade onde o sistema está disponibilizado. Ação para mitigar: Prever no orçamento recurso.

Sistema: SIAGAS

O SIAGAS (Sistema de Informações de Águas Subterrâneas) é um sistema de informações de águas subterrâneas desenvolvido pela CPRM, que é composto por uma base de dados de poços permanentemente atualizada, e de módulos capazes de realizar consulta, pesquisa, extração e geração relatórios.

O SIAGAS desenvolvido e mantido pela CPRM, a partir do mapeamento e pesquisa hidrogeológica em todo o país, permite a gestão adequada da informação hidrogeológica e a sua integração com outros sistemas. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, através da Moção nº 038, de 7 de dezembro de 2006, recomendou a adoção do SIAGAS, pelos órgãos gestores estaduais, Secretarias dos Governos Estaduais, Agência Nacional de Águas – ANA e Usuários dos Recursos Hídricos Subterrâneos, como base nacional compartilhada para armazenagem, manuseio, intercâmbio e difusão de informações sobre águas subterrâneas.

A manutenção do atual sistema de entradas de dados em *desktop* e visualização *web* é própria.

O módulo de visualização *web* do SIAGAS atual foi desenvolvido por terceiro e houve passagem de conhecimento.

O módulo de entrada de dados do SIAGAS foi modernizado por terceiro para uma versão WEB que ainda não entrou em produção.

Devido o contingenciamento orçamentário, está sendo reavaliada a possibilidade da manutenção ser feita pela equipe interna e/ou se será contratado recurso externo para esta manutenção.

O novo módulo de entrada de dados já foi concluído. No entanto, há uma questão sobre o componente PLC (perfil litológico construtivo) que foi desenvolvido sob tecnologia de APPLLET e que necessita de algumas autorizações de segurança para que possa ser utilizado.

Além disso, alguns navegadores desde 2016 já declaram que não darão mais suporte ao Applet Java e consequentemente causar sérios problemas aos sites que utilizam esta tecnologia. Adoção de uma assinatura digital seria uma das soluções para contornar este problema ou adotar uma outra tecnologia para desenvolver o perfil gráfico.

Este item está sendo motivo de nova contratação. Ainda não tem o valor estimado.

Não há profissionais alocados na manutenção deste sistema. O risco se resume à necessidade de manutenção evolutiva ou corretiva e não haver disponibilidade para a contratação de um recurso habilitado com a tecnologia adotada. Em caso de necessitar de algum ajuste corretivo, há possibilidade do sistema ficar até indisponível. Ações para mitigar: definir no planejamento orçamento para a contratação desta manutenção.

Quanto à disponibilidade deste sistema há o risco de descontinuidade por não haver contingência do servidor de banco de dados que o atende. Ações para mitigar: o servidor de contingência já está em processo de aquisição.

Outro risco é relacionado à disponibilidade, é a falta de recurso para a manutenção do datacenter de alta disponibilidade para onde o sistema esta sendo migrado. Ação para mitigar: Prever no orçamento recurso.

Sistema: RIMAS

O RIMAS (Rede Integrada de Monitoramento das Águas Subterrâneas) é um aplicativo WEB para disponibilização de dados de monitoramento de água subterrânea o qual permite pesquisar o banco de dados de poços administrado pelo SIAGAS, extraindo um conjunto de dados e informações relacionadas com à Rede Nacional Integrada de Monitoramento de Águas Subterrâneas – RIMAS, elaborando rotina de pesquisa, de geração de gráficos analíticos e temporais, bem como produzindo relatórios customizados, sendo tais informações apresentadas em uma janela Web RIMAS destacada no Web SIAGAS.

A rede de monitoramento proposta é de natureza fundamentalmente quantitativa, ou seja, tem o propósito de registrar as variações de nível d'água (NA). Instrumentos que permitem o registro automático do NA estão sendo instalados nos poços de observação e trimestralmente é feita a coleta dos dados armazenados os quais, posteriormente, são submetidos aos processos de consistência e tratamento e posteriormente inseridos dentro da base SIAGAS.

O atual Rimasweb é uma adaptação do Siagasweb que foi desenvolvido por terceiro, no entanto, ambos já foram absorvidos pelos técnicos da DIINFO (desenvolvimento) que detém conhecimento em PHP. A manutenção é interna e o sistema está concluído.

Quanto à disponibilidade deste sistema há o risco de descontinuidade por não haver contingência do servidor de banco de dados que o atende. Ações para mitigar: o servidor de contingência já está em processo de aquisição.

Outro risco é relacionado à disponibilidade, é a falta de recurso para a manutenção do datacenter de alta disponibilidade para onde o sistema esta sendo migrado. Ação para mitigar: prever no orçamento recurso.

Sistema: SACE – Sistema de Alerta e Controle de Enchentes

É um sistema que registra o monitoramento dos níveis pluviais de 11 (onze) bacias (das bacias dos Rios Madeira, Doce, Caí, Paraguai, Amazonas, Muriaé, Taquari, Parnaíba, Acre, Negro e Branco), disponibilizando, em tempo real via *web*, a classificação de criticidade em cada ponto de medição (o total de bacias foi ampliado de 2015 para 2016).

Além disso, permite o armazenamento de equações de previsão hidrológica de baixa complexidade, bem como publica os boletins na página e os transmite via e-mail para os interessados e o CEMADEM.

Sistemas de Alertas Hidrológicos são considerados uma medida não estrutural que visa à melhor convivência da população com enchentes, inundações e secas, através da geração de boletins e relatórios com meses, dias ou horas de antecedência em relação aos eventos críticos. São de caráter preventivo, ou seja, não adotam soluções físicas que implicam execução de obras.

Este produto permite que agências governamentais, instituições públicas e privadas, defesa civil e cidadãos possam tomar decisões sobre políticas e ações para mitigar os riscos de inundações e secas.

O desenvolvimento foi terceirizado e não há equipe de manutenção com perfil apropriado à tecnologia em que foi desenvolvido. Está previsto para 2017 uma manutenção evolutiva do produto que será contratada.

O sistema está concluído, porém requer manutenção evolutiva. O risco de falta de orçamento para a contratação da manutenção evolutiva e prejudicar o seu funcionamento.

Risco relacionado à disponibilidade é a falta de recurso para a manutenção do datacenter de alta disponibilidade para onde o sistema esta sendo migrado. Ação para mitigar: prever no orçamento recurso.

Risco relacionado à continuidade é a falta de recurso para a manutenção do evolutiva/corretiva do sistema. Ação para mitigar: prever no orçamento recurso.

Sistema: RIGEO – Repositório Institucional de Geociências

Tem como objetivo permitir o acesso integral à produção científica institucional e à produção intelectual dos pesquisadores da instituição, preservar a memória científica gerada ao longo dos anos, fomentar a pesquisa científica na área de geociências e demais áreas do conhecimento, permitir o livre acesso às publicações dos autores-pesquisadores da instituição e, desta forma, estar em consonância com o Movimento Internacional de Acesso Livre à informação científica.

Utiliza o software *Dspace*, sistema de código aberto, desenvolvido pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e a Hewlett-Packard Labs.

A manutenção do software é feita em conjunto pelas equipes técnicas (TI e Bibliotecários) da CPRM e pela contratação de consultores especializados para acompanhar a atualização de versionamento e eventuais melhorias solicitadas pela Biblioteca da CPRM que é a administradora do RIGEO.

O produto está implantado, configurado e em funcionamento.

O *Dspace* é um software livre que tem a necessidade de atualizações permanentes do produto e consequentemente das equipes envolvidas (negócio e TI).

Em virtude da CPRM não ter equipe especializada no *Dspace* e também não ter contrato de suporte para a ferramenta estamos sujeitos a riscos de continuidade, conforme elencados abaixo:

→ Impossibilidade de atualizações do sistema;

→ Impossibilidade de soluções de problemas que venham ocorrer na ferramenta.

Ações para mitigar: prever no orçamento contratação especializada para manutenção.

Outro risco é a ausência de estimativas para crescimento de utilização do *storage*. Ação para mitigar: realizar estudo e planejamento.

4.3.2. Informações sobre o Planejamento Estratégico da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

O PDTI da CPRM, homologado em julho de 2015, foi elaborado com ações previstas até 2020, devendo ser revisado anualmente. As ações previstas estão alinhadas com as metas da CPRM definidas no PPA e PDI visando atender à missão institucional e as metas previstas. Além deste, de acordo com a situação do setor de tecnologia da empresa, estão previstas medidas de conformidade

perante os parâmetros definidos no COBIT e nos demais frameworks. Desta forma, as principais ações são ações de conformidade nas diversas áreas da TI como sistemas, rede e principalmente em relação à norma ISO27002 passando essencialmente pela base de reestruturação do quadro pessoal de forma quantitativa e qualitativa.

No exercício de 2014, o Diretor-Presidente da CPRM, criou o Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação através do Ato nº 087/PR/14 em 08/07/2014.

Este ato designou os Analistas em Geociências Laura Estela Madeira de Carvalho, Américo dos Santos Júnior, João Batista de Vasconcelos Dias Júnior, Edgar Shinzato e Fernando Augusto Araújo Fonseca, e o Pesquisador em Geociências Francisco Valdir Silveira para, sob a coordenação da primeira, comporem o Comitê de Tecnologia da Informação da CPRM, cujo objetivo é tratar de assuntos referentes às estratégias definidas pela Diretoria, diretrizes e investimentos da utilização em Tecnologia da Informação no âmbito da CPRM. A constituição do Comitê de TI foi alterada com a substituição de um dos membros.

As atividades relacionadas foram iniciadas pelo Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação no exercício de 2014 e foram realizadas 3 reuniões do comitê de TI em 2016.

Além do acompanhamento das execuções das ações previstas no PDTI, o comitê discutiu sobre a política de software na empresa. Destas reuniões decorreram um plano de trabalho para inventariar e deliberar com a diretoria sobre a adoção de software na empresa.

O plano de capacitação de pessoal de TI está definido no PDTI elaborado e estava previsto para iniciar efetivamente em 2016. Devido à criticidade da ausência de uma área específica para Segurança da Informação, foi dada prioridade no planejamento orçamentário de 2016 ao treinamento para a equipe de segurança.

Devido o corte orçamentário e posterior forte contingenciamento em 2016, não pode ser seguido o plano de capacitação. Porém medidas como ampla e contínua divulgação de medidas de segurança, incluindo uma área específica na intranet denominada “Segurança Digital”.

O plano de capacitação descrito no PDTI prevê:

Quadro 27 – Plano de capacitação (PDTI)

Realizar treinamento da equipe de segurança	Considerando treinamentos + certificações: - 1 certificação CISSP + COBIT 5 + ISO27002 - (Gestor) - 2 certificações ISO27002 (Analista) - 2 certificações Security+ (Analista)
Realizar treinamento da equipe de operações	Considerando treinamentos + certificações: - 1 certificação ITIL v3, COBIT 5 e ISO27002 - (Gestor) - 7 certificações MCSE, MCTS, MCTIP, ITIL v3, Symantec Endpoint (250-315), Symantec Altiris(250-407) e Linux(LPIC-3) - (Analista N3) - 20 certificações MCTS+ITIL v3 - (Analista N2) - 4 certificações MCTS+ITIL v3 - (Analista N1) - 3 certificações CCNA, MCSE - (Rede) - 4 certificações MySQL Developer/Administrator, MCSA SQLServer, MCSE SQLServer, Oracle 11G e DB2 - (Banco de dados)
Realizar treinamento da equipe de soluções	Considerando treinamentos + certificações: - 1 certificação COBIT 5, OCM Java EE 5 Enterprise Architect - (Gestor) - 5 certificações Java EE 5 Business component Developer/Web Services Developer/ Web Component Developer, Flash CS6, Oracle 11G - (Sistemas) - 5 certificações 70-480 HTML5/CSS3/Javascript, Flash CS6 e PHP - (Web)
Realizar treinamento da equipe de gestão de TI e projetos	Considerando treinamentos + certificações: - 1 certificação COBIT 5 e PMP - (Gestor) - 2 certificações BPMN, COBIT 5 e ITIL v3 - (Analistas de negócio) - 1 certificação ITIL v3, CAPM ou PMP e HCMP - (PMO) - 1 certificação ITIL v3 e COBIT 5 - (Apoio a gestão)

A seguir, demonstramos o quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI na CPRM.

Quadro 28 – Quantitativo de pessoas (força de trabalho de TI)

Força de trabalho em TI	Quantitativo
servidores/empregados efetivos	40, sendo: 3 analistas atuando como gerentes; 2 cargo comissionado; 4 técnicos de TI; e 31 analistas de TI
servidores/empregados efetivos e outras carreiras da unidade	7 (considerando secretária)
terceirizados	33
estagiários	2

O gerenciamento de serviços foi estruturado, porém ainda em aperfeiçoamento. As equipes de TI das unidades regionais foi integrada no gerenciamento dos serviços. Foi elaborada e está publicada na intranet da empresa um área com o processo de desenvolvimento de software e as padronizações adotadas.

A ferramenta de gestão de solicitações está sendo substituída pois a anterior adotada OTRS não foi bem sucedida na customização para integrar as diversas unidades da CPRM. A nova ferramenta está implantada em uma unidade e está previsto em 2017 a sua integração para todas as demais unidades da CPRM

No exercício de 2016, procedeu-se à expansão e melhoria nos serviços de tecnologia para o Centro de Informações Geológicas (CIG).

Os prazos de conclusão dos projetos estão vinculados à disponibilidade orçamentária.

Quadro 29 – Descrição dos projetos de TI

PROJETOS / RESULTADOS ESPERADOS	ALINHAMENTO PDTI	STATUS
Migração para o SERPRO. Resultados esperados: Maior disponibilidade dos sistemas e mais segurança para os ativos. Em consequência há menor desgaste dos equipamentos, tendo como consequência reduzir custo com manutenções e reposições. Banco de Dados / Administração de Dados. Migração do Banco de Dados PostgreSQL do Datacenter do ERJ para o ambiente do Serpro para os sistemas: SIAGAS-Web e SACE.	Ate 3.4 – Realizar a migração dos servidores Geobank para o SERPRO Ate 3.5 – Realizar a migração dos servidores e ativos das regionais e ERJ para o SERPRO	Parcialmente concluído
Implantação de Tecnologia em Segurança de Redes. Implantação de gerenciamento unificado da segurança de rede (Fortnet) no ERJ, Serpro e Unidades regionais.	Ate 4.2 – Reestruturar a infraestrutura da rede interna	
Desenvolvimento de Sistemas. Desenvolvimento de novos aplicativos, e melhoria em outros	ATe 1.1 Aprimorar o desempenho e integridade dos sistemas	Renovações anuais - concluído
Armazenamento. Ampliado espaço de armazenamento em mais 20 TB de espaço em disco	ATe 1.2 Aplicar a gestão do conhecimento e segregação	concluído
Reestruturação da rede do ERJ: Reestruturação de cabeamento; Eliminação de HUBs e switches não gerenciáveis da rede por switches gerenciáveis; Instalação de novos Racks; Documentação da rede de novos setores do ERJ. Implantação de rede Wifi corporativa gerenciada e com autenticação na rede, para maior segurança dos usuários.	ATe 4.2 Reestruturar a infraestrutura da rede interna	Parcialmente concluído

De modo que a ArcGis – suporta o produto Geobank, está sendo estudada a possibilidade de adoção de ferramentas livre que comportem a solução.

4.4. Gestão ambiental e sustentabilidade

4.4.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços/obras

A missão da CPRM é gerar e difundir o conhecimento geológico e hidrológico básico necessário para o desenvolvimento sustentável do Brasil. Desta maneira, tem como propósito a proteção e respeito ao meio ambiente.

Os editais de aquisição de bens são elaborados de maneira que a aquisição seja de produtos que geram menos impacto ambiental, mais justiça social e eficiência econômica, visando fomentar a produção e o consumo sustentável no país.

Com relação aos editais de serviços e obras, estão em andamento com os critérios e práticas de sustentabilidade já inseridos durante o exercício 2016, conforme destacado no quadro a seguir:

Quadro 30 – Relação dos editais de serviços e obras com critérios de sustentabilidade

Unidade Regional	Objeto	Fornecedor	Valor (R\$)
ERJ	Papel A4 Reciclado	Hélio Masashi Saito & Cia Ltda	51.500
	Cartuchos/Toners	Coleta Seletiva Solidária (HP Planet Partners Brasil)	S/Valor
	Lâmpadas Fluorescentes	TECAR Serviços Ambientais Ltda – ME	7.260
	Descarte Materiais Recicláveis	Cooperativa Popular de Reciclagem e Serviços Mulheres da Baixada Ltda – COOMUB	S/Valor
	Descarte Lixo Extraordinário	Operação Resgate Transportes Ltda	103.984,22
	Descarte Resíduos Químicos	ECO4 Life Soluções S/A	2.213,76
	Descarte Banners	Coleta Seletiva Solidária (ONG TemQuemQueira)	S/Valor
	Descarte Óleo de Cozinha	Coleta Seletiva Solidária (Disque Óleo Vegetal Usado)	S/Valor
	Descarte Pilhas e Baterias	Coleta Seletiva Solidária (Pão de Açúcar)	S/Valor
	Concessionária de Energia Elétrica	Serviços de Eletrecidade S.A.	1.584.623,00
São Paulo	Papel A4 Reciclado	Rafer Comércio Materiais para Escritório e Informática; Kopel Informática e Papelaria; e Hélio Masashi Saito & Cia Ltda	5.194,00
	Cartuchos/Toners	Coleta Seletiva Solidária (Flextronics Internacional Tecnologia Ltda)	S/Valor
	Lâmpadas LED	Santil Comercial Elétrica Eirele; e AKARI – Lâmpadas Especiais	2.219,66
	Descarte Pilhas e Baterias	Coleta Seletiva Solidária (POWERSAFE – Import Export Ltda; AUT PÇS ACE AUTO ZERO KM LTDA; GM&C Soluções em Logística Reversa e Reciclagem Ltda)	S/Valor
	Descarte Materiais Recicláveis	Coleta Seletiva Solidária (COOPAMARE – Cooper. dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis)	S/Valor
	Equipamentos eletrônicos com selo PROCEL A	Comércio de Eletro-Eletrônicos Ltda; e Free Easy Informática Ltda	6.320,00
	Descarte Resíduos Químicos	Translix Logística Ambiental	1.370,50
	Pilhas e Baterias	Sistemas de Energia Importação e Exportação Ltda	699,50
Recife	Descarte Materiais Recicláveis	Coleta Seletiva Solidária (Cooper. Esperança Viva)	S/Valor
	Descarte Resíduos Químicos	Coleta Seletiva Solidária (Policlínica Lessa de Andrade)	S/Valor
Manaus	Descarte Materiais Recicláveis	Coleta Seletiva Solidária (Associação de Coleta de Catadores de Resíduos – ACCR)	S/Valor
	Descarte Pilhas e Baterias	Coleta Seletiva Solidária (Loja C&A)	S/Valor
	Limpeza e Conservação	Presta Serviços Técnicos Ltda	203.508,14
	Vigilância e Segurança Patrimonial	Servi San Vigilância e Transporte de Valores	390.096,00
	Manutenção Condicionadores de Ar	Adervan Batista de Araújo Filho – EPP	92.040,00
	Afretamento de Embarcação	J.F. Dantas do Nascimento – ME	585.000,00
	Aquisição de Nobreaks	CEK Informática EIRELI – ME	22.779,88

Unidade Regional	Objeto	Fornecedor	Valor (R\$)
Belém	Descarte Materiais Recicláveis	Coleta Seletiva Solidária (Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis – CONCAVES)	S/Valor
	Descarte Pilhas e Baterias	Coleta Seletiva Solidária (Supermercado Líder)	S/Valor
	Papel A4 Reciclado	Delta Comércio e Serviços Eirelli – EPP	4.597,20
	Cartuchos/Toners	Coleta Seletiva Solidária (Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis – CONCAVES)	S/Valor
	Lâmpadas LED	Artluz Comércio Ltda; e Mundo das Lâmpadas Comércio de Material de Construção Ltda – ME)	810,00
Fortaleza	Descarte Materiais Recicláveis	Coleta Seletiva Solidária (Sociedade Comunitária de Reciclagem de Lixo do Pirambú)	S/Valor
Brasília	Contração Concessionária Energia Elétrica	Companhia Energética de Brasília – CEB	84.522,26
	Descarte Materiais Recicláveis	Coleta Seletiva Solidária (Supermercado Pão de Açúcar)	S/Valor
	Papel A4 Reciclado	Nogueira Nobre Comércio e Serviços Ltda	15.418,20
	Descarte Pilhas e Baterias	Coleta Seletiva Solidária	S/Valor
Porto Velho	Lâmpadas LED	Freitas & Cia Ltda	922,00
	Equipamentos eletrônicos com selo PROCEL A	Luguimar Comércio e Serviços Ltda – EPP	35.442,00
Teresina	Papel A4 Reciclado	Hélio Masashi Saito & Cia Ltda – EPP; e ASR Distribuidora Comércio & Serviços Ltda	1.300,00
	Cartuchos/Toners	Brothers Produtos e Serviços Ltda – ME; e Mil Print Informática Eireli – EPP	3.301,70
	Equipamentos eletrônicos com selo PROCEL A	Via Lumen's Áudio, Vídeo e Informática Ltda – EPP	3.407,95
Porto Alegre	Cartuchos/Toners	Lexbemark Comércio Ltda; e R. Antunes de Lima e Cia Ltda	3.181,00
	Equipamentos eletrônicos com selo PROCEL A	Global Ar Refrigeração Ltda; e MLJ Comércio Equipamentos Eletroeletrônicos Ltda	5.314,30
	Lâmpadas LED	Prolux Iluminação – ME; CN Trading e Comércio Ltda; e Prolux Iluminação – ME	12.562,50
Salvador	Lâmpadas Fluorescentes	Coleta Seletiva Solidária (Programa Recicla Já Bahia)	S/Valor
	Termo de Compromisso Cooperativa de Materiais Recicláveis	Coleta Seletiva Solidária (Programa Recicla Já Bahia)	S/Valor
	Papel A4 Reciclado	ASR Distribuidora Comércio & Serviços Ltda	29.875,00
	Cartuchos/Toners	Radar Computer Distribuidora Eirelli – EPP	875.665,97
	Descarte Materiais Recicláveis	Coleta Seletiva Solidária (Programa Recicla Já Bahia)	S/Valor
Belo Horizonte	Lâmpadas Fluorescentes	Naturalis Minas Gestão Ambiental Ltda	222,60
	Descarte Materiais Recicláveis	Coleta Seletiva Solidária (Associação de Gestores Ambientais de Caeté – AGEA/CAETÉ)	S/Valor
	Papel A4 Reciclado	White e Red. Formulários e Papeis Ltda	1.757,97
	Equipamentos eletrônicos com selo PROCEL A	Armando Clima Ltda	143.497,96
	Descarte de pilhas e baterias	Coleta Seletiva Solidária (Supermercado EPA/BH)	S/Valor
	Descarte de resíduos químicos	Pró Ambiental Soluções em Resíduos	335,00

O Programa CPRM Sustentável objetiva conscientizar os seus colaboradores de que há uma necessidade de se fomentar a busca por alternativas que se baseiem nos princípios da sustentabilidade, os quais são pautados no desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, garantindo a capacidade de atender às demandas das futuras gerações.

Tais princípios, além de integrarem a missão da CPRM “Gerar e difundir o conhecimento geológico e hidrológico básico necessário para o desenvolvimento sustentável do Brasil” são fundamentais à promoção do bem-estar da sociedade como um todo.

Uma das características inerentes à equipe de sustentabilidade no âmbito empresarial é a conjugação da multidisciplinaridade com a transversalidade, visto que a questão ambiental demanda esse perfil para que a gestão se estabeleça de forma eficiente. Sendo assim, a relação com a equipe da Comissão de Sustentabilidade da CPRM é pautada na troca de conhecimentos/experiências, mantendo um diálogo constante para a sua permanente evolução.

O programa é constituído por diversos projetos que proporcionam a sustentabilidade nas áreas social, econômica e ambiental, buscando o seu fortalecimento na esfera institucional, dando continuidade às ações existentes, criando novas demandas, estreitando as relações com as unidades regionais e ampliando as parcerias externas.

Cabe ressaltar, a CPRM não aderiu formalmente à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), mas os projetos do Programa CPRM Sustentável seguem as premissas ditadas pelo referido programa do Ministério do Meio Ambiente.

Atendendo aos termos da legislação vigente sobre o assunto, o material reciclável recolhido no Escritório do Rio de Janeiro é destinado à cooperativa de catadores de matérias recicláveis, com termo de compromisso celebrado entre as partes. As demais unidades regionais, em sua maioria, realizam informalmente a coleta seletiva solidária através do descarte em pontos fornecidos pelas prefeituras/governo estadual, ou através de parceria informal com cooperativa de catadores de materiais recicláveis. Além disso, estão realizando treinamento para os seus colaboradores e dando andamento ao processo de formalização da coleta seletiva solidária.

Atualmente, trabalhamos com as seguintes ações: Materiais recicláveis; Ponto de coleta de Óleo; Eletrônicos (e-lixo); Coletor de pilhas e baterias; Ponto de coleta de fármacos (medicamentos válidos para doação e vencidos com descarte ambientalmente correto).

Os quantitativos arrecadados pela Coleta Seletiva Solidária são divulgados periodicamente para os colaboradores através de e-mails institucionais e intranet.

Quanto às contratações realizadas pela CPRM, os editais de aquisição de bens são elaborados de maneira que a aquisição contribua para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, mediante a inserção de critérios sociais, ambientais e econômicos nas aquisições de bens, contratações de serviços e execução de obras, de acordo com alguns exemplos que estão em andamento:

- Aquisição de equipamentos eletrônicos com Selo PROCEL A;
- Inserção de critérios de sustentabilidade (Eficiência Energética/Hídrica, Coleta Seletiva e utilização de descartáveis biodegradáveis e papel reciclado) no termo de referência do contrato do restaurante no Escritório Rio de Janeiro;
- Inserção de critérios de sustentabilidade nos editais;
- Implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Projeto de Implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) na CPRM

O Sistema Eletrônico de Informações (SEI), desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), é a plataforma que engloba conjunto de módulos e funcionalidades que promovem a eficiência administrativa.

O projeto surgiu devido à necessidade de melhoria de gestão da empresa e de maior eficiência nos fluxos de trabalho. Por meio do projeto, pretende-se conduzir uma gestão mais eficiente, na medida em que otimizará as rotinas de trabalho, além da eliminação ou redução de papel, reforçando as vantagens do processo eletrônico na busca pela eficiência em prestação de serviços públicos.

A implantação do SEI na CPRM atende aos requisitos legais abaixo:

- Decreto nº 8.539, de 8/10/2015 – dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo na administração pública federal.

→ Portaria do Ministério do Planejamento nº 28, de 16/02/2017 – veda a realização de despesa para contratação de sistemas informatizados de controle e tramitação de processos administrativos eletrônicos.

→ Portaria Interministerial nº 2.321, de 30/12/2014 – define os procedimentos para utilização do NUP.

Sendo assim, a adoção de sistemas digitais de tramitação de documentos é tendência em expansão na administração pública brasileira, prevista em legislação específica.

A unidade não possui formalmente um plano de gestão de logística sustentável (PLS), mas desenvolve o Programa CPRM Sustentável, o qual é constituído por diversos projetos que proporcionam a sustentabilidade nas áreas social, econômica e ambiental, buscando o seu fortalecimento na esfera institucional, dando continuidade às ações existentes, criando novas demandas, estreitando as relações com as unidades regionais e ampliando as parcerias externas.

A CPRM participa do Projeto Esplanada Sustentável (PES) – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, fazendo o monitoramento e alimentando mensalmente o sistema do projeto (SISPES) com as informações sobre o consumo de energia elétrica e água de todas as unidades regionais.

O PES incentiva aos órgãos e instituições públicas federais a adotarem modelo de gestão organizacional e de processos estruturado na implementação de ações voltadas ao uso racional de recursos naturais, promovendo a sustentabilidade ambiental e socioeconômica na Administração Pública Federal. Através da participação no PES, a CPRM vem reduzindo o seu consumo em energia elétrica e água e fazendo o respectivo acompanhamento das despesas.

Projeto Eficiência Energética e Hídrica na CPRM

A Portaria nº 23 de 12/02/2015, editada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG estipulou boas práticas de gestão e uso da energia elétrica e da água nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. Desta forma, a Diretoria Executiva, através de informe expedido em 30/05/2016, estabeleceu como meta a redução de 3% do consumo total de energia elétrica e água (kwh e m³) nas unidades regionais da CPRM.

A Comissão Nacional de Sustentabilidade elaborou um plano de trabalho visando ao cumprimento da referida meta, conforme as diretrizes a seguir:

- Acompanhamento mensal das despesas;
- Aumento dos critérios sustentáveis no âmbito predial;
- Ações educativas visando à conscientização dos colaboradores sobre a necessidade de reduzir o consumo, evitando o desperdício de energia elétrica e água nas unidades da CPRM.

A meta de redução foi atingida e ultrapassada, tanto no consumo de água (-6%) quanto no de energia (-12%).

A atuação de políticas públicas que apresentem como incentivo aos órgãos e instituições públicas federais a adotarem modelo de gestão organizacional e de processos estruturado na implementação de ações voltadas ao uso racional de recursos naturais, promovendo a sustentabilidade ambiental e socioeconômica na Administração Pública Federal, demonstram a relevância cada vez maior da temática em questão. Um exemplo a ser citado é o fato de que através do atendimento à Portaria nº 23 de 12/02/2015, editada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), a CPRM vem reduzindo o seu consumo em água e realizando o respectivo acompanhamento da despesa.

Após a análise dos dados apresentados e da metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho, é possível ressaltar a importância do estabelecimento de diretrizes sustentáveis na administração pública, dentre elas, o consumo eficiente da água se torna primordial principalmente em períodos afetados pela crise do recurso em questão, conforme ocorreu nos anos de 2014 e 2015.

É notório que a eficácia de um projeto acerca dos mecanismos de eficiência hídrica organizacional se dá através da elaboração de trabalho envolvendo inserção de critérios sustentáveis em âmbito predial, conjugada com projeto de educação ambiental continuada visando à

conscientização dos colaboradores, além de modelo de gestão do insumo em questão. Desta forma, o administrador público tem a possibilidade de conhecer o perfil de gastos/consumo da organização, estabelecendo um paralelo do ano/mês vigente com o ano/mês anterior, o que evidencia as ineficiências no processo além de apresentar os seus respectivos pontos de eficácia.

O acompanhamento mensal do consumo de água para cada unidade regional da CPRM é realizado como forma avaliar a eficiência da gestão hídrica organizacional, além de ser ferramenta de conscientização, já que tais informações são divulgadas mensalmente por e-mail institucional para todos os colaboradores.

É importante ressaltar também que adoção de ações educacionais e políticas ancoradas nos pilares da sustentabilidade econômica, social e ambiental contribuem para uma ação empresarial socialmente responsável, refletindo em qualidade de vida para os funcionários, o entorno e para as gerações futuras, assim como otimização dos resultados em seus aspectos econômicos e sociais.

Apesar do grande avanço no trabalho desenvolvido pela CPRM através do Programa CPRM Sustentável, o qual é formado pela Comissão Nacional de Sustentabilidade e Coleta Seletiva Solidária e pelas respectivas comissões locais, lotadas nas unidades regionais da empresa, o fato das equipes serem compostas por funcionários do quadro efetivo designados formalmente por ato do presidente da empresa, dividindo o seu tempo de trabalho com outras atribuições distintas da temática da sustentabilidade, não havendo, portanto, uma estrutura formal da área na empresa, acaba por resultar em certo grau de dificuldade enfrentado pela instituição para questões relativas ao tema abordado.

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1. Canais de acesso do cidadão

O sítio da CPRM (www.cprm.gov.br) é totalmente voltado para a divulgação das informações oriundas das pesquisas desenvolvidas por esta empresa. Destacamos os ícones Biblioteca Virtual, Canal Escola, Catálogo Online. Além destes, o cidadão tem acesso a mapas, sistemas e produtos baixando diretamente do site. Ao que tange a transparência das informações, principalmente relacionadas às contas públicas, há os ícones específicos de Licitações, Processos de Contas Anuais, Contratos, Despesas, Auditorias e Demonstrações Contábeis.

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM disponibiliza diferentes canais de comunicação a fim de melhor servir seu público. Em 2016 foi criado o **Fale com o Presidente** com o objetivo de buscar sugestões e, assim, contribuir para uma gestão participativa e colaborativa. Os demais canais já existentes continuam sendo a relação de acesso do cidadão à CPRM, cada qual com sua particularidade:

Serviço de Atendimento aos Usuários – SEUS

Solicitação de documentos técnicos produzidos pelo setor geocientífico nacional e internacional.

Sala de Imprensa

Solicitação de informações por parte da imprensa à Assessoria de Comunicação do Serviço Geológico do Brasil – ASSCOM.

Ouvidoria

Envio de reclamação, denúncia, sugestão ou elogio.

Serviço de Informações ao Cidadão – SIC

Requerimento de dados ou documentações que sejam de caráter público relativos à instituição federal CPRM.

5.2. Carta de Serviços ao Cidadão

A empresa está formulando a sua Carta de Serviços ao Cidadão.

5.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Em 2016 a Ouvidoria realizou uma pesquisa qualitativa com os clientes externos. A ação se deu entre os meses de setembro a novembro, e teve como objetivo principal buscar a opinião dos *stakeholders* em relação a diversos aspectos relacionados à atuação da CPRM. O universo compreendeu as empresas do setor mineral, governos municipais e estaduais, universidades e usuários dos produtos da CPRM, totalizando 58 (cinquenta e oito) instituições consultadas. Principais resultados:

- 60% dos entrevistados disseram confiar nos produtos da CPRM;
- 60% avaliam como bom e ótimo a qualidade dos produtos;
- 58% consideram os produtos eficientes; e
- 71% avaliam a eficiência dos produtos com notas 4 (Bom) ou 5 (Ótimo).

5.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A Lei de Acesso à Informação, nº 12.527/2011, estabelece que órgãos e entidades públicas devam divulgar, independentemente de solicitação, informações de interesse geral ou coletivo, salvo aquelas cuja confidencialidade esteja prevista no texto legal. Em cumprimento à lei, a CPRM disponibiliza na internet as informações classificadas como Transparência Ativa.

Em 2016 ampliou-se a divulgação no sítio da empresa. As informações referentes à estrutura remuneratória dos empregados; a relação de servidores cedidos para outros órgãos da

administração pública direta e indireta, a relação de servidores que participam de Conselhos e assemelhados estão disponíveis no link denominado “Gestão de Pessoas”. As atas dos Conselhos de Administração e Fiscal e as demonstrações contábeis passaram a constar no link nominado “Acesso à Informação”.

- Institucional
- Ações e Programas
- Auditorias
- Processos de Contas Anuais
- Convênios
- Demonstrações Contábeis
- Despesas
- Licitações e Contratos
- Empregados
- Perguntas Frequentes
- Sobre a Lei de Acesso à Informação
- Serviço de Informações ao Cidadão – SIC
- Informações Classificadas
- Relatórios e Dados sobre o SIC da CPRM

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1. Desempenho financeiro no exercício

A CPRM apresentou uma redução em seu Patrimônio Líquido para –R\$9.794 mil, provocado principalmente pela regularização da conta Ajustes de Avaliação Patrimonial no valor de R\$11.294 mil e do prejuízo líquido do exercício na ordem de R\$11.132 mil.

O Ativo da empresa também apresentou uma diminuição, passando para R\$179.805 mil, provocado principalmente pela regularização da conta de Imóveis de Uso Especial no valor de R\$11.294 mil e pelo resultado do exercício.

A empresa apresentou uma ligeira redução em seus Capitais de Terceiros (Passivo Circulante e Passivo não Circulante) na ordem de 1,1%, passando de R\$191.807 mil para R\$189.599 mil.

A empresa apresentou um Prejuízo Líquido de R\$11.132 mil, ocasionado, principalmente, por reforço nas provisões para contingências, atualização monetária de tributos a recolher, ajustes em diversas contas de ativo e passivo, assim como o resultado de suas operações.

6.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

As depreciações dos bens do ativo imobilizado são calculadas em função da vida útil dos bens, sendo as taxas de depreciação normalmente praticadas pela empresa: Equipamentos de Operação 10% a.a. Veículos 20% a.a., imóveis 4% a.a., imobilizações diversas 10% a.a.

A avaliação e a mensuração dos elementos patrimoniais obedecem às determinações das Normas Brasileiras de Contabilidade, entre as quais:

1. As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original.
2. Os direitos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original.
3. Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição.
4. O imobilizado é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição.

6.3. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

A partir de 2013 a empresa alterou o seu perfil no SIAFI, passando a alocar cada liquidação no Subsistema de Contas a Pagar (CPR) aos respectivos Centros de Custos diretos e indiretos. Além disso, a empresa passou a utilizar o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC).

No Exercício de 2016, os Custos dos Serviços Prestados relativos diretamente à prestação de serviços de pesquisas resultaram em R\$2.073 mil.

6.4. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 6.404/76 e Notas Explicativas

Vide Anexo – II

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Quadro 31 – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
030.190/2013-4	2256/2015.01	1.10.3	Determinação	19/05/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM				
Descrição da determinação/recomendação				
A inexistência de uma Política de Segurança da Informação e Comunicação – POSIC e de Gestor de Segurança da Informação não só podem comprometer a segurança da informação e das comunicações pela ação ou omissão, intencional ou acidental, de agentes internos e externos, como também contraria as disposições do Decreto 3.505/2000, da Instrução Normativa GSI/PR nº 01/2008 e do Acórdão nº 1.603/2008 – TCU – Plenário.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
De forma pontual a CPRM conseguiu incluir equipamentos de segurança (Firewall, IDS, IPS) na sua rede e atuou a proteger fisicamente seus ativos centrais de forma a mitigar os riscos físicos e ataques/invasões. Foi intensificada uma campanha de conscientização sobre comportamento de segurança, através de documentos divulgados na intranet e por e-mail aos colaboradores.				

7.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Quadro 32 – Recomendações do Órgão de Controle Interno que permanecem pendentes de atendimento

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério de Minas e Energia – MME			2852
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201307770/2013	1.1.2.2	27/02/2015
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227
Descrição da Recomendação			
1. Nomear Gestor de Segurança da informação e Comunicações. 2. Instituir Comitê de Segurança da Informação e Comunicação. 3. Elaborar, aprovar e divulgar Política de Segurança da Informação e Comunicações e demais normas de segurança da informação e comunicação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Informática – DEINF			227
Síntese da Providência Adotada			
Os membros do Comitê estão em fase de treinamento e definição, e o Departamento de Informática – DEINF já elaborou uma minuta de POSIC, com o objetivo de fornecer a direção da CPRM, informações relativas à gestão dos riscos e do tratamento dos incidentes de segurança da informação e comunicações, e fornecer um ponto inicial para o desenvolvimento deste trabalho a partir do exercício de 2017.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Por deliberação da Diretoria Executiva da CPRM, a empresa deverá designar e nomear do Gestor de Segurança da Informação e da criação do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações. A empresa iniciou os trabalhos de reestruturação da área de TI conforme previsão contida no Planejamento Estratégico elaborado no exercício de 2016 devendo ser implementado ainda no exercício de 2017.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências			
Atualmente estamos na fase de treinamento dos empregados, necessário para a escolha do Gestor da Informação, bem como para a seleção dos empregados que irão compor o Comitê de Segurança da Informação da CPRM, os quais deverão conter conhecimentos específicos e perfil adequados para o exercício das respectivas funções, a partir do exercício de 2017.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério de Minas e Energia – MME			2852
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201307770/2013	1.1.2.3	27/02/2015
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227
Descrição da Recomendação			
1. Implementar controles que permitam a adequada coordenação dos sistemas de informação no âmbito da CPRM. 2. Efetuar estudo de modo a verificar a adequação da estrutura dos recursos humanos de TI.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Informática – DEINF			227
Síntese da Providência Adotada			
Embora todos os controles para a adequada coordenação dos sistemas de informação, no âmbito da CPRM, tenham sido implementados, ainda estamos escolhendo a métrica de software para a aferição do tamanho das tarefas que mais se adequa a metodologia de desenvolvimento de softwares utilizada na empresa.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
As equipes estão sendo treinadas e capacitadas, visando à implantação de controles que possibilitem a coordenação dos sistemas de informação no âmbito da CPRM, de acordo com a recomendação da CGU/RJ.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências			
Apesar de já terem sido implementados melhorias nos controles internos adotados para aferição das tarefas, ainda há necessidade de definição da métrica adequada, a ser utilizada para melhor aferição do tamanho das tarefas.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério de Minas e Energia – MME			2852
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	01537/2016	3.2.1.2	18/10/2016
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227
Descrição da Recomendação			
1. Criar rotinas administrativas visando o regular registro dos processos administrativos disciplinares e de sindicância instaurados pela CPRM no sistema CGU-PAD. 2. Fazer constar dos próximos Relatórios de Gestão da CPRM o preenchimento da totalidade de PAD's e sindicâncias instaurados no exercício de referência.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretária Geral			227
Síntese da Providência Adotada			
Por não haver similaridade entre as diversas instâncias internas designadas para a consolidação das informações, a empresa não viabilizou o registro eletrônico do sistema, mas manteve a comunicação por escrito rotineira à Controladoria-Geral da União, informando a instauração de sindicâncias ou processo administrativo, e o respectivo resultado, em atendimento ao Decreto nº 5.480/2005, e a Lei nº 10.683/2003, que estabelece esta obrigatoriedade.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Entretanto, em observância à Lei nº 13.303, de 30/06/2016, e ao Decreto nº 8.945, de 27.12.2016, a CPRM deverá concluir a adequação do seu estatuto jurídico no ano de 2017 e criará, dentro do conceito de conduta e integridade, uma unidade especializada em matéria disciplinar, nos moldes de uma Unidade Correicional. Essa instância terá, entre outras atribuições, a responsabilidade do registro das informações no sistema CGU-PAD.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências			
Por não haver uma unidade de correição instituída pela empresa, os diversos setores envolvidos na condução dos processos disciplinares instaurados pela empresa, não registram os respectivos processos através do sistema CGU/PAD, motivo pelo qual as informações são encaminhadas diretamente para análise da CGU após a conclusão dos processos, por meio físico (ofício). Por este motivo, a empresa pretende instituir unidade correicional no exercício de 2017, a qual deverá ser responsável pelo acompanhamento de todos os processos disciplinares instaurados pela empresa, bem como o devido registro dos processos desde sua instauração até a sua conclusão, paralelamente no sistema CGU/PAD durante a execução dos mesmos.			

7.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Dispomos de Normas e Instruções Internas, orientando os procedimentos a serem adotados nos casos de furto, roubo ou sinistro dos bens. A Norma Interna AAS 06.01 – Comissão de Sindicância e Inquérito Administrativo está devidamente publicada na intranet da empresa com ampla divulgação para todos os empregados.

Os casos não previstos em nossos Normativos e Instruções Internas são buscados em legislação pertinente junto a Consultoria Jurídica da Empresa.

Nos casos de ocorrência de danos ao patrimônio público, ocasionados pelos empregados da empresa, é iniciada sindicância para apuração dos fatos, e se necessário constituído Processo Administrativo Disciplinar – PAD para responsabilização dos envolvidos.

A instauração de Sindicância, bem como o Processo Administrativo Disciplinar – PAD é iniciada por comissão específica para o assunto, devidamente nomeada por ATO do Diretor Presidente.

Por oportuno, cabe ressaltar que a empresa comunica a Controladoria-Geral da União, rotineiramente, através de ofício, a instauração de sindicâncias ou processo administrativo disciplinar, e o respectivo resultado, em atendimento ao disposto no Decreto nº 5.480/2005, bem como na Lei nº 10.683/2003, que estabelece esta obrigatoriedade, conforme a seguir demonstrado:

Quadro 33 – Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Sindicâncias e PAD's – Processos Administrativos Disciplinares instaurados no exercício de 2016					
Número do Ato	Tipo de Procedimento	Fato sob Apuração	Data de Conhecimento	Data da Instauração	Situação Atual
074/2016	Sindicância	Sinistro veículo placa JIL 0931, na unidade de Belém.	2016	04/05/2016	Arquivado
092/2016	Sindicância	Desaparecimento de bens na unidade de São Paulo: notebooks e estabilizador	2016	07/06/2016	Arquivado
106/2016	PAD	Prestação de contas de viagem de campo de empregado da unidade de Goiânia – Não pagamento de parte de diária	2016	06/07/2016	Andamento
107/2016	Sindicância	Desaparecimento de bens na unidade de Belém: notebook, GPS e câmera fotográfica	2016	06/07/2016	Arquivado
108/2016	Sindicância	Sinistro veículo placa OWQ 7003, na unidade de Belo Horizonte	2016	08/07/2016	Arquivado
109/2016	Sindicância	Sinistro veículo placa POR 8138, na unidade de Belo Horizonte	2016	08/07/2016	Arquivado
187/2016	Sindicância	Sinistro veículo placa PQH 2343, na unidade de Goiânia	2016	18/10/2016	Arquivado
196/2016	Sindicância	Sinistro veículo placa OTV 4931, na unidade de Belém	2016	24/10/2016	Arquivado
198/2016	Sindicância	Sinistro veículo placa OTH 2745, na unidade de Belém	2016	24/10/2016	Andamento
200/2016	Sindicância	Desaparecimento de bem na unidade de Manaus: furto e naufrágio de barco com motor, gerador e molinete	2016	26/10/2016	Arquivado
221/2016	Sindicância	Sinistro veículo placa JJZ 7888, na unidade de São Paulo	2016	04/11/2016	Arquivado
239/2016	PAD	Conduta de empregado com avaria em bem: mesa de trabalho	2016	28/11/2016	Andamento
244/2016	Sindicância	Desaparecimento de bens na unidade de Porto Velho: ultrabook	2016	13/12/2016	Andamento

Obs.: Débitos abaixo de R\$75.000,00 sem instauração de Tomadas de Contas Especial e remessa ao TCU.

7.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/93

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM não elabora um cronograma prévio de pagamento, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/93, relativos às obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços.

No entanto, cabe destacar que a CPRM executa cronograma de pagamentos de acordo com o normativo interno da execução financeira (FIN 03.01 – 04) da seguinte maneira:

→ As Unidades Gestoras encaminharão ao Departamento de Contabilidade, Orçamento e Finanças – DECOF, na forma e no prazo por este estabelecido, proposta de cronograma de desembolso para custeio administrativo e projetos, com base na execução física dos mesmos e nos vencimentos das obrigações locais.

→ O DECOF, de posse das propostas das Unidades Gestoras e de informações do Departamento de Recursos Humanos – DERHU, sobre desembolso de pessoal e encargos, elaborará o cronograma de desembolso global da Empresa, e adotará providências necessárias junto aos órgãos governamentais de orçamentos e finanças.

Cumpra informar que a Companhia tem regulamento próprio de licitações e contratos (ADM 01.01 – Licitações de Bens e Serviços) e a Norma nº 014/PR que tem por finalidade estabelecer critérios e procedimentos que orientem a administração dos contratos de prestação de serviços para a CPRM, bem como o cronograma de desembolsos e pagamentos de acordo com o disposto na Lei nº 8.666/93.

7.5. Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Quadro 34 – Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Empenho	Pagamento
Legal	2119 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia / 2000 – Administração da Unidade	61.546,18	57.132,88
	2041 – Geologia, Mineração e Transformação Mineral / 2B51 – Gestão da Informação Geológica	4.729,38	1.761,46
	2119 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia / 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	485,92	485,92
	2041 – Geologia, Mineração e Transformação Mineral / 2B53 – Produção Laboratorial de Análises Minerais – LAMIN	14.296,88	11.689,67
	2041 – Geologia, Mineração e Transformação Mineral / 2D84 – Levantamentos Geoquímicos	242,96	242,96
	2046 – Oceanos, Zona Costeira e Antártica / 20LC – Levantamentos Geológicos Marinhos	151,85	151,85
	2046 – Oceanos, Zona Costeira e Antártica / 7112 – Avaliação dos Recursos Não-Vivos da Zona Econômica Exclusiva (ZEE)	50.728,88	728,88
	2041 – Geologia, Mineração e Transformação Mineral / 213Y – Levantamento Geológico e de Potencial Mineral de Novas Fronteiras	16.447,95	13.502,14
	2119 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia / 125F – Implementação da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina	4.114,47	4.114,47
	2119 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia / 8785 – Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC	1.051,85	–
	2040 – Gestão de Riscos e de Desastres / 20LA – Mapeamento Geológico-geotécnico em Municípios Críticos com Relação a Riscos Geológicos	182,22	182,22
	2041 – Geologia, Mineração e Transformação Mineral / 2399 – Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil	3.625,02	3.537,61
	2084.Recursos Hídricos/2397.Levantamentos Hidrogeológicos	242,96	242,96

Análise quantitativa e qualitativa

A CPRM não possui contratos com agência de publicidade e propaganda. No entanto, em atendimento às prescrições legais e com o intuito de dar conhecimento de balanços, atas, editais, decisões, avisos e outras informações do Órgão, celebrou contratos com a Imprensa Nacional e Empresa Brasil de Comunicação S.A., conforme demonstrado no quadro.

C P R M

ANEXO I

Contratação de pessoal de apoio

Anexo I – Contratação de pessoal de apoio

Quadro – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da CPRM

Unidade Contratante						
Nome: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM						
Informações sobre os Contratos						
Número/Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
143/PR/2010	Serviço de Alimentador de Base de Dados e Auxiliar de Serviços de Campo	00.403.982/0001-62	27/12/2010	27/12/2016	Alimentador de base de dados – Ensino médio Auxiliar de serviço de campo – Ensino médio Recenseador – Ensino médio	E
003/PR/2011	Serviço de Alimentador de Base de Dados e Auxiliar de Serviços de Campo	03.022.122/0001-77	21/03/2011	23/03/2017	Alimentador de base de dados – Ensino médio Auxiliar de serviço de campo – Ensino médio Recenseador – Ensino médio	E
004/PR/2011	Serviço de Alimentador de Base de Dados e Auxiliar de Serviços de Campo	84.624.329/0001-13	04/02/2012	10/06/2017	Alimentador de base de dados – Ensino médio Auxiliar de serviço de campo – Ensino médio Recenseador – Ensino médio	P
021/PR/2011	Serviços de Vigilância	12.066.015/0001-31	20/06/2011	17/10/2016	Vigilantes – Nenhuma escolaridade	E
023/PR/2011	Serviço de Limpeza e Conservação Predial	07.262.424/0001-17	01/06/2011	28/09/2016	Limpeza e Manutenção Predial – Nenhuma escolaridade	E
028/PR/2011	Serviço de Vigilância Armada e Desarmada	03.372.304/0001-78	01/07/2011	30/04/2017	Vigilantes – Nenhuma escolaridade	P
041/PR/2011	Serviços de Vigilância	13.019.295/0001-90	06/09/2015	06/03/2017	Vigilantes – Nenhuma escolaridade	P
061/PR/2011	Serviços de apoio administrativo e técnico envolvendo as atividades de secretaria, recepção, copeiragem, condução de veículos, mensageria e auxiliar de serviços gerais	03.022.122/0001-77	09/11/2011	09/11/2016	Secretária – Curso técnico Recepção – Ensino médio Copeiragem – Ensino Fundamental Condução de Veículos – Ensino Médio Mensageria – Ensino fundamental Auxiliar de serviços gerais – Ensino médio	E
031/PR/2012	Serviços de Limpeza e Conservação Predial	05.930.069/0001-38	01/06/2012	01/06/2016	Limpeza e Manutenção Predial – Nenhuma escolaridade	E
081/PR/2012	Serviços de Limpeza e Conservação Predial	03.765.290/0001-52	28/12/2012	28/12/2017	Limpeza e Manutenção Predial – Nenhuma escolaridade	P
024/PR/2013	Serviços de Vigilância	66.063.256/0001-56	01/04/2013	01/04/2018	Vigilante – nenhuma escolaridade	P
030/PR/2013	Apoio Administrativo e portaria	41.305.228/0001-77	22/07/2013	22/07/2017	Porteiro – Ensino fundamental	P
032/PR/2013	Serviços de apoio administrativo, envolvendo a atividade de condução de veículos	35.346.147/0001-12	03/09/2013	03/09/2016	Condutor – Ensino médio completo	E
061/PR/2013	Serviço de Vigilância Desarmada + 8 câmeras	03.372.304/0001-78	02/01/2014	02/01/2018	Vigilante – nenhuma escolaridade	P

Unidade Contratante						
Nome: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM						
Informações sobre os Contratos						
Número/Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido trabalhadores contratados	Sit.
073/PR/2013	Serviço de Limpeza e Conservação Predial	10.446.523/0001-10	19/11/2013	19/11/2016	Servente – nenhuma escolaridade Jardineiro – nenhuma escolaridade	E
086/PR/2013	Serviços de Vigilância e Transporte de Valores	12.066.015/0001-31	03/12/2013	03/12/2016	Vigilante – ensino fundamental completo	E
004/PR/2014	Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	07.662.244/0001-89	09/05/2014	09/05/2017	Secretária – ensino médio completo e curso técnico em secretariado Recepcionista – ensino médio completo Condutor de veículos – ensino médio completo	P
009/PR/2014	Serviços de Vigilância	03.037.698/0001-08	26/02/2014	26/02/2018	Vigilante – curso de formação de vigilante expedido por instituições devidamente habilitadas	P
025/PR/2014	Serviços de apoio administrativo envolvendo os serviços de secretaria	12.414.820/0001-09	08/04/2014	08/04/2017	Secretaria – ensino médio	P
037/PR/2014	Serviços de Portaria	02.908.313/0001-78	08/07/2014	08/07/2017	Porteiro – ensino fundamental	P
044/PR/2014	Serviços de Limpeza e Conservação Predial	17.426.041/0001-47	29/07/2014	02/08/2017	Servente – nenhuma escolaridade	P
045/PR/2014	Serviços de portaria, motoristas, serviços auxiliares e copeiragem	14.828.536/0001-04	15/08/2014	29/08/2017	Mensageria – ensino fundamental Copeiragem – ensino fundamental Motorista – ensino médio Portaria – ensino fundamental Secretariado – ensino médio	P
051/PR/2014	Serviços de limpeza, conservação e higienização	05.576.482/0001-46	27/08/2014	01/09/2017	Servente – nenhuma escolaridade	P
057/PR/2014	Serviços de vigilância desarmada	07.534.224/0001-22	28/10/2014	12/11/2017	Vigilante – nenhuma escolaridade	P
060/PR/2014	Serviço de manutenção predial e reparos em geral, de forma contínua, através de mão de obra especializada, compreendendo alvenaria, pintura, marcenaria, serviços auxiliares e hidráulica	29.212.545/0001-43	14/11/2014	14/11/2017	Alvenaria – ensino fundamental Pintura – ensino fundamental Marcenaria – ensino fundamental Serv. Auxiliares – ensino fundamental Hidráulica – ensino fundamental	P
066/PR/2014	Serviços de Vigilância	02.050.778/0001-30	21/11/2014	04/12/2016	Vigilante – nenhuma escolaridade	E
071/PR/2014	Serviços de Limpeza e Conservação Predial	16.962.460/0001-30	02/02/2015	02/02/2016	Servente – nenhuma escolaridade	E

Unidade Contratante						
Nome: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM						
Informações sobre os Contratos						
Número/Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido trabalhadores contratados	Sit.
002/PR/2015	Serviços de apoio administrativo envolvendo serviços de secretaria, condução de veículos e recepção	03.374.266/0001-92	16/06/2015	01/07/2017	Secretaria Bilíngue – Escolaridade de acordo com a Lei 7.377/85 e 9.261/96 Condutor – ensino médio ou equivalente Recepção – ensino médio ou equivalente	P
003/PR/2015	Serviços de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas elétricos das instalações prediais	73.678.005/0001-41	02/12/2015	27/02/2018	Engenheiro elétrico – nenhuma escolaridade Técnicos em Eletricidade – nenhuma escolaridade Meio-oficiais elétricos – nenhuma escolaridade	E
009/PR/2015	Serviços de Vigilância	18.143512/0001-72	13/02/2015	27/02/2018	Vigilante – nenhuma escolaridade	P
013/PR/2015	Serviço de Limpeza e Conservação Predial	13.239.235/0001-82	25/03/2015	08/04/2017	Servente – nenhuma escolaridade	P
015/PR/2015	Serviços de Vigilância	02.650.833/0001-23	18/03/2015	01/04/2017	Vigilante – nenhuma escolaridade	P
016/PR/2015	Serviços de Vigilância	92.966.571/0001-01	01/04/2015	01/04/2018	Vigilante – nenhuma escolaridade	P
017/PR/2015	Terceirização na Área de Tecnologia da Informação (TI)	59.087.999/0001/36	24/04/2015	31/07/2017	Apoio técnico – ensino médio e técnico Aux. de suporte técnico operacional – ensino médio e técnico Manutenção de equipamentos de informática – ensino técnico Manutenção de rede – ensino técnico Programação – ensino médio e técnico Suporte de redes – ensino médio e técnico Suporte técnico operacional – ensino médio e técnico Web designer – médio e técnico	P
024/PR/2015	Serviços de Limpeza e Conservação Predial	08.928.115/0001-52	19/06/2015	03/07/2017	Encarregado, Líder, operador de roçadeira e servente – nenhuma escolaridade	P
026/PR/2015	Serviço de Limpeza e Conservação Predial	00.403.982/0001-62	03/06/2015	18/06/2017	Servente – ensino fundamental Encarregado Geral - ensino médio completo	P
028/PR/2015	Apoio administrativo envolvendo serviços de secretaria, copeiragem, condução de veículos, recepção e mensageria	19.450.601/0001-24	10/07/2015	24/07/2017	Secretaria e recepcionista – ensino médio Mensageira e copeiragem – ensino fundamental Condutor – ensino médio	P
029/PR/2015	Serviços Administrativos	13.901.232/0001-62	19/06/2015	03/07/2017	Secretaria I – nível superior Secretaria II – nível ensino médio Recepcionista – ensino médio Mensageiro – ensino fundamental Copeiragem – ensino fundamental Telefonia – ensino médio	P

Unidade Contratante						
Nome: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM						
Informações sobre os Contratos						
Número/Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido trabalhadores contratados	Sit.
031/PR/2015	Serviços de apoio administrativo envolvendo serviços de secretaria, copeiragem, condução de veículos, mensageria e telefonia	15.150.504/0001-65	13/08/2015	27/08/2017	Mensageiro – ensino fundamental Copeiragem – ensino fundamental Telefonia – ensino médio Condutor – ensino médio Secretaria – ensino médio e técnico	P
033/PR/2015	Serviço de manutenção predial e reparos em geral, de forma contínua, através de mão de obra especializada, compreendendo os serviços de alvenaria, pintura, carpintaria, hidráulica, elétrica e serviços auxiliares	03.374.266/0001-92	30/07/2015	13/08/2017	Artífice de serviços gerais – ensino fundamental	P
043/PR/2015	Serviços de telefonia, copeiragem, mensageira, condução de veículos, recepção e secretária	30.440.119/0001-46	18/08/2015	01/09/2017	Secretaria – curso técnico em secretariado (base nível médio); Recepção – ensino médio completo; Mensageria – ensino fundamental completo; Copeiragem – ensino fundamental completo; Condução de veículo – ensino médio completo; Telefonia – ensino médio completo	P
045/PR/2015	Serviços de apoio administrativo envolvendo serviços de portaria, condução de veículos e telefonia	15.150.504/0001-65	05/10/2015	19/10/2017	Portaria – ensino médio completo; Condução de Veículos – ensino médio completo; Telefonia – ensino médio completo;	P
048/PR/2015	Serviços de limpeza, conservação e higienização nas dependências da nova Sede da CPRM	05.020.143/0001-89	07/12/2015	21/03/2017	Servente – nenhuma escolaridade Encarregado – nenhuma escolaridade	P
057/PR/2015	Serviços de Vigilância	07.534.224/0001-22	16/11/2015	30/11/2017	Recepção – ensino médio completo; Mensageria – ensino fundamental completo;	P
059/PR/2015	Serviços Limpeza e Conservação Predial	16.829.118/0001-67	03/12/2015	17/12/2017	Servente – nenhuma escolaridade	P
062/PR/2015	Serviços de apoio administrativo envolvendo serviços de secretaria, copeiragem, mensageria, condução de veículos	09.231.574/0001-45	14/12/2015	28/12/2017	Secretaria – ensino médio Mensageria – ensino básico Copeiragem – ensino básico Condução de veículo – ensino médio	P
010/PR/2016	Serviços de apoio administrativo envolvendo serviços de portaria	12.414.820/0001-09	16/05/2016	16/05/2017	Portaria – nenhuma escolaridade	P

Unidade Contratante						
Nome: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM						
Informações sobre os Contratos						
Número/Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido trabalhadores contratados	Sit.
011/PR/2016	Serviço de apoio administrativo envolvendo serviço de condução de veículos	00.482.840/0001-38	15/06/2016	15/06/2017	Condução de veículo – ensino médio	P
018/PR/2016	Serviços de manutenção/instalação do sistema de telefonia interno, de forma contínua, sem fornecimento de materiais, através de mão de obra especializada, compreendendo serviços de técnico em telecomunicações e auxiliar técnico de telefonia cabista	01.355.915/0001-82	01/07/2016	01/07/2017	Técnico em telecomunicações – curso técnico Auxiliar técnico de telefonia cabista – nenhuma escolaridade	A
022/PR/2016	Serviços de limpeza, conservação e higienização	87.252.938/0001-87	27/07/2016	27/07/2017	Servente – nenhuma escolaridade	P
025/PR/2016	Serviços de limpeza, conservação e higienização	07.462.424/0001-17	27/09/2016	27/09/2017	Servente – nenhuma escolaridade	A
033/PR/2016	Serviços de vigilância patrimonial armada, em 02 (dois) Postos de vigilância, de 24 horas ininterruptas de segunda a domingo, inclusive feriados	12.062.071/0001-06	18/10/2016	18/10/2017	Vigilante – ensino fundamental e curso de formação de vigilante	A
034/PR/2016	Serviços de limpeza, conservação e higienização	07.262.435/0001-80	25/10/2016	25/10/2017	Servente – nenhuma escolaridade	A

C P R M

ANEXO II

Demonstrações contábeis exigidas pela lei 6.404/76 e notas explicativas



Demonstrações Contábeis
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
31 de dezembro de 2016

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

<u>ATIVOS</u>	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.1.1	10.317	17.814	Fornecedores	1.3.1	8.350	14.984
Contas a Receber	1.1.2	426	947	Financiamentos a Pagar	1.3.2	14	17
Materiais	1.1.3	436	466	Impostos e Encargos Sociais a Pagar	1.3.3	54.563	48.660
Impostos a Recuperar	1.1.4	1.009	1.691	Férias e 13o.salário a Pagar	1.3.4	37.869	42.954
Adiantamentos para Despesas	1.1.5	5.810	3.362	Provisão para Contingências	1.3.5	74.116	66.931
Convênios com Entidades Diversas	1.1.6	2.229	1.483	Contas e Despesas a Pagar	1.3.6	2.087	3.446
Outros Créditos	1.1.7	51	65	Convênios com Entidades Diversas	1.3.7	11.047	13.098
Total dos Ativos Circulantes		20.278	25.828	Credores Diversos	1.3.8	1.279	1.371
				Total dos Passivos Circulantes		189.325	191.461
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Financiamentos à Pesquisa Mineral	1.2.1	10.415	10.497	Financiamentos a Pagar	1.4.1	274	346
Outros Créditos	1.2.2	6.023	3.550	Total dos Passivos não Circulantes		274	346
Investimentos	1.2.3	20	162				
Imobilizado	1.2.4	142.686	149.397	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Intangível	1.2.5	383	1.313	Capital Social	1.5.1	29.343	29.343
Total dos Ativos não Circulantes		159.527	164.919	Reservas de Reavaliação	1.5.2	22.222	22.675
				Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.5.3	-	-
				Prejuízos Acumulados	1.5.4	(61.097)	(53.050)
				Participação dos Controladores		(9.532)	(1.032)
				Participação dos Não Controladores		(262)	(28)
				Total dos Patrimônio Líquido		(9.794)	(1.060)
TOTAL DOS ATIVOS		179.805	190.747	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		179.805	190.747

* As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Demonstrações dos Resultados

Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto o Resultado Líquido do Exercício por ação

	Nota Explicativa	2016	2015
RECEITA LÍQUIDA	2.1.1	2.799	2.324
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	2.1.2	(2.073)	-
LUCRO BRUTO		<u>726</u>	<u>2.324</u>
RECURSOS DA UNIÃO PARA OPERAÇÕES E INVESTIMENTOS	2.1.3	527.733	499.358
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	2.1.4	(536.301)	(496.823)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(7.842)</u>	<u>4.859</u>
(DESPESAS) RECEITAS FINANCEIRAS	2.1.5	(3.290)	(8.489)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		<u>(11.132)</u>	<u>(3.630)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.1.6	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.1.7	<u>(11.132)</u>	<u>(3.630)</u>
Resultado Atribuído aos Controladores		(10.835)	(3.533)
Resultado Atribuído aos Não Controladores		(297)	(97)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO		(3,78)	(1,23)

* As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

	Nota Explicativa	2016	2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado Líquido do Exercício	2.1.7	(11.132)	(3.630)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e Amortização		(15.549)	18.921
Juros e Variações Monetárias de Financiamento a Longo Prazo		(71)	99
Juros e Variações Monetárias de Ativos Realizáveis a Longo Prazo		(329)	(2.067)
Ajustes nas Provisões de Perdas		(39)	(38)
Ajustes de Exercícios Anteriores		2.344	(10.429)
Provisão para Perdas Crédito Realizáveis Longo Prazo		169	1.075
Ajustes no Ativo Imobilizado	1.2.4	(12.390)	217
Ajustes no Ativo Intangível		-	4.413
Ajuste de Resultado Patrimonial Apurado		150	-
Provisão de Contingências		7.186	41.273
Ajustes no Ativo Investimentos		(143)	343
		<u>(29.804)</u>	<u>50.177</u>
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS			
Contas a receber		520	(42)
Estoques		30	19
Impostos a recuperar		682	1.530
Depósitos Judiciais e para Recursos		(2.049)	(486)
Outros ativos		(3.180)	(1.479)
		<u>(3.997)</u>	<u>(458)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS			
Fornecedores		(6.634)	(17.083)
Obrigações Tributárias		5.903	(30.909)
Salários e Encargos		(5.085)	7.047
Contas e Despesas a Pagar		(1.359)	332
Outros Passivos		(2.147)	(15.357)
		<u>(9.322)</u>	<u>(55.970)</u>
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		<u>(43.123)</u>	<u>(6.251)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição do Imobilizado		(25.462)	(12.110)
Baixa de Imobilizado		60.016	2.838
Aquisição de Intangível		(336)	(295)
Baixa de Intangível		1.266	-
Baixa de Investimento		142	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		<u>35.626</u>	<u>(9.567)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		<u>-</u>	<u>-</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	1.1.1	17.814	33.632
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	1.1.1	10.317	17.814
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(7.497)</u>	<u>(15.818)</u>

* As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

	Nota Explicativa	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Participação de Não Controladores	Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31/12/2014		<u>29.343</u>	<u>27.579</u>	<u>-</u>	<u>(44.364)</u>	<u>345</u>	<u>12.903</u>
Resultado do Exercício					(3.533)	(97)	(3.630)
Realização da Reserva de Reavaliação			(4.904)		4.904		-
Ajuste de Exercícios Anteriores					(10.150)	(279)	(10.429)
Regularização da Conta Ajuste de Avaliação Patrimonial	1.5.3				93	3	96
SALDOS EM 31/12/2015		<u>29.343</u>	<u>22.675</u>	<u>-</u>	<u>(53.050)</u>	<u>(28)</u>	<u>(1.060)</u>
Resultado do Exercício	2.1.7				(10.835)	(297)	(11.132)
Realização da Reserva de Reavaliação	1.5.2		(453)		453		-
Ajuste de Exercícios Anteriores	1.5.4				2.335	63	2.398
SALDOS EM 31/12/2016		<u>29.343</u>	<u>22.222</u>	<u>-</u>	<u>(61.097)</u>	<u>(262)</u>	<u>(9.794)</u>

* As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

	Nota Explicativa	2016	2015
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.1.7	(11.132)	(3.630)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes:			
Ajuste Depreciação de Imóveis			(10.429)
Resultado abrangente para o período		-	(10.429)
Resultado Abrangente Total		<u>(11.132)</u>	<u>(14.059)</u>
Resultado Abrangente Atribuído aos Controladores		(10.835)	(13.684)
Resultado Abrangente Atribuído aos não Controladores		(297)	(375)

* As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) é uma Sociedade por Ações constituída pela União, na forma do Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969, transformada em empresa pública pela Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994 e vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Para total e fiel consecução de seus objetivos sociais, compete à CPRM gerar e difundir o conhecimento das Geociências no interesse do país, nelas incluídas a Geologia em seus diversos campos, a Hidrologia e outras ciências afins, bem como a gestão destas informações, devendo, especificamente:

- Subsidiar a formulação da política mineral e geológica, participar do planejamento, da coordenação e executar os serviços de Geologia e Hidrologia de responsabilidade da União em todo o território nacional.
- Estimular o descobrimento e o aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país.
- Orientar, incentivar e cooperar com entidades públicas e/ou privadas nas realizações de pesquisas e estudos destinados ao aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país.
- Elaborar sistemas de informações, cartas e mapas que traduzam o conhecimento geológico e hidrológico nacional, tornando-o acessível aos interessados, resguardando o interesse nacional.
- Colaborar em projetos de preservação do meio ambiente em ação complementar à dos órgãos competentes da administração pública federal, estadual e municipal.
- Realizar pesquisas e estudos relacionados com os fenômenos naturais ligados à terra, tais como terremotos, deslizamentos, enchentes, secas, desertificação e outros inerentes à sua área de atuação, bem como os relacionados a Paleontologia e à Geologia Marinha.
- Prover apoio técnico-científico aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, no âmbito de sua área de atuação.

PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

A Companhia escritura suas operações no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, na forma total, sendo os Balanços de Unidades Gestoras consolidados no Órgão 29208 – Gestão 29208. A sua escrituração está mantida em registros permanentes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e nº 11.941, de 27 de maio de 2009, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A partir deste Exercício, as Demonstrações Contábeis da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais são apresentadas destacando as participações dos controladores e dos não controladores. Para fins de comparação, os valores referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 também foram segregados conforme as participações dos controladores e dos não controladores.

REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2015

A Administração da Companhia reapresentou em abril de 2017 as suas Demonstrações Contábeis do Exercício de 2015, com os registros de regularização nos grupos do Ativo Imobilizado e do Patrimônio Líquido corrigidos desde 2014, conforme Memorando nº 27/2017/COPAR/SUPOF/STN/MF-DF de 23 de março de 2017 e Ofício nº 736/2017/PGFN/CAS de 24 de março de 2017. Dessa forma, os valores referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, correspondem aos ajustes efetuados pela Companhia nas Demonstrações Contábeis reapresentados em abril de 2017.

1. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial tem a finalidade de apresentar a posição patrimonial e financeira da Companhia. De acordo com o artigo 178 da Lei nº 6.404/76, no Balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

No Ativo, as contas estão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez e para o Passivo em ordem decrescente de prioridade de pagamento das exigibilidades.

1.1 ATIVO CIRCULANTE

No Circulante estão demonstrados os ativos realizáveis até doze meses após a data do balanço.

1.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa são representados pela conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento que registra o valor do limite de saque da conta única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender despesas com vinculação de pagamento. Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, apresentou saldo de R\$ 10.317 mil e R\$ 17.814 mil, respectivamente.

1.1.2 Contas a Receber

Os valores registrados em Contas a Receber referem-se a créditos por cessão de pessoal e por pagamento de despesas de terceiros apropriados pelo regime de competência.

	R\$ Mil	
	2016	2015
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	423	947
Créditos a Receber por Pagamento de Despesas de Terceiros	3	0
Total	426	947

1.1.3 Materiais

Os valores registrados neste grupo referem-se a materiais de consumo, demonstrados pelo custo médio ponderado de aquisição.

	R\$ Mil	
	2016	2015
Material de Consumo	423	453
Material de Consumo – Estoque Interno a Distribuir	3	3
Mercadorias – Estoques Estratégicos	4	4
Materiais de Expediente	6	6
Total	436	466

1.1.4 Impostos a Recuperar

Neste grupo são registrados os créditos tributários referentes à COFINS e o PIS/PASEP apurados após a transmissão da Escrituração Fiscal Digital – Contribuições (EFD – Contribuições). São contabilizadas também as retenções de tributos federais por terceiros. A partir de 2016, os créditos

referentes à COFINS e ao PIS/PASEP, anteriormente contabilizados em conta genérica denominada Créditos Tributários a Receber foram registrados em contas segregadas com o objetivo de atender ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

	R\$ Mil	
	2016	2015
Créditos Tributários a Receber	0	1.681
Cofins a Recuperar/Compensar	829	0
Pis/Pasep a Recuperar/Compensar	180	0
Outros Tributos a Recuperar/Compensar	0	10
Total	1.009	1.691

1.1.5 Adiantamentos para Despesas

São registrados neste grupo os adiantamentos para despesas para o atendimento das operações da empresa.

	R\$ Mil	
	2016	2015
Adiantamento de Férias	1.922	1.752
Adiantamento de Viagens	553	477
Benefícios Administrados pelo INSS	1	1
Adiantamento Suprimento de Fundos	2	54
Adiantamento Operações Especiais	25	275
Adiantamento Transferência Voluntárias - SIAFI	2.381	135
Adiantamento a Prestadores de Serviços	926	668
Total	5.810	3.362

1.1.6 Convênios com Entidades Diversas

Os recursos de Convênios com Entidades Diversas onde a Companhia é concedente são contabilizados em conta do Ativo Circulante e seu resultado apurado após a sua aplicação.

	R\$ Mil	
	2016	2015
Município de Serra do Mel	0	500
Companhia Baiana de Pesquisa Mineral - CBPM	833	833
Fundação de Desenvolvimento e Pesquisa	1.246	0
Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro	150	150
Total	2.229	1.483

Em fevereiro/2017, após análise das contas de Convênios com Entidades Diversas e Adiantamento de Transferências Voluntárias – SIAFI (Nota 1.1.5), foi estornado o valor de R\$ 1.246 mil, referente à duplicidade de registros do convênio com a Fundação de Desenvolvimento e Pesquisa.

1.1.7 Outros Créditos

Classificam-se neste grupo os demais valores a receber não relacionados a outros grupos do Ativo Circulante, tais como Depósitos para Interposição de Recursos e Valores a Receber por GRU de Despesas Estornadas. Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, apresentou saldo de R\$ 51 mil e R\$ 65 mil, respectivamente.

1.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE

O Ativo não Circulante é composto pelo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível.

1.2.1 Financiamentos à Pesquisa Mineral

No Ativo Realizável a Longo Prazo estão registrados sob o título de Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral, Pesquisa e Avaliação de Depósitos de Substâncias Minerais e Financiamentos à Pesquisa Mineral, valores de contratos de financiamentos com cláusula de risco celebrados com mineradoras privadas nacionais, com recursos dos programas citados, pendentes de liquidação, por se encontrarem em cobrança judicial conforme ações ajuizadas pelos agentes financeiros ou por falta de aprovação do relatório final de pesquisa, pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, apresentou saldo de R\$ 10.415 mil e R\$ 10.497 mil, respectivamente.

	R\$ Mil	
	2016	2015
Financiamentos à Pesquisa Mineral	0	4
Pesquisa Avaliação de Depósitos Substâncias Minerais	9.727	9.798
Fundo Financeiro à Pesquisa Mineral	688	695
Total	10.415	10.497

Os saldos líquidos referentes aos Financiamentos à Pesquisa Mineral registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo de R\$ 10.415 mil em 31 de dezembro de 2016, representam os valores totais de R\$ 26.633 mil, deduzindo-se R\$ 16.218 mil relativo à Provisão de Riscos Contratuais. Em 31 de dezembro de 2015, os valores totais referentes aos Financiamentos à Pesquisa Mineral representavam R\$ 26.547 mil, deduzindo-se R\$ 16.050 mil relativo à Provisão de Riscos Contratuais.

1.2.2 Outros Créditos

Classificam-se neste grupo os demais valores a receber não relacionados a outros grupos do Realizável a Longo Prazo, tais como Depósitos Judiciais e para Recursos, Empréstimos Compulsórios sobre Veículos e Combustíveis e Créditos por Alienação.

Neste grupo também estão registrados os créditos a receber da Eucatex Mineral Ltda., provenientes da cessão de direitos minerais, efetuada em caráter irrevogável e irretroatável, pela CPRM à Companhia Energética de São Paulo (CESP), nos termos definidos na “escritura de cessão de direitos minerais”, firmada entre as partes, em 24 de setembro de 1986, transferidos e cedidos pela CESP à Eucatex Mineral Ltda. com a interveniência da CPRM por escritura pública lavrada em 11/11/1993. Os direitos minerais cedidos à Eucatex Mineral Ltda. são resultantes de pesquisas bem sucedidas de “turfa”, realizadas pela Companhia em uma área de 2.730 hectares do “Projeto Caçapava”, localizada no Estado de São Paulo, cujos relatórios de pesquisa foram aprovados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). As referidas pesquisas foram realizadas com recursos recebidos da União, provenientes do Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral (DL nº 1.297/73 e DL nº 1.387/75) e do Programa de Mobilização Energética. O saldo contábil da conta Direitos sobre Concessões em 31/12/2015 é de R\$ 2.775 mil e da Provisão para Perdas de Créditos Realizáveis a Longo Prazo, reforçada com base no Parecer COJUR/CPRM nº 02/2012, é de R\$ 2.775 mil.

A CPRM reclassificou em 2016 para Outros Créditos, os valores registrados como Investimentos relativos a incentivos fiscais, como FINAM, FINOR e Fiset – Reflorestamento. Reclassificou, também, para Outros Créditos os valores registrados como Investimentos relativos FND (Decreto Lei 2288/86) e Notas do Tesouro Nacional NTN-P. O valor total da reclassificação correspondeu a R\$ 142 mil.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as contas classificadas como Outros Créditos apresentaram saldos de R\$ 6.023 mil e R\$ 3.550 mil, respectivamente.

1.2.3 Investimentos

Os valores registrados como Investimentos correspondem a ações e títulos de natureza permanente, atualizados a valor de mercado.

	R\$ Mil	
	2016	2015
Ações de Outras Companhias	20	20
FND e Notas do Tesouro Nacional NTN-P	0	1
Fundos de Incentivos Fiscais	0	141
Total	20	162

Conforme descrito na Nota 1.2.2 – Outros Créditos, a Companhia reclassificou os valores registrados como Investimentos correspondentes aos Fundos de Incentivos Fiscais, FND (Decreto Lei 2288/86) e Notas do Tesouro Nacional NTN-P.

1.2.4 Imobilizado

O Imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31/12/1995, deduzido da depreciação acumulada, com taxas aplicadas conforme normas contábeis e fiscais vigentes e por meio do método linear. Os saldos do Imobilizado em 31 de dezembro de 2016 e 2015, representam:

	R\$ Mil	
	2016	2015
Imóveis de Uso Especial da União	75.913	75.610
Outros Imóveis	759	1.048
Terrenos	391	391
Instalações	779	5.753
Equipamentos de Operação	55.712	75.971
Máquinas e Utensílios de Escritório	10.877	10.025
Veículos	24.743	25.995
Equipamentos de Processamento de Dados	29.809	25.992
Documentação, Museus e Objetos de Arte	8.915	8.915
Imobilizações em Curso	10.039	12.002
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	426	426
Outros Equipamentos	18.610	17.230
Outras Imobilizações	4.905	4.780
Depreciações Acumuladas de Bens Imóveis	(12.763)	(11.796)
Depreciações Acumuladas de Bens Móveis	(86.429)	(102.945)
	142.686	149.397

A Companhia regularizou em abril de 2016, com base no Parecer nº23/2015/COPAR/SUPOF/STN/MF-DF de 10/04/2015, Parecer nº32/2016/COPAR/SUPOF/STN/MF-DF de 11/04/2016 e Nota Técnica DECOF/DICOGGE nº001/2016 de 25/04/2016, os valores registrados indevidamente no imobilizado referentes à atualização dos imóveis de uso especial cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet e no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

O valor total do ajuste na ordem de R\$ 12.390 mil, decrescido do valor de R\$ 96 mil, foi objeto de emissão de Nota Explicativa Complementar ao Balanço de 2015, com o título de Evento Subsequente publicado no Diário Oficial da União seção 1, página 104 de 04 de maio de 2016. Posteriormente, a Companhia reapresentou as suas Demonstrações Contábeis do Exercício de 2015, com os registros de regularização nos grupos do Ativo Imobilizado e Patrimônio Líquido corrigidos desde 2014, conforme Memorando nº 27/2017/COPAR/SUPOF/STN/MF-DF de 23 de março de 2017 e Ofício nº 736/2017/PGFN/CAS de 24 de março de 2017. A reapresentação foi publicada no Diário Oficial da União seção 1, páginas 129 a 135 de 28 de abril de 2017.

Em Imobilizações em Curso são contabilizados os gastos com materiais, mão-de-obra direta e indireta e outros gastos em obras em andamento que, quando concluídas, terão sua destinação voltada à manutenção das atividades da empresa, como galpões para a guarda de materiais e instrumentos destinadas à pesquisa geológica e hidrológica, laboratórios, edificações, salas, escritórios, litotecas, etc., ocasião em que serão reclassificadas para as contas específicas no imobilizado. Em 2016, a empresa regularizou nesta conta valores que não atendiam aos critérios de obras em andamento e/ou que foram concluídos. Para o ano de 2017, a empresa regularizará, após análise da conclusão das obras, o valor de R\$ 3.401 mil para as correspondentes contas do imobilizado, ocasião na qual passarão a ter seus valores depreciados.

1.2.5 Intangível

Estão registrados no intangível a concessão de direitos de uso de comunicação e divulgação e outros valores incorpóreos. Os saldos do Intangível em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 representaram:

	R\$ Mil	
	2016	2015
Softwares	0	809
Marcas e Patentes Industriais	1	1
Concessão Direito Uso Comunicação e Divulgação	378	499
Direito de Uso de Imóveis	4	4
Total	383	1.313

1.3 PASSIVO CIRCULANTE

Os passivos de curto prazo, que devem ser liquidados no período de até doze meses após a data do balanço, estão demonstrados como circulantes.

1.3.1 Fornecedores e Contas a Pagar

São registrados neste grupo as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da Companhia, assim como obrigações decorrentes de prestações de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, entre outras.

As obrigações com os Fornecedores e Contas a Pagar são registradas pela Companhia no momento da ocorrência do fato gerador, observado o Princípio da Competência, conforme procedimentos descritos na Macrofunção 021140 – Reconhecimento de Passivos do Manual SIAFI ou pelos lançamentos no Subsistema Contas a Pagar e a Receber (CPR).

	R\$ Mil	
	2016	2015
Contas a Pagar Credores Nacionais	8.311	14.882
Contas a Pagar Credores Nacionais – Intra OFFS	12	72
Contas a Pagar Credores Nacionais – Inter Estaduais	0	2
Fornecedores Nacionais	27	28
Total	8.350	14.984

1.3.2 Financiamentos a Pagar

Os Financiamentos a Pagar de curto prazo correspondem a parcelas com vencimento até o término do Exercício referentes a contratos bilaterais para reestruturação da dívida externa do setor público, celebrados pelo Governo Brasileiro e países credores, vencíveis de 30/04/1995 a 30/04/2024, em parcelas semestrais, contemplando, inclusive os juros de longo prazo estimados. Os saldos do Financiamento a Pagar no curto prazo representam R\$ 14 mil e R\$ 17 mil, em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respectivamente.

1.3.3 Impostos e Encargos Sociais a Pagar

Estão registrados neste grupo os tributos apurados da Companhia, entre os quais Imposto de Renda Pessoa Jurídica, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, PIS/PASEP, COFINS, IPTU, INSS, FGTS, ISS entre outros.

	R\$ Mil	
TRIBUTO	2016	2015
IRPJ	9.517	7.965
CSLL	3.523	5.588
IPTU	18.533	13.490
PIS / PASEP	0	805
COFINS	0	949
IRRF Devido ao Tesouro Nacional	9.783	6.600
Tributos Renegociados	4.742	2.197
INSS Contribuição sobre Salários e Remunerações	5.295	5.222
INSS	977	1.169
FGTS	2.123	2.478
ISS	22	354
Demais Tributos e Encargos	48	1.843
Total	54.563	48.660

Os valores correspondentes ao IPTU relativo ao Escritório do Rio de Janeiro referem-se à cobrança administrativa junto à Prefeitura local ou em cobrança amigável junto à Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro. Os valores lançados em Dívida Ativa judicial estão registrados como Provisão para Contingências (Nota 1.3.5).

Em fevereiro/2017 após análise da Certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica do Imóvel relativo ao Escritório do Rio de Janeiro, foi apropriado o valor do IPTU de 2014, em cobrança amigável na Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro, inscrito na CDA 01-113277-2015, no valor de R\$ 3.681 mil, sendo R\$ 2.086 mil referente ao tributo e R\$ 1.595 mil de atualização monetária.

1.3.4 Férias e 13º Salário a Pagar

A Companhia registra as Férias e o 13º Salário pelo Princípio Contábil da Competência.

	R\$ Mil	
FÉRIAS E 13º SALÁRIO A PAGAR	2016	2015
Férias a Pagar	37.869	42.954
13º Salário a Pagar	0	0
Total	37.869	42.954

1.3.5 Provisão para Contingências

A Provisão para Contingências foi constituída face a possíveis situações futuras de perdas. Tais processos foram classificados como de riscos prováveis pela Consultoria Jurídica da Companhia:

OBJETO DE AÇÃO	R\$ Mil	
	2016	2015
Responsabilidade Civil	726	600
IPTU	49.522	44.061
Processo Administrativo Tributos Federais	1.522	1.669
IR e CSLL Oriundos de Repasses de Convênio	4.905	4.459
Ações Trabalhistas	17.441	16.142
Total	74.116	66.931

Os processos classificados como perda possível pela Consultoria Jurídica da empresa resultaram em 31 de dezembro de 2016 em R\$ 24.278 mil.

1.3.6 Contas e Despesas a Pagar

São registrados valores a pagar, tais como Salários, Remunerações e Benefícios, Planos de Previdência e Assistência Médica, Retenções Diversas, e outros.

	R\$ Mil	
	2016	2015
Salários, Remunerações e Benefícios	904	1.140
Planos de Previdência e Assistência Médica	1.098	994
Retenções Sindicatos e Associações	7	11
Retenções Planos de Seguros	0	373
Retenções a Fornecedores de Vale Transporte e Vale Refeição	57	36
Repasse Recebido Diferido	0	877
Outras Contas a Pagar	21	15
Total	2.087	3.446

1.3.7 Convênios com Entidades Diversas

Os recursos recebidos de convênios com entidades diversas com ou sem destaques orçamentários são contabilizados em conta do Passivo Circulante e seu resultado apurado mensalmente após a aplicação dos mesmos.

As obrigações a pagar a título de Convênio com Entidades Diversas, na qual a Companhia é conveniente em 31 de dezembro de 2016 corresponde a R\$ 11.047 mil, sendo:

	R\$ Mil	
	2016	2015
Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos – PE	9	9
Secretaria Nacional de Defesa Civil	1.284	1.284
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia	3.182	3.932
Companhia Pernambucana de Saneamento	70	70
Escritório Central da Agência Nacional de Petróleo	312	19
Coordenação Geral de Recursos Logísticos	37	71
Departamento de Ambiente Urbano	23	0
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA	1.284	1.792
Secretaria Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental – MMA	0	20
Agência Nacional de Águas – GEEFI/SAF/ANA	4.846	5.901
Total	11.047	13.098

1.3.8 Credores Diversos

Classificam-se neste grupo os demais valores a pagar não relacionados a outros do Passivo Circulante, tais como Contribuição a Entidades de Previdência Privada, Diárias a Pagar, Depósitos e

Cauções Recebidos, Depósitos Retidos de Fornecedores, Indenizações, Restituições e Compensações e outros.

	R\$ Mil	
	2016	2015
Contribuição a Entidades de Previdência Privada	854	788
Diárias a Pagar	66	273
Depósitos e Cauções Recebidos	206	227
Depósitos Retidos de Fornecedores	128	52
Indenizações, Restituições e Compensações.	1	30
Outros Credores	24	1
Total	1.279	1.371

1.4 PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Compreende os compromissos que devem ser liquidados no período superior a doze meses após a data do balanço.

1.4.1 Financiamentos a Pagar

Os Financiamentos a Pagar de longo prazo correspondem a parcelas com vencimento após o término do Exercício referentes a contratos bilaterais para reestruturação da dívida externa do setor público, celebrados pelo Governo Brasileiro e países credores, vencíveis de 30/04/1995 a 30/04/2024, em parcelas semestrais, contemplando, inclusive os juros de longo prazo estimados. Os saldos do Financiamento a Pagar no longo prazo representam R\$ 274 mil e R\$ 346 mil, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente.

1.5 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

1.5.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2016, o Capital Social integralizado no valor de R\$30.147.526,88, está representado por 2.948.172 ações, sendo 2.631.150 ações ordinárias e 317.022 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. A participação da União após o processo de indenização de acionistas pessoas físicas e pessoas jurídicas de natureza exclusivamente privada iniciado em novembro de 2000 alcançou o percentual de 97,33%, ficando o restante de 2,67% em poder de pessoas jurídicas de direito público interno e entidades da administração indireta da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme preceitua o seu Estatuto.

A composição acionária da empresa em 31 de dezembro de 2016 apresenta a seguinte distribuição:

	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	Total de Ações	%
União Federal	2.580.626	98	288.963	92	2.869.589	97
Fazenda do Estado do Amazonas	0	0	1.169	0	1.169	0
Fazenda do Estado do São Paulo	28.073	1	18.715	6	46.788	2
Cia. Energética de Alagoas	116	0	116	0	232	0
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	6.015	0	6.015	2	12.030	0
Petróleo Brasileiro S/A	12.031	1	0	0	12.031	1
Banco Central do Brasil	1.202	0	0	0	1.202	0
Centrais Elétricas Norte do Brasil	0	0	233	0	233	0
Indústrias Nucleares do Brasil	23	0	0	0	23	0
Cia. Mineradora Minas Gerais S/A	200	0	0	0	200	0
Cia. Paranaense de Energia - COPEL	674	0	594	0	1.268	0
Cia. Estadual Energia Elétrica - CEEE	467	0	0	0	467	0
Cia. Riograndense Saneamento - CORSAN	233	0	0	0	233	0
Metais de Goiás S/A - METAGO	584	0	116	0	700	0
CESP - Cia. Energética de São Paulo	467	0	701	0	1.168	0
Cia. Riograndense de Mineração	39	0	0	0	39	0
Cia. Matogrossense de Mineração - METAMAT	400	0	0	0	400	0
Amazonas Distribuidora de Energia S/A	0	0	400	0	400	0
Total	2.631.150	100	317.022	100	2.948.172	100

1.5.2 Reserva de Reavaliação

A Companhia realizou parte dos valores registrados como Reservas de Reavaliação de seus imóveis de uso especial referentes aos lançamentos históricos automáticos efetuados pelo Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet).

A realização teve como base os valores registrados como depreciação de bens imóveis de uso especial. O prazo máximo estimado para a total reversão da Reserva de Reavaliação corresponde a 24 anos. O valor da realização até 31 de dezembro de 2016 corresponde a R\$ 453 mil.

1.5.3 Ajuste de Avaliação Patrimonial

A Companhia regularizou em abril de 2016, com base no Parecer nº23/2015/COPAR/SUPOF/STN/MF-DF de 10/04/2015, Parecer nº32/2016/COPAR/SUPOF/STN/MF-DF de 11/04/2016 e Nota Técnica DECOF/DICOGE nº001/2016 de 25/04/2016, os valores registrados indevidamente como Ajuste de Avaliação Patrimonial referentes à atualização dos imóveis de uso especial cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet e no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

O valor total do ajuste, na ordem de R\$ 12.390 mil decrescido do valor de R\$ 96 mil foi objeto de emissão de Nota Explicativa Complementar ao Balanço de 2015, com o título de Evento Subsequente publicado no Diário Oficial da União seção 1, página 104 de 04 de maio de 2016.

Posteriormente, a Companhia reapresentou as suas Demonstrações Contábeis do Exercício de 2015, com os registros de regularização nos grupos do Ativo Imobilizado e Patrimônio Líquido corrigidos desde 2014, conforme Memorando nº 27/2017/COPAR/SUPOF/STN/MF-DF de 23 de março de 2017 e Ofício nº 736/2017/PGFN/CAS de 24 de março de 2017. A reapresentação foi publicada no Diário Oficial da União seção 1, páginas 129 a 135 de 28 de abril de 2017.

1.5.4 Prejuízos Acumulados

Nesta conta são registrados os resultados negativos acumulados da empresa.

Em 2016, a CPRM ajustou o valor de R\$ 130 mil referente ao estorno da depreciação acumulada do imóvel de Belém, conforme Parecer nº23/2015/COPAR/SUPOF/STN/MF-DF de 10/04/2015, Parecer nº32/2016/COPAR/SUPOF/STN/MF-DF de 11/04/2016 e Nota Técnica DECOF/DICOGGE nº001/2016 de 25/04/2016.

A Companhia ajustou o valor de R\$ 2.268 mil referente à reversão da depreciação acumulada, conforme mensagem SIAFI 2016/1920653 de 23/12/2016 do Tesouro Nacional e bens em poder de outra unidade ou terceiros e não localizados.

2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A Demonstração do Resultado apresenta, de forma resumida, as operações realizadas pela Companhia durante o período de janeiro a dezembro de 2016, demonstradas de forma a destacar o resultado líquido do período.

As receitas e despesas da Companhia são incluídas na apuração do resultado do período que ocorreram, de acordo com o Regime de Competência.

2.1.1 Receita Líquida de Serviços

A Receita Líquida de Serviços é apurada pela dedução dos Tributos Incidentes sobre a Receita Bruta de Serviços provenientes da atividade fim da Companhia, conforme evidenciado a seguir:

	R\$ Mil	
	2016	2015
Receita Bruta de Serviços	2.899	2.426
(-) Tributos sobre Receita Bruta de Serviços	(100)	(102)
Receita Líquida de Serviços	2.799	2.324

2.1.2 Custo dos Serviços Prestados

A Companhia passou a registrar em 2016 no SIAFI os valores referentes aos Custos dos Serviços Prestados relativos à prestação de serviços de pesquisa. O saldo existente em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 2.073 mil.

2.1.3 Recursos da União para Operações e Investimentos

A Companhia está incluída no Orçamento da União, recebendo recursos básicos para o seu funcionamento, sem perder sua condição de sociedade por ações.

Até 31 de dezembro de 2016, a Companhia recebeu recursos do Tesouro Nacional e Convênios com Destaque Orçamentário de R\$ 527.733 mil, sendo R\$ 472.453 mil para operações e investimentos do ano corrente e R\$ 55.280 mil para pagamento de despesas de Restos a Pagar.

No Exercício de 2016, a Companhia passou a considerar neste grupo as deduções contidas na conta do SIAFI denominada Transferências Concedidas para Pagamento de Restos a Pagar, anteriormente agrupadas em Outras Despesas/Receitas. Para fins de comparação, o valor de R\$ 79.745 mil referente às Transferências Concedidas para Pagamento de Restos a Pagar do Exercício de 2015 foi considerado no grupo Recursos da União para Operações e Investimentos conforme a seguir:

	2015
Recursos da União para Operações e Investimentos 2015 originalmente apresentado	579.103
Transferências Concedidas para Pagamento de Restos a Pagar 2015	(79.745)
Recursos da União para Operações e Investimentos 2015 fins de comparação	499.358

2.1.4 Despesas e Receitas Operacionais

Representam, basicamente, as despesas realizadas para a manutenção dos serviços da Companhia e outras receitas operacionais.

As Despesas Gerais, Administrativas e Outras Despesas e Receitas Operacionais apuradas até 31 de dezembro de 2016 tiveram a seguinte composição:

	R\$ Mil	
	2016	2015
Despesas com Pessoal	(313.837)	(281.613)
Encargos Sociais	(84.908)	(75.312)
Benefícios a Empregados	(2.477)	(1.330)
Plano de Previdência Complementar	(10.350)	(37.009)
Locação e Aquisição	(3.453)	(6.638)
Depreciação e Amortização	(15.716)	(17.031)
Despesas Tributárias	(10.825)	(21.703)
Serviços de Comunicação	(3.827)	(7.641)
Serviços Públicos	(3.895)	(4.049)
Manutenção	(6.047)	(5.883)
Serviços Profissionais Contratados	(97.900)	(96.767)
Materiais	(5.374)	(5.361)
Resultado com Ações Judiciais	(772)	(1.426)
Outras Despesas/Receitas	23.080	64.940
	<u>(536.301)</u>	<u>(496.823)</u>

No Exercício de 2016, a Companhia deixou de considerar no grupo de Despesas e Receitas Operacionais as deduções contidas na conta do SIAFI denominada Transferências Concedidas para Pagamento de Restos a Pagar, passando a agrupar em Recursos da União para Operações e Investimentos. Para fins de comparação, a composição das Despesas e Receitas Operacionais do Exercício de 2015 será apresentada conforme a seguir:

	2015
Despesas e Receitas Operacionais 2015 originalmente apresentado	(576.568)
Transferências Concedidas para Pagamento de Restos a Pagar 2015	79.745
Despesas e Receitas Operacionais 2015 fins de comparação	<u>496.823</u>

2.1.5 Despesas e Receitas Financeiras

Representam variações monetárias, variações cambiais, juros e outros.

As Despesas e Receitas apuradas até 31 de dezembro de 2016 apresentam os seguintes valores:

	R\$ Mil	
	2016	2015
Despesas Financeiras	(3.670)	(10.235)
Receitas Financeiras	380	1.746
	<u>(3.290)</u>	<u>(8.489)</u>

2.1.6 Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido

A Companhia apurou em 2016 prejuízo fiscal em todos os trimestres, conforme registros nas contas de resultado no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

2.1.7 Resultado Líquido do Exercício

A Companhia apurou até 31 de dezembro de 2016, prejuízo contábil de R\$ 11.132 mil, conforme evidenciado na Demonstração do Resultado, de acordo com registros expressos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

3 Cobertura de Seguros

Os seguros são contratados por valores considerados suficientes para cobrir eventuais riscos ou perdas sobre os ativos. Os principais seguros mantidos pela Companhia são os seguintes, em 31 de dezembro de 2016:

MODALIDADE	OBJETO	VALOR SEGURADO R\$ Mil
Incêndio	Imóveis	105.381
Incêndio	Móveis, Máquinas e Equipamentos	103.243
Incêndio	Estoque de Materiais	5.982
Total		214.606

4 Remuneração de Dirigentes e Empregados

No exercício de 2016, a maior, menor e remuneração média mensal paga a empregados ocupantes de cargos permanentes foram de R\$ 25.480,56, R\$ 2.428,41 e R\$ 9.797,64, respectivamente.

Com relação a dirigentes da Companhia, a maior remuneração paga no exercício de 2016 correspondeu a R\$ 26.660,86.